

POLLYANNA CARDOSO PEREIRA

**A INSERÇÃO BRASILEIRA NO MERCADO
INTERNACIONAL DE PRODUTOS LÁCTEOS:
EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

POLLYANNA CARDOSO PEREIRA

**A INSERÇÃO BRASILEIRA NO MERCADO
INTERNACIONAL DE PRODUTOS LÁCTEOS:
EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 12 de dezembro de 2008.

Antônio Fernandes de Carvalho

Kenny Beatriz Siqueira

Orlando Monteiro da Silva
Co-orientador

Sebastião Teixeira Gomes
Co-orientador

Cláudio Furtado Soares
Orientador

A meus pais, Cil Farney e Eliete,

A minha irmã Tatiana e ao meu irmão Rômulo,

Ao meu esposo Maurício, pelo carinho, companheirismo e amor,

A toda a minha família e amigos, pela força e incentivo,

A Deus, acima de todas as coisas,

dedico o presente trabalho.

AGRADECIMENTOS

Completar mais esta etapa da minha carreira acadêmica foi de fato uma grande conquista. No entanto, hoje vejo mais claramente que o processo de amadurecimento está apenas começando. Ver a vida e os acontecimentos que ela nos traz com uma visão mais distante, menos precipitada e ansiosa, sabendo analisar os fatos e discernir entre as melhores alternativas é uma habilidade que só desenvolvemos com o tempo, a disciplina e a experiência.

Muitas pessoas fizeram parte desta conquista. Meus avós, já falecidos, que despertaram em mim desde a infância a busca pelo conhecimento. Meus pais, que me ofereceram tudo para eu chegar até aqui. Meu esposo Maurício, que me acompanhou em todos os momentos com muita paciência e disponibilidade para me auxiliar. Meus tios e tias, primos e primas, que sempre me incentivaram e apoiaram minha iniciativa de estudar em outra cidade, em especial minha tia Ocácia e meu tio Albaney.

Ao professor Cláudio Furtado Soares, pela orientação, confiança, sincera amizade e auxílio na realização deste trabalho.

Ao professor Orlando Monteiro da Silva, pela co-orientação, ensinamentos e valiosa contribuição na realização deste trabalho.

Aos professores Sebastião Teixeira Gomes e Sebastião César Cardoso Brandão, pelas sugestões de trabalho.

À direção e aos amigos da Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa-ES, pelo auxílio e incentivo.

A todos os companheiros do Departamento de Tecnologia de Alimentos Geralda, Vaninha, João Tomás, Luiz Fernando, Cláudia, Suzana, Elvira, pela amizade.

Às empresas que participaram deste trabalho, pela valiosa contribuição e disponibilidade.

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Tecnologia de Alimentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes, pelo suporte financeiro.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

BIOGRAFIA

POLLYANNA CARDOSO PEREIRA, filha de Cil Farney da Conceição Pereira e Eliete Silveira Cardoso Pereira, nasceu em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em 16 de fevereiro de 1979.

Graduou-se em Ciência e Tecnologia de Laticínios pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, em setembro de 2002, tendo iniciado, na mesma época, o Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, em nível de Mestrado, na Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa de tese em julho de 2004.

Em agosto de 2004, iniciou o Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, em nível de Doutorado, nesta mesma instituição, defendendo tese de doutorado em dezembro de 2008.

Em julho de 2005, foi aprovada em concurso público para professor efetivo na Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa no Espírito Santo.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE TABELAS.....	xii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xvii
INTRODUÇÃO GERAL.....	1
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	6
Capítulo I: Panorama do Mercado Brasileiro e Mundial de Produtos Lácteos	7
1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Considerações iniciais sobre o mercado de lácteos	7
1.2. OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo geral.....	8
1.2.2 Objetivos específicos.....	8
1.3 METODOLOGIA.....	8
1.3.1 Coleta e análises dos dados.....	9
1.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	9
1.4.1 Panorama do setor lácteo brasileiro - aspectos econômicos e institucionais.....	9
1.4.1.1 Produção, produtividade e preços domésticos.....	10
1.4.1.1.1 Produção e produtividade regionais.....	11
1.4.1.1.2 Preços.....	13
1.4.1.2 Melhoria da qualidade do leite.....	14
1.4.1.3 A demanda de leite no Brasil	15
1.4.2 Aspectos econômicos do mercado mundial de produtos lácteos.....	17
1.4.2.1 Panorama das exportações e importações de produtos lácteos pelo Brasil.....	18

1.4.2.2 Tendências da produção mundial de leite.....	20
1.4.2.3 O comércio internacional de lácteos.....	22
1.4.2.2.1 Preços no mercado internacional.....	27
1.4.3 CONCLUSÕES.....	28
1.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
Capítulo II - Competitividade dos Produtos Lácteos Brasileiros no Comércio Internacional (1996-2006).....	34
2.1 INTRODUÇÃO	34
2.2 OBJETIVOS.....	35
2.2.1 Objetivo geral	35
2.2.2 Objetivos específicos.....	35
2.3 REFERENCIAL TEÓRICO	36
2.3.1 Considerações sobre competitividade no comércio internacional.....	36
2.3.2 Competitividade revelada.....	39
2.4 METODOLOGIA.....	41
2.4.1 Referencial analítico.....	41
2.4.1.1 Modelo <i>Constant- Market-Share</i> (CMS).....	41
2.4.1.2 Vantagem comparativa revelada.....	47
2.4.2 Fonte de dados.....	48
2.4.2.1 Seleção dos produtos analisados.....	48
2.4.2.2 Seleção dos mercados de destino.....	48
2.4.2.3 Definição do período de análise.....	49
2.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
2.5.1 Fontes de crescimento das exportações do setor lácteo brasileiro.....	49
2.5.1.1 Análise <i>market-share</i> e competitividade das exportações brasileiras de produtos lácteos	49
2.5.1.1.1 Período de 1996 a 1999.....	49
2.5.1.1.2 Período de 2000 a 2002.....	51
2.5.1.1.3 Período de 2003 a 2007.....	54
2.5.1.2 Indicadores de Vantagem Comparativa Revelada	56
2.6 CONCLUSÕES.....	60
2.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
Capítulo III - Avaliação das Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias às Exportações de Produtos Lácteos do Brasil.....	67
3.1 INTRODUÇÃO.....	67

3.2 OBJETIVOS.....	68
3.3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	68
3.3.1 Políticas de proteção ao mercado internacional de lácteos	68
3.3.2 Barreiras tarifárias e não-tarifárias: aspectos gerais.....	69
3.3.2.1 Barreiras Técnicas.....	71
3.3.2.2 Barreiras Sanitárias.....	74
3.3.2.2.1. Normas de qualidade – HACCP.....	75
3.3.2.3 Barreiras Tarifárias.....	77
3.4 METODOLOGIA.....	80
3.4.1 Barreiras Não Tarifárias.....	80
3.4.1.1 Dados.....	81
3.4.1.2 Método.....	82
3.4.2 Barreiras Tarifárias.....	84
3.4.2.1 Dados.....	84
3.4.2.2 Método.....	85
3.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	86
3.5.1 Notificações ao comércio de leite e derivados.....	86
3.5.2 Análise de Inventário - Índices de Frequência e Cobertura.....	93
3.5.3 Barreiras Tarifárias.....	98
3.6 CONCLUSÕES	102
3.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
Capítulo IV - Tendências e Perspectivas das Exportações Brasileiras de	110
Produtos Lácteos	110
4.1 INTRODUÇÃO.....	110
4.2 OBJETIVOS.....	112
4.2.1 Objetivo geral.....	112
4.2.2 Objetivos específicos.....	112
4.3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	113
4.3.1 O comércio internacional.....	113
4.3.1.1 Barreiras ao comércio – protecionismo.....	114
4.3.2 Considerações sobre a dinâmica do comércio exterior de produtos lácteos do Brasil.....	115
4.4 METODOLOGIA.....	118
4.4.1 Modelo de pesquisa.....	119
4.4.2. Fontes de dados e caracterização da amostra.....	120

4.4.2.1. Fontes de dados.....	120
4.4.2.2. Caracterização da amostra.....	120
4.4.3 Análises dos dados.....	121
4.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	121
4.5.1 Informações gerais das empresas	121
4.5.2 Caracterização das exportações.....	122
4.5.3 Barreiras técnicas e sanitárias.....	129
4.5.4 Mudanças realizadas para adequação às exigências externas.....	133
4.5.5 Levantamento dos eventos e períodos significativos.....	135
4.5.6 Perspectivas para o setor lácteo brasileiro.....	136
4.6 CONCLUSÃO.....	138
4.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
CONCLUSÕES GERAIS.....	144
ANEXO I.....	149
ANEXO II.....	163

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Produção brasileira de leite entre 1996 e 2007.....	10
2 Evolução dos preços pagos ao produtor rural no período de 2004 a 2008 – (média de RS, SC, PR, SP, MG, GO e BA).....	14
3 Consumo de leite no Brasil (1996-2006).....	16
4 Evolução da importação e exportação de produtos lácteos pelo Brasil em valores FOB, 1995 a 2007.....	19
5 Comércio mundial dos principais produtos lácteos de 1997 a 2006 (em mil toneladas em equivalente leite).....	24
6 Principais exportadores de produtos lácteos de 2004 a 2007.....	27
7 Preço dos principais produtos lácteos exportados de 2004 a 2008.....	28
8 Funcionamento de uma cota tarifária.....	80
9 Evolução das notificações aos produtos do Capítulo 4, leite e derivados, no total mundial de 1995 a 2007.....	87
10 Participação dos requerimentos no total de notificações mundiais para os produtos do Capítulo 4, leite e derivados, 1995 a 2007.....	88
11 Evolução das notificações do Acordo SPS e do Acordo TBT para os produtos do Capítulo 4, leite e derivados, 1995 a 2007.....	89
12 Participação dos países selecionados no total de notificações para os produtos do Capítulo 4, leite e derivados, 1995 a 2007.....	90
13 Participação dos produtos lácteos selecionados nas notificações mundiais, 1995 a 2007.....	91
14 Objetivos das notificações mundiais ao Acordo SPS para os produtos lácteos selecionados, 1995 a 2007.....	92
15 Participação de exportações de produtos lácteos no valor total exportado em 2008 (janeiro a julho).....	116

16	Participação dos produtos lácteos exportados no faturamento total das empresas.....	123
17	Exigências dos países importadores.....	132
18	Evolução da pauta de exportações.....	136

LISTA DE TABELAS

	Página
1 Evolução da produtividade da pecuária leiteira de 1996-2007.....	11
2 Principais estados produtores de leite (1998-2006).....	12
3 Produção de leite por continentes de 2004 a 2007 - (milhões de toneladas em equivalente leite).....	20
4 Produção de leite e derivados de 2006 a 2008 - (milhões de toneladas em equivalente leite).....	22
5 Importação e exportação de lácteos por continente de 2004 a 2007 - (milhões de toneladas em equivalente leite).....	23
6 Principais participantes do comércio internacional de lácteos de 2004 a 2007 (milhões de toneladas em equivalente leite).....	25
7 Produção de leite e balança comercial – I Período (1995 a 1999).....	50
8 Fontes de crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos 1996-1999.....	51
9 Produção de leite e balança comercial – II Período (2000 a 2002).....	52
10 Fontes de crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos de 2000 a 2002.....	53
11 Produção de leite e balança comercial – III Período (2003 a 2007).....	54
12 Fontes de crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos de 2003 a 2006.....	56
13 Indicadores de vantagem comparativa revelada do setor lácteo brasileiro....	57
14 Balança comercial dos produtos lácteos brasileiros selecionados de 1996 a 2007 (Valor FOB - US\$ milhões).....	58
15 Balança comercial de produtos lácteos brasileiros selecionados de 1996 a 2007 (milhões de Ton.).....	58
16 Relação entre os índices de frequência e de cobertura.....	84
17 Classificação da Proteção Tarifária pela Relação entre Média e Mediana.....	86
18 Notificações ao Acordo TBT para os produtos lácteos selecionados, de acordo com as posições do SH, 1995 a 2007.....	93

19	Índices de Freqüência e Cobertura apresentados pela África do Sul, Angola e Argélia, aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, 1995 a 2007.....	94
20	Índices de Freqüência e Cobertura apresentados pelo Canadá, Estados Unidos, e Japão, aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, 1995 a 2007..	95
21	Índices de Freqüência e Cobertura apresentados pelos países Argentina, Bolívia, Chile e Cuba, aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, 1995 a 2007.....	96
22	Índices de Freqüência e Cobertura apresentados pelos países Paraguai, Uruguai e Venezuela, aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, 1995 a 2007.....	96
23	Tarifas prevalentes para os produtos do setor lácteo 2007.....	98
24	Incidência tarifária e principais países importadores de leite e derivados do Brasil (Posições do capítulo 4, seção I do SH) 2007.....	99
25	Estatística das tarifas dos países pertencentes à OMC para os produtos lácteos selecionados do Capítulo 4.....	101
26	Dificuldades enfrentadas após iniciada a exportação.....	124
27	Fatores estratégicos à competitividade no mercado internacional.....	126
28	Fatores determinantes do sucesso nas exportações.....	127
29	Fatores que interferem na exportação dos produtos lácteos brasileiros.....	127
30	Ações prioritárias das empresas para aumentar a participação no mercado internacional.....	128
31	Importância das BNTs na exportação de produtos lácteos.....	129
32	Fatores que incidem sobre os produtos lácteos exportados pelas empresas entrevistadas.....	130
33	Exigência de normas técnicas e sanitárias.....	131
34	Adequações solicitadas pelos importadores.....	133
35	Investimentos realizados pelas empresas em atendimento às exigências dos importadores.....	134
36	Expectativas mercadológicas para os próximos 5 anos.....	137

RESUMO

PEREIRA, Pollyanna Cardoso, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2008. **A inserção brasileira no mercado internacional de produtos lácteos: evolução e perspectivas.** Orientador: Cláudio Furtado Soares. Co-orientadores: Orlando Monteiro da Silva e Sebastião Teixeira Gomes.

Ao longo das últimas décadas, a cadeia agroindustrial do leite vem sendo considerada uma das mais representativas do agronegócio brasileiro. O processo de abertura econômica iniciado na década de 1990 expôs o setor lácteo brasileiro à competição internacional. Com isso, iniciou-se o processo de reestruturação produtiva, no sentido de estimular a modernização e obter ganhos em competitividade. A produção leiteira nacional alcançou uma expansão de 85,4% entre os anos de 1990 a 2007, o que está proporcionando ao país deixar a posição de tradicional importador de leite e derivados para a posição de exportador de produtos lácteos. O excesso de leite tornou-se uma realidade no mercado brasileiro, mas por não ter desenvolvido o canal de comercialização o setor encontra dificuldades no escoamento dos produtos. As primeiras consequências já despontam comprometendo o desenvolvimento alcançado na última década e mostrando sinais de uma possível retração da produção. Outro fator de relevância neste contexto é a peculiaridade de o comércio mundial de lácteos ser concentrado e marcado pelas elevadas barreiras ao comércio, o que o torna ainda mais restrito, sobretudo para os países em desenvolvimento. O Brasil vem sendo apontado como grande fornecedor de leite e derivados para o mercado internacional nos próximos anos, e muitas são as indagações que vêm exigindo dos pesquisadores uma resposta à seguinte questão: a exportação é uma alternativa de comercialização viável para o escoamento do excedente de leite? Considerando a importância da cadeia agroindustrial do leite na economia brasileira,

buscou-se inicialmente traçar o panorama do setor lácteo brasileiro e do setor mundial, visto que fatores internos e externos influenciam a competitividade das exportações brasileiras. Posteriormente, analisou-se o comportamento das exportações de produtos lácteos do Brasil em relação a seus principais concorrentes, no período de 1996 a 2007, apresentando a evolução das exportações, buscando compreender se o aumento das exportações de lácteos tem expressado (ou não) uma maior competitividade e com quais efeitos de desempenho ela se relaciona. Nessa análise, adotaram-se como metodologia o modelo de *constant market share* (CMS) e o indicador de vantagem comparativa revelada (VCR). Em seguida, caracterizaram-se as barreiras tarifárias e as barreiras não-tarifárias que incidem sobre os produtos lácteos, por constituírem o principal mecanismo de restrição ao comércio internacional. Nesta análise, avaliaram-se as notificações ao comércio por produto e mercados de origem e as principais barreiras comerciais impostas aos produtos lácteos pertencentes à pauta de exportações do Brasil, utilizando os coeficientes de frequência e de cobertura. A seguir, foi analisado se o comércio exterior nas empresas do setor lácteo brasileiro, por meio da exportação, constitui uma alternativa atrativa de escoamento para o excedente de leite previsto, identificando-se as tendências e perspectivas para o setor nos próximos cinco anos. Esse estudo contou com a participação de 14 empresas produtoras e exportadoras de produtos lácteos brasileiros, responsáveis por mais de 85% das exportações brasileiras desses produtos. Os resultados demonstram que o crescimento da produção e da produtividade de leite nas regiões Centro-Oeste e Sul foram acompanhados de um maior nível de investimentos na construção de novas unidades industriais nessas regiões. A nível mundial, os pólos da produção de lácteos tendem a se concentrar nos países da Ásia, Oceania e América do Sul. A avaliação do desempenho do setor no comércio exterior, análise de *constant market share*, identificou que a competitividade foi fundamental para a expansão da exportação brasileira de produtos lácteos. De acordo com os resultados, houve aumento na concorrência entre o Brasil e seus principais concorrentes, os produtos brasileiros foram destinados a mercados com maior dinamismo, e o incremento da participação brasileira no comércio mundial foi proporcionado pelo aumento da competitividade. Este aumento é explicado por múltiplos fatores, como as novas tecnologias de produção, a melhoria da qualidade do leite, a modernização e a construção de novas unidades industriais, entre outros. A avaliação das notificações emitidas pelos mercados revelou que a maioria das barreiras não-tarifárias impostas às exportações brasileiras de produtos lácteos é de ordem técnica e sanitária e que os Estados Unidos e o Japão foram os principais países notificadores. As barreiras

tarifárias e não-tarifárias reduzem o valor das exportações dos produtos lácteos brasileiros e incidem principalmente em produtos de maior valor agregado. Na avaliação de tendências e expectativas do setor lácteo brasileiro pelas empresas produtoras e exportadoras, constatou-se que a exportação é uma alternativa de comercialização promissora, com expectativa de ampliação em 40% para os próximos dois anos. Contudo, para alcançar o crescimento projetado e uma maior inserção e competitividade no mercado internacional, o setor terá que desenvolver políticas consistentes de incentivo ao produtor rural e de investimentos para atender às exigências do mercado internacional.

ABSTRACT

PEREIRA, Pollyanna Cardoso, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2008. **The Brazilian insertion in the international market of dairy products: evolution and perspectives.** Adviser: Cláudio Furtado Soares. Co-adviseres: Orlando Monteiro da Silva and Sebastião Teixeira Gomes.

Throughout the last decades, the agro-industrial milk chain has been considered one of the most representative in the Brazilian agribusiness. The process of economic opening started in the 1990's exposed the Brazilian dairy industry to the international competition. From then on the productive restructuration process was started, willing to stimulate the modernization and competitiveness. The national dairy production reached an expansion of 85,4% from 1990 to 2007, which is allowing the country to leave the previous position of traditional importer of milk and dairy products, for the position of exporter of dairy products. The surplus milk has become a reality in the Brazilian market, and as it has not developed the marketing channel, the industry finds difficulties in the disposal of the surplus products. The first consequences can already be noticed, compromising the development reached in the last decade and showing signs of a possible slowdown in the production. Another relevant point in this context is the peculiarity of the world trade in dairy, considered concentrated and marked by the high trade barriers, which make it even more restricted, especially in developing countries. Brazil has been considered as a potential major supplier of milk and dairy products to the international market in the next years and many answers are being demanded from the researches, for the following kind of question: is the export marketing a viable solution for the disposal of surplus milk? Considering the importance of the agro-industrial dairy chain in the

Brazilian economics, this work aimed on tracing the Picture of the Brazilian dairy industry and also the worldwide industry, as internal and external factors influence the competitiveness of Brazilian exports. Subsequently, the behavior of dairy export products from Brazil in comparison to their major competitors was analyzed, in the period from 1996 to 2007, presenting the evolution in the export trades, trying to understand if the increase on the dairy products exports means (or does not mean) a higher competitiveness and to what performance effects this competitiveness is related. For this analysis the adopted methodology was the *constant market share* (CMS) model and the “revealed” comparative advantage method (CAM). After that, tariff barriers and non-tariff barriers which affect dairy products were characterized, as they end up being the major mechanism of restriction to the international trade market. This analysis evaluated the trade notifications, by product and source market, and the major trade barriers imposed to the dairy products belonging to the Brazilian exporting list, using the coefficients of frequency and coverage. The following analysis checked if the foreign trade in the dairy industry companies through the exports is an attractive alternative for the disposal of the expected surplus milk, identifying the tendencies and perspectives for the industry in the next five years. This work addressed 14 companies which produce and export dairy products in Brazil, being responsible for more than 85% of the Brazilian exports of such products. The results show that the growth on production and productivity in the Brazilian regions of Mid-west and South were followed by a higher level of investments on the construction of new industrial units in these regions. Worldwide, the poles of milk production are concentrated in Asia, Oceania and South America. The evaluation on the industry performance in the foreign trade, with constant market share analysis, identified that the competitiveness was crucial to the expansion of Brazilian exports of dairy products. According to the result, there was an increase on the competition among Brazil and its major competitors, the Brazilian products were designated to markets with more dynamism, and the increase of the Brazilian participation in the world trade was provided by the increased competitiveness. This can be explained by multiple factors, such as the new production technologies, the improvement in the milk quality, the modernization and construction of new industrial units, among others. The analysis on the notifications issued by the markets revealed that the majority of non-tariff barriers imposed on Brazilian exports of dairy products are technical and sanitary and that the United States and Japan were the main notifiers. The tariff and non-tariff barriers reduce the value of Brazilian exported dairy products and focus mainly on products with higher added value. Evaluating

the trends and expectations of the Brazilian dairy industry by the producing and exporting companies, it was found out that exporting is a promising marketing alternative, expecting to expand by 40% in the next two years. However, to achieve the projected growth and a greater integration and competitiveness in the international market, the industry will have to develop consistent policies to encourage rural producers and investment policies to meet the demands of the international market.

INTRODUÇÃO GERAL

O agronegócio do leite no Brasil tem passado por mudanças importantes e teve sua dinâmica profundamente alterada a partir da década de 1990, quando se iniciaram o processo de desregulamentação do mercado e a abertura comercial.

A liberalização dos preços do leite e derivados, a importação desenfreada, a concentração do mercado, o avanço das empresas multinacionais, a ampliação da coleta de leite a granel, a mudança do eixo tradicional da produção para o Centro-Oeste e a redução do número de produtores, o investimento em novas tecnologias de produção e processamento, a existência de excedente de leite no mercado interno e a necessidade de novas alternativas de comercialização, por meio das exportações, transformaram em pouco tempo a dinâmica do setor lácteo brasileiro.

Durante muitos anos, o setor foi dependente da importação de lácteos ficando à margem do desenvolvimento tecnológico, o que resultou em baixo investimento na produção, desestímulo e atraso. Em parte, a política para garantir o abastecimento da população e o tabelamento do leite, que durou 46 anos, dificultava a melhoria da produção e elevava as importações. Tal prática mostrou-se predatória, encerrando-se no início da década de 1990 (MDIC, 2008).

No entanto, o fim do tabelamento não impediu que ocorresse uma segunda fase de importações. Mudanças importantes após a abertura comercial como a criação do Mercosul, o Plano Real e a melhoria de renda da população estimularam o consumo e a entrada de produtos importados com preços inferiores aos praticados no país de origem, uso de *dumping* (SOUZA, 1999). Esta crescente oferta de leite no mercado brasileiro, devido aos produtos importados, sobretudo da Argentina, penalizou ainda mais os produtores nacionais que passaram a receber preços extremamente baixos pelo leite no mercado interno.

A investigação de *dumping* feita pelo governo brasileiro contra exportadores da Nova Zelândia, União Européia, Argentina e Uruguai, concluída no final de 2000, resultou na aplicação de tarifas e estabelecimento de acordos de preços às empresas dos países investigados, a partir de 2001. A política de defesa comercial brasileira, por meio do acordo *antidumping*, e a inclusão do leite em pó, dos queijos e do soro de leite na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, com imposto de 27%, proporcionou um novo estímulo à produção de leite no Brasil e possibilitou ganho de

competitividade dos produtos lácteos brasileiros. Esta medida influenciou ainda o avanço das transações externas de produtos com maior valor agregado e a conquista de novos mercados (SILVA e FURLANETO, 2005; CNA, 2008).

O Brasil, que até então disputava com México e Argélia a posição de maior importador de lácteos do mundo, passou por um processo intenso de substituição das importações. As mudanças estruturais que ocorreram no setor leiteiro, com investimentos em pesquisa, alimentação do rebanho, genética, informática e qualidade da matéria-prima possibilitaram o aumento da produção e foram decisivas para a substituição das importações, ampliando as perspectivas das exportações.

Em consequência da redução das importações, houve crescimento significativo da participação do leite nacional no consumo aparente. Em 1997, os 1,3 bilhões de litros de leite em pó importados corresponderam a 10,3% do consumo. Em 2007, a participação do leite importado foi de apenas 350 milhões de litros, 1,3% do consumo (CNA, 2008).

A substituição das importações permitiu ampliar a produção nacional em 4,4% ao ano a partir de 2001. Da mesma forma, o Valor Bruto da Produção de Leite (VBP) passou de R\$ 9,3 bilhões em 2001 para R\$ 17,0 bilhões em 2007, incremento de 82,8% no período (CNA, 2008).

Para chegar a esse patamar de crescimento, toda a cadeia do leite passou por profundas transformações. A atividade primária respondeu às condições do mercado, o setor industrial reativou unidades produtivas, expandindo as áreas de fabricação e buscando novas oportunidades de mercado (CAMPOS, 2005).

Assim, em 2004, iniciou-se uma trajetória diferente na história, e o país obteve um crescimento das exportações com a abertura de novos mercados, alcançando pela primeira vez superávit com o comércio de produtos lácteos. As vendas brasileiras de produtos lácteos cresceram 2.221% em volume e 819,4% em valor no período de 1995 a 2007, enquanto as importações se reduziram em 82,3% em volume e em 75,9% em valor. Segundo Leite et al (2008), neste período destaca-se a expansão do mercado brasileiro, que em 1996 fornecia produtos para 15 países e em 2006 já perfazia 96 países nos cinco continentes, apresentando acréscimo superior a 540% de novos clientes.

O crescimento das exportações de lácteos em 2007 obteve novo recorde, totalizando US\$ 299,5 milhões. Além dos compradores tradicionais do produto brasileiro, novos importadores, como a Venezuela, aumentaram a demanda

principalmente pelo leite em pó e pelo leite condensado/evaporado (MDIC/SECEX, 2008).

Apesar de a expectativa para o desempenho do setor ser positiva, o amplo protecionismo internacional e a instabilidade no mercado mundial de lácteos constituem grandes barreiras a serem enfrentadas. De modo geral, as transações comerciais apresentam muitas distorções e barreiras ao livre comércio, resultantes de políticas governamentais complexas aplicadas tanto a nível doméstico como internacional.

As conseqüências dessas distorções são a intensa concentração e redução do mercado mundial de lácteos, que equivale a aproximadamente 5,6% da produção mundial, estimada em 676,3 bilhões de litros de leite ao ano (FAO, 2008). Os preços muito voláteis, o consumo *per capita* abaixo do recomendado por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), e as crises recorrentes em países que não contam com protecionismo, sobretudo nos países em desenvolvimento, também são reflexos dos impactos negativos gerados pelas políticas protecionistas.

O protecionismo, seja na forma de subsídios às exportações ou na forma de barreiras ao acesso aos mercados, deprime os preços internacionais, desestabiliza o mercado e desloca da produção eficientes fornecedores que não utilizam práticas protecionistas.

Além das restrições tarifárias, há ainda as barreiras não-tarifárias, que dificultam o acesso aos mercados, principalmente dos países desenvolvidos, e incluem as restrições quantitativas (quotas, proibições, restrições voluntárias) e as barreiras técnicas e sanitárias, que afetam diretamente o segmento de lácteos.

Diante deste cenário, fica evidente que a ampliação das exportações brasileiras de lácteos depende, entre outros fatores, da reforma do comércio internacional no setor e do estabelecimento de acordos bilaterais e multilaterais, nas rodadas de negociação, tanto entre os blocos econômicos quanto na OMC. O Brasil vem participando de diferentes negociações internacionais, desde o âmbito de preferências comerciais ao mercado comum (Mercosul), passando por acordos birregionais (UE-Mercosul), hemisféricos (Alca) e multilaterais (OMC).

A perspectiva de redução e posterior eliminação dos subsídios à exportação contribuem para que o Brasil aumente suas oportunidades, contudo é necessário desenvolver uma produção de leite de qualidade, a fim de que o produto brasileiro consiga romper as barreiras sanitárias e assim alcançar novos mercados.

Neste contexto, além dos aspectos relacionados à diminuição do protecionismo internacional, outros como os preços favoráveis, conquista de novos mercados e câmbio terão influência direta no mercado e possibilitarão a expansão das exportações brasileiras. Não obstante os avanços decorrentes destas medidas, a profissionalização do setor lácteo brasileiro ainda é um processo em curso, e as oscilações entre bons e maus momentos levam o setor a ter dificuldade de estabelecer objetivos de longo prazo e a se consolidar no mercado internacional como um dos grandes *players* mundiais do setor de lácteos.

As possibilidades de aumento da produção apontadas em vários estudos prevêem um excedente num cenário desfavorável de 5% e num cenário provável de 12% da produção nacional, o que equivale a um saldo entre 2 a 5 bilhões de litros, para 2020, que poderão ser exportados (PEREZ e SILVA, 2007; CARVALHO *et. al.*, 2008).

Considerando a demanda por leite no mercado externo, que cresce entre 3,5% e 4% ao ano, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2008), a tendência é que o Brasil atenda a grande parte dessa demanda em razão de sua disponibilidade de áreas para pastagem e facilidades para aumentar a produção.

Diante dessas previsões, exportar deixa de ser uma opção e torna-se uma necessidade para o setor lácteo brasileiro. Partindo da percepção dessa nova dinâmica de inserção do Brasil no mercado internacional, que se caracteriza por uma tendência de mudança na estrutura da pauta, da pressuposição de que uma base consistente de crescimento econômico passa por uma integração competitiva, das atividades produtivas aos fluxos de comércio externo, as perspectivas deste trabalho são: a) analisar o comportamento da exportação de produtos lácteos brasileiros na última década (período 1996 a 2006), no contexto dessas transformações, e os principais fatores que direcionaram o país ao novo posicionamento no mercado internacional; b) caracterizar o mercado importador e exportador de produtos lácteos, sob a ótica das barreiras tarifárias e não-tarifárias, sobretudo das barreiras técnicas e sanitárias, avaliando as notificações ao comércio por produto e mercados de origem e as principais barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas aos produtos lácteos pertencentes à pauta de exportações do Brasil; e c) analisar se o comércio exterior nas empresas do setor lácteo brasileiro, por meio da exportação, constitui uma alternativa atrativa para o escoamento do excedente de leite previsto, identificando as estratégias e ações prioritárias que o setor pode desenvolver para aumentar a participação no mercado internacional.

Com esses objetivos, este trabalho apresenta inicialmente (Capítulo 1) o panorama do mercado brasileiro e mundial de produtos lácteos, avaliando o papel do setor lácteo brasileiro neste contexto e destacando suas especificidades quanto à produção, mercado e políticas comerciais.

Em seguida (Capítulo 2), é feito um diagnóstico do desempenho da pauta de exportações brasileiras, considerando os principais mercados importadores. Os fatores que tiveram influência nesse processo de mudança são detectados por meio do modelo de *Constant Market Share*, que permite decompor os principais indicadores ou fontes de crescimento das exportações. Neste capítulo, faz-se a descrição do método, suas vantagens e limitações e discutem-se os resultados obtidos. A análise é complementada pelo cálculo do índice de vantagem comparativa revelada, que tem por objetivo detectar que produtos vêm se sobressaindo na estrutura da pauta de exportações brasileira ao longo do tempo.

A análise em nível mundial tem importância por permitir a comparação entre os fenômenos observados no Brasil e os ocorridos no resto do mundo, ou seja, verificar se existe especificidade na dinâmica do comportamento da pauta de exportações do setor lácteo brasileiro por fatores internos e, ou externos, ou se esta reflete apenas a tendência do mercado mundial.

O Capítulo 3 apresenta a avaliação das barreiras tarifárias e não-tarifárias às exportações dos produtos lácteos brasileiros, destacando a influência das barreiras técnicas e sanitárias na restrição ao comércio de produtos lácteos.

No Capítulo 4, identificam-se as tendências e as perspectivas das exportações brasileiras de produtos lácteos, na visão das empresas produtoras e exportadoras do setor. A identificação das estratégias e ações que vêm sendo desenvolvidas por estas empresas possibilita que outras empresas possam ter na exportação uma oportunidade de negócio.

O Capítulo 5 apresenta as principais conclusões do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, J. M. N. Enfim, no time dos exportadores! **Anuário DBO 2005**, n. 292, p. 50-51, mar. 2005.

CARVALHO, M. P.; MARTINS, P. C.; WRIGHT, J. T. C.; SPERS, R. G. **Cenários para o leite no Brasil em 2020**. Agripoint Consultoria, 2007, 190 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, (CNA). **Perspectivas para o mercado de leite**. Disponível em: <http://www.cna.org.br> - Acesso em: 08/10/2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, **Food Outlook**, Global Market Analyses, Junho 2008, 62 p. Disponível em: <http://www.faostat.fao.org> - Acesso em: 23/08/2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC/SECEX). **Tarifa Externa Comum (TEC)**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=337-> Acesso em: 23/06/2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Os preços elevados dos alimentos e a segurança alimentar: ameaças e oportunidades**. Disponível em: http://www.fao.org/sof/sofi/index_es.htm Acesso em: 23/06/2008.

PEREZ, L. H.; SILVA, R. O. P. Exportações de Produtos Lácteos: um negócio de futuro. **Análises e indicadores do agronegócio**. v.2, n.11, novembro 2007.

SILVA, V.; FURLANETO, F. P. B. Balança comercial de produtos lácteos: performance e implicações. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 8, p. 62-66, ago. 2005.

SOUZA, O.T. **O setor leiteiro: políticas, competitividade e impactos da liberalização comercial nos anos 90**. Dissertação (Mestrado Economia Rural) - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999.

CAPÍTULO I

PANORAMA DO MERCADO BRASILEIRO E MUNDIAL DE PRODUTOS LÁCTEOS

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais sobre o mercado de lácteos

O sistema agroindustrial do leite no Brasil vem passando por intensas mudanças estruturais desde a desregulamentação do setor na década de 90, a abertura comercial ao exterior e ao Mercosul e o processo de estabilização da economia. Estas mudanças geraram liberalização e diferenciação de preços da matéria-prima, competição com produtos importados, aquisições e alianças estratégicas no meio empresarial, ampliação da coleta a granel, redução do número de produtores, reestruturação geográfica da produção, problemas de padronização do produto e a substituição gradativa das importações. Durante os anos de 1990 a 2000, observou-se no mercado interno um processo de reestruturação da indústria de laticínios direcionado à concentração das atividades e com a participação crescente de empresas multinacionais no mercado (MARTINS *et al.*, 2001; JANK e GALAN, 1999).

As conseqüências destas mudanças para a produção de leite resultaram em maior especialização do setor produtivo, aumento da produtividade pela incorporação de novas tecnologias de produção, redução do número de produtores, melhoria da qualidade do produto, aumento de escala de produção e redução da sazonalidade. O crescimento da produção e a formação de excedentes a partir de 2001 levaram o setor a se mobilizar para ganhar o mercado internacional, como potencial exportador de lácteos, que ocorreu em 2004 com um superávit de US\$ 11,4 milhões.

Esforços têm sido direcionados para impulsionar as vendas externas de lácteos, porém o mercado mundial continua marcado por barreiras ao livre comércio como tarifas de importação entre as mais altas do universo tarifário, cotas mínimas de importação administradas de forma protecionista, subsídios e ajudas internas e subsídios às exportações.

Neste cenário, conseguir exportar não significa que o país deixará de importar, uma vez que a economia se encontra aberta e depende dos preços internalizados de cada produto. Outros fatores relacionados à manutenção e ampliação das exportações se relacionam à competitividade nos mercados de destino, o que envolve assimilar custos

adicionais de fretes, capacitar a cadeia produtiva para exportar e ter eficiência para competir num mercado ainda caracterizado por elevados subsídios e protecionismos tarifários e não-tarifários, alcançar os padrões internacionais de qualidade e cumprir as exigências sanitárias dos países compradores. Além destes fatores, as oscilações cambiais vem representando forte ameaça à exportação de lácteos no Brasil.

Para entender o problema em sua plenitude, faz-se necessário o conhecimento dos fatores que determinam a condição do setor lácteo brasileiro hoje, tanto no âmbito interno como no externo. Com este fim, realizou-se inicialmente uma revisão sobre o panorama do setor lácteo no Brasil, e os principais fatores intervenientes, seguida de uma abordagem da situação do setor lácteo mundial, assim como a inserção do Brasil no comércio internacional, uma vez que é crescente sua participação nas exportações e substituição das importações. O que se pretende responder neste capítulo é: a) como se caracteriza o setor leiteiro no Brasil hoje? e b) como a indústria laticinista brasileira se articula com o mercado internacional?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o panorama do mercado interno e externo de lácteos com o intuito de avaliar o papel do setor lácteo brasileiro neste contexto.

1.2.2 Objetivos específicos

- Avaliar os aspectos econômicos e institucionais do setor leiteiro no Brasil.
- Enfocar a situação atual do comércio internacional de produtos lácteos destacando suas especificidades quanto à produção, mercado e políticas comerciais.

1.3 METODOLOGIA

Objetivando conhecer o cenário mercadológico do setor leiteiro brasileiro e mundial, o presente capítulo desenvolveu-se como de natureza qualitativa e exploratória. Segundo Malhotra (2006), em pesquisas que têm como objetivo

familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão do mesmo, estudos do tipo exploratórios são os mais indicados, pois são um prerequisite necessário para definir o problema e identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem.

A pesquisa exploratória é caracterizada pela utilização de métodos amplos e versáteis, como o levantamento de dados em fontes secundárias (bibliográficas, documentais, entre outras), levantamentos de experiência, estudos de caso selecionados e observação informal (MATTAR, 1996).

1.3.1 Coleta e análises dos dados

As informações necessárias para o desenvolvimento deste trabalho foram obtidas pela coleta de dados secundários em bancos de dados, revistas, artigos, livros e outras fontes de informação.

Utilizou-se o MS-Excel para as análises complementares aos dados obtidos.

1.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.4.1 Panorama do setor lácteo brasileiro - aspectos econômicos e institucionais

No Brasil, a produção de leite é uma das atividades mais relevantes do agronegócio nacional. Embora coexistam uma grande heterogeneidade da base produtiva e dificuldades quanto à especialização do rebanho e produtividade média, há um intenso processo de transformação que vem sendo impulsionado por fatores externos e internos à economia brasileira. Um elemento de natureza externa é a pressão competitiva que tem origem basicamente em três elementos: a reforma tarifária de 1990, a formação dos blocos econômicos e os resultados das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas Rodadas do Uruguai¹ e da Rodada de Doha². Estes acontecimentos forçaram o setor a rever sua estrutura de custos, balizando-a com a existente nos países tecnologicamente mais desenvolvidos.

¹ Rodada de negociações multilaterais sobre o comércio internacional, visando à redução das barreiras ao comércio, no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (1986-1994).

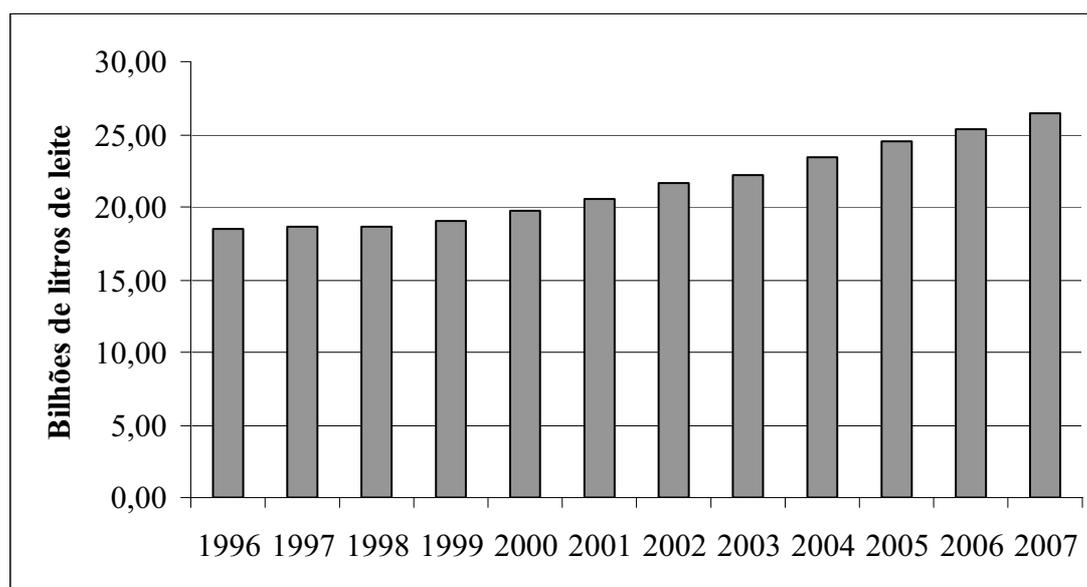
² Rodada de negociações multilaterais sobre o comércio internacional, visando à redução das barreiras ao comércio, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (2001- em andamento).

Marcada por uma grande diversidade, associada a fatores regionais peculiares, a produção leiteira, nos últimos anos, se desloca geograficamente para regiões onde as condições, principalmente relacionadas a custos, sejam mais atrativas em relação às atuais exigências econômicas para o setor.

1.4.1.1 Produção, produtividade e preços domésticos

Segundo Ferro (2008), a produção de leite aumentou 85,4% entre 1990 e 2007, passando de 14,4 bilhões de litros/ano para 26,7 bilhões de litros/ano. Para 2008, a projeção é de 28,89 bilhões de litros de leite, o que representa um crescimento de 8% frente ao volume de 2007, com um incremento de 2,14 bilhões de litros de leite.

A produção brasileira de leite cresceu à taxa média anual de 3,31% no período de 1996 a 2007. Como se pode observar na Figura 1, este crescimento ocorreu de forma sistemática no decorrer de todo o período.



Fonte: Adaptado de Embrapa Gado de Leite (2008) e IBGE (2008).

Figura 1. Produção brasileira de leite entre 1996 e 2007

Quanto à produtividade, a pecuária leiteira nacional apresenta baixos índices quando comparada à de outros países, incluindo os do Mercosul. A produtividade anual por vaca ordenhada no período de 1996 a 2007, bem como o crescimento da produção neste período são apresentados na Tabela 1. Observa-se que, além de ser baixa, a produtividade vem aumentando a uma taxa média pouco expressiva. Quanto ao aumento da produção, vários fatores concorrem para este incremento como o melhoramento genético do rebanho e o manejo, mas os baixos níveis de incorporação de novas tecnologias e capacitação tecnológica impedem o crescimento da produtividade.

Tabela 1. Evolução da produtividade da pecuária leiteira de 1996-2007.

Ano	Produtividade (litros/vaca/ano)	Taxa de Crescimento	
		Produtividade	Produção
1996	1.138	-	-
1997	1.095	-3,78	0,82
1998	1.082	-1,19	0,15
1999	1.096	1,29	2,01
2000	1.105	0,82	3,65
2001	1.127	1,99	3,76
2002	1.152	2,22	5,52
2003	1.156	0,35	2,82
2004	1.172	1,38	5,49
2005	1.191	1,62	4,67
2006	1.213	1,85	3,36
2007	1.231	1,48	4,11
Média (1996-2007)	1.131	0,73	3,31

Fonte: Adaptado de Embrapa Gado de Leite, 2008.

1.4.1.1.1 Produção e produtividade regionais

A diversidade de recursos naturais e climáticos assim como das condições socioeconômicas das regiões brasileiras proporcionam uma heterogeneidade quanto à produção e produtividade de leite.

De acordo com o Índice de Captação de Leite (Icap-L/Cepea), a produção de 2007 foi 9,88% superior à de 2006, com destaque para o estado de São Paulo, onde o volume aumentou 19,15% no mesmo período. Em Minas Gerais, principal estado produtor de leite, o aumento foi de 6%, o que é considerado expressivo, visto que o estado produz 28% do total de leite do país (CEPEA, 2008).

A produção leiteira concentra-se nas regiões Sudeste (38,35%) e Sul (27,71%), que respondem por aproximadamente 66,06% da produção nacional. O estado de Minas Gerais mantém a liderança, participando com 27,93% da produção nacional, seguido por Paraná (10,65%), Rio Grande do Sul (10,33%) e Goiás (10,29%). Na Tabela 2, observa-se a evolução da produção de leite de 1998 a 2006 em dez estados considerados os maiores produtores de leite em 2006.

Tabela 2. Principais estados produtores de leite (1998-2006).

Estado	Quantidade (1.000.000 litros)									Variação % (2005/2006)
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Minas Gerais	5.688	5.801	5.865	5.981	6.177	6.320	6.629	6.909	7.094	2,7
Paraná	1.625	1.725	1.799	1.890	1.985	2.141	2.394	2.568	2.704	5,3
Rio Grande do Sul	1.915	1.975	2.102	2.222	2.330	2.306	2.365	2.468	2.625	6,4
Goiás	1.979	2.066	2.194	2.322	2.483	2.523	2.538	2.649	2.614	-1,3
São Paulo	1.982	1.913	1.861	1.783	1.748	1.785	1.739	1.744	1744	0,0
Santa Catarina	871	907	1.003	1.076	1.193	1.332	1.487	1.556	1.710	9,9
Bahia	683	672	725	739	752	795	842	890	906	1,7
Pará	311	311	380	459	577	585	639	697	691	-0,8
Rondônia	372	409	422	476	644	559	646	692	637	-8,0
Pernambuco	286	266	292	360	392	376	397	527	630	19,7

Fonte: Adaptado de IBGE (2008).

Apesar de a região Sudeste liderar a produção nacional de leite, os estados das regiões Sul e Centro-Oeste vêm apresentado taxas de crescimento muito superiores às observadas nos estados do Sudeste, atraindo por sua vez a construção de novas fábricas de laticínios e aumentando a capacidade processadora das já existentes. A migração da atividade leiteira mencionada em trabalhos de Vilela *et al.* (2002) evidencia que a localização regional da base produtiva de leite é importante para compreender a concentração regional da indústria de laticínios. Isso porque, sendo o leite um produto altamente perecível, os custos de transporte e de manutenção da qualidade da matéria-prima são fatores determinantes na competitividade industrial, e, conseqüentemente, da localização espacial das unidades industriais de processamento.

Quanto à produtividade, destacam-se os estados da região Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná), que ocupam, respectivamente, as três primeiras posições

nesta classificação, indicando que a pecuária leiteira está crescendo nas regiões de maior produtividade.

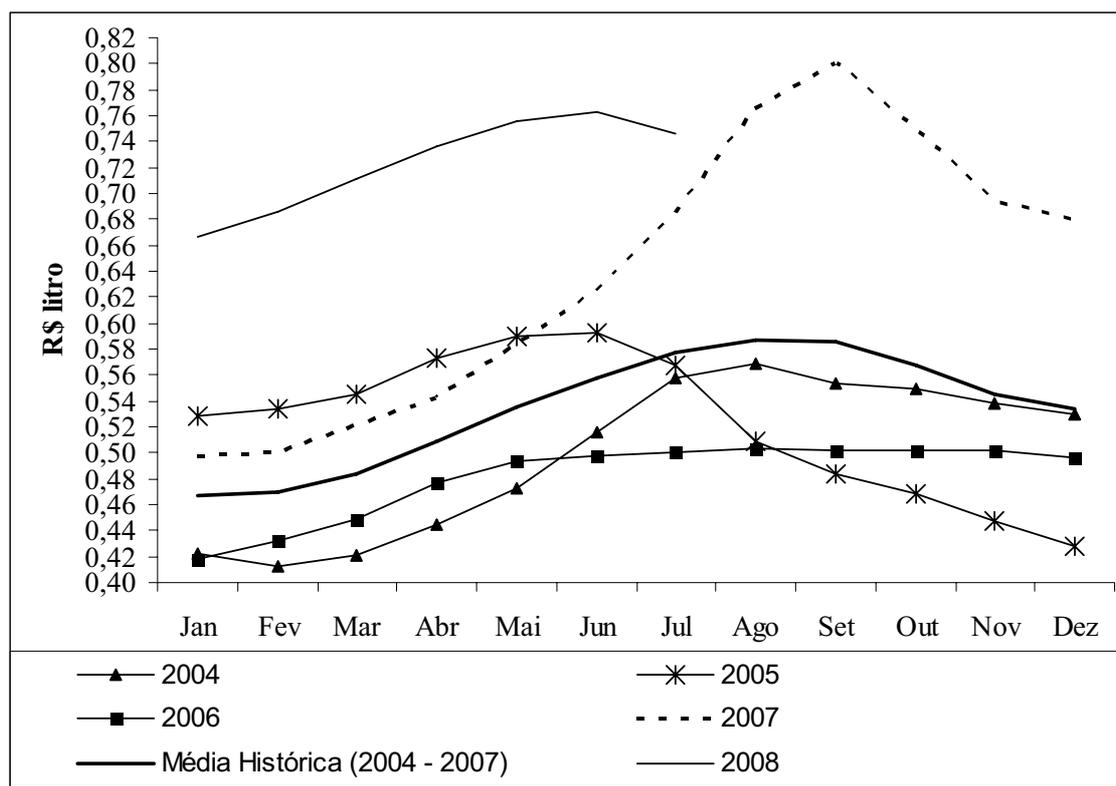
Os estados que possuem maior produção de leite abrigam, ao mesmo tempo, realidades distintas quanto à produção/produtividade/capacidade de processamento de leite, devido, principalmente, a níveis tecnológicos distintos e à existência de parque industrial heterogêneo. Coexistem num mesmo espaço as mais modernas empresas do país e inúmeras empresas de pequeno porte, com capacidade de processamento inferior a 1.000 l/dia, desprovidas de condições básicas de industrialização e competitividade (SEBRAE, 2006).

1.4.1.1.2 Preços

Os elevados preços do leite em 2007 e nos primeiros meses de 2008 têm estimulado os pecuaristas a aumentar o volume produzido. O Índice de Captação de Leite (Icap-L/Cepea) de fevereiro de 2008 foi 23% superior ao do mesmo mês de 2007. Comparando os períodos de março de 2006 a fevereiro de 2007 aos de março de 2007 a fevereiro de 2008, observa-se um crescimento de 12% (CEPEA, 2008).

A média histórica de preços do leite dos últimos cinco anos ocorreu em 2007 (Figura 2). A média de preços dos três primeiros meses de 2008, já supera em 41% a média do mesmo período dos dez anos anteriores (1998 a 2007) (CEPEA, 2008).

No período de janeiro a junho de 2008, o pecuarista brasileiro ganhou em média R\$ 0,68 por litro. A redução da oferta e o aumento da demanda – tanto interna quanto externa – garantiram o bom desempenho deste período (NOGUEIRA, 2008).



Fonte: Adaptado de Cepea-Esalq/USP (2008).

Figura 2. Evolução dos preços pagos ao produtor rural no período de 2004 a 2008 – (média de RS, SC, PR, SP, MG, GO e BA).

Entretanto, há outras variáveis que afetam o preço do leite, como os elevados custos dos insumos agrícolas e grãos, e embora a conjuntura atual seja mais favorável, constata-se que o atual cenário submete o produtor a margens de lucro cada vez menores, levando-o a ampliar a escala de produção e a modernizar-se para reduzir custos. Desta forma, a profissionalização do setor e a eficiência produtiva passam a ser cada vez mais critérios diferenciadores na atividade, e os produtores sem condições de incorporar as novas tecnologias acabam ficando à margem do processo.

1.4.1.2 Melhoria da qualidade do leite

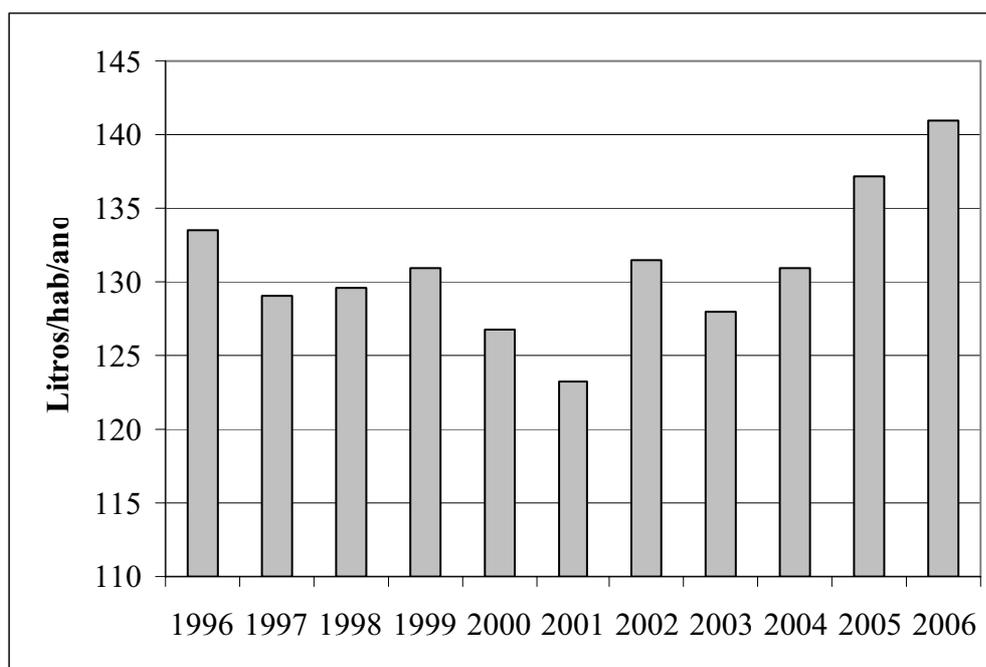
A melhoria de qualidade do leite é uma exigência indispensável para a competição no mercado e vem sendo implantada pelas indústrias por meio da granelização e refrigeração da matéria-prima, e adoção das Boas Práticas de Fabricação e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle no processo de produção e de comercialização.

Em 1º de julho de 2002, entrou em vigor a Instrução Normativa nº 51, como parte do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – PNQL. Esta Instrução estabelece padrões técnicos para a produção, identidade e qualidade do leite tipos A, B, C, do leite pasteurizado e do leite cru refrigerado, além de regulamentar a coleta de leite cru refrigerado e seu transporte. Este conjunto de medidas visa à melhoria gradativa da qualidade do leite brasileiro e contribui, tanto para aumentar a competitividade, como para estimular a demanda por produtos lácteos brasileiros.

Com produtos de qualidade é possível agregar valor, abrir novos mercados, aumentar as exportações e o consumo no mercado interno. Para atingir esses objetivos, no entanto, há que garantir ao consumidor um produto seguro, com excelentes características nutricionais e maior vida de prateleira. Ao mesmo tempo, a regulamentação de padrões de qualidade para o leite tem levado a indústria de laticínios a introduzir sistemas de pagamento diferenciados por qualidade da matéria-prima, regularidade da entrega e, mais recentemente, pela quantidade de sólidos como proteínas, gordura e lactose.

1.4.1.3 A demanda de leite no Brasil

O consumo nacional de leite entre 1996 e 2006 teve média de 133 litros/pessoa/ano. Embora tenha sido registrada uma expansão no consumo *per capita* anual, como mostra a Figura 3, esse valor ainda é incipiente, considerando-se os 180 litros/ano recomendados pelas agências internacionais de saúde como a Organização Mundial da Saúde – OMS.



Fonte: Embrapa Gado de Leite (2007).

Figura 3. Consumo de leite no Brasil (1996-2006).

No intuito de aumentar a competitividade e estimular a demanda por produtos lácteos, a fim de acompanhar a tendência de crescimento da produção as empresas deverão estimular o consumo interno por meio de esforços publicitários, pois, apesar da expansão no consumo *per capita* anual, ainda há um déficit em relação à quantidade mínima recomendada pela (OMS).

Segundo Ponchio et al (2005), a demanda por leite fluido no Brasil é complexa, pois é influenciada por um conjunto diversificado de produtos que têm elasticidade renda bastante distinta, além da existência de produtos substitutos. Desde 2003, o Brasil tornou-se auto-sustentável na produção de leite e um excedente começou a existir. Segundo estimativas da produção, do consumo *per capita* e dos excedentes, no período de 2005 a 2015, haverá um excedente exportável crescente de 1 bilhão a 5 bilhões de litros de leite/ano (CARVALHO, 2007).

Observa-se então que a demanda é dependente do consumidor final e do conjunto de produtos lácteos que ele consome. No caso brasileiro, segundo Martins (2004), houve mudanças substanciais na demanda e no mix de produtos ofertados e consumidos. Destaca-se entre outros o crescimento no consumo do leite longa vida e de produtos com maior valor agregado como queijos, iogurtes e sobremesas.

Para Carvalho (2007), os fatores que promoveram o crescimento do setor nos últimos anos, sobretudo a abertura comercial e o processo de estabilização da economia,

foram sobrepostos por novos fatores como a mudança nos hábitos de consumo e o envelhecimento da população. Nesta conjuntura, despontam outros desafios e ações que devem ser desenvolvidas por todo o setor, como o reposicionamento dos lácteos como produtos saudáveis e atrativos à população em seus diversos segmentos e a inovação em produtos, sistemas de distribuição e embalagem.

1.4.2 Aspectos econômicos do mercado mundial de produtos lácteos

O comércio mundial de lácteos é considerado pouco dinâmico e muito concentrado, visto que dos 676,3 bilhões de litros de leite produzidos em 2007, estima-se que, apenas, 38 bilhões de litros, ou seja, 5,6% do total mundial tem como destino o comércio internacional e, deste montante, apenas a metade é comercializada sem incentivos governamentais (FAO, 2008). Neste mercado, os exportadores representam um número relativamente reduzido, com um claro domínio da Oceania e da União Européia como exportadores, e dos países da Ásia, África e América Latina, como importadores. Os países em desenvolvimento detêm parcelas pouco expressivas do volume de comércio, apesar de alguns estarem entre os maiores produtores, como Índia, China e Brasil, respectivamente, segundo, quarto e sétimo produtores mundiais de leite.

As políticas de intervenção e proteção ao setor leiteiro, sobretudo as adotadas pelos países desenvolvidos, variam amplamente tanto no modo como na magnitude. De modo geral, as medidas podem ser classificadas em três grandes grupos: as políticas de sustentação de preços/ajudas ao produtor, denominadas de ajudas internas/ subsídios internos; os subsídios/créditos às exportações; e as restrições à importação (acesso ao mercado – proteção de fronteira).

Segundo Capellini (2006), o mercado internacional de lácteos é resultante de um caso extremo de distorções e barreiras ao livre comércio, produto de uma complexa rede de políticas governamentais, aplicadas tanto a nível doméstico como a nível mundial. Neste sentido, a implementação do Acordo de Agricultura da Rodada do Uruguai avançou ao estabelecer regras para o comércio agropecuário, como a exigência de conversão das barreiras não-tarifárias (quotas, tarifas variáveis) nos equivalentes tarifários, processo que ficou conhecido como tarifificação. Entretanto, as reduções efetivas de tarifa foram pouco significativas. A tarifa *ad valorem* média dos produtos agrícolas é de 62%, existindo grande dispersão entre países e produtos, em contraposição à média de 5% para produtos manufaturados (ITC, 2008). As reduções

tarifárias obtidas na Rodada do Uruguai para o setor lácteo foram insignificantes, e os níveis atuais de proteção são os mais elevados dentre os produtos agrícolas. A tarifa média do setor é de 32,22%, o que dificulta o acesso aos mercados dos países desenvolvidos (BRANDÃO e LEITE, 2002; CAPELLINI, 2006; ITC, 2008). Todas estas barreiras ao livre comércio criam um ambiente comercial altamente distorcido e prejudicial, principalmente para os países em desenvolvimento que possuem excedentes exportáveis.

Esta política restritiva pode causar impactos negativos ao setor lácteo brasileiro, uma vez que deprime os preços no mercado internacional e reduz o incentivo para a expansão da produção.

Quanto à produção mundial de leite, observa-se crescimento, devido principalmente ao aumento da produção nos países asiáticos, na América Latina e nos Estados Unidos. A previsão de crescimento na produção de leite é em média de 4,5% para os países em desenvolvimento em contraposição aos 1,1% dos países desenvolvidos. A Ásia e a América do Sul são apontadas como grandes produtores de leite, não só para abastecimento do mercado local e substituição das importações, como também no mercado internacional, uma vez que haverá excedente exportável. A Ásia é a região mais consolidada no mundo quanto à produção de leite, além de ser a maior consumidora mundial de produtos lácteos e a maior importadora em equivalente leite. No comércio mundial, Austrália e Nova Zelândia constituem a maior região exportadora de lácteos, com exportações líquidas de um terço das exportações mundiais (FAO, 2008).

1.4.2.1 Panorama das exportações e importações de produtos lácteos pelo Brasil

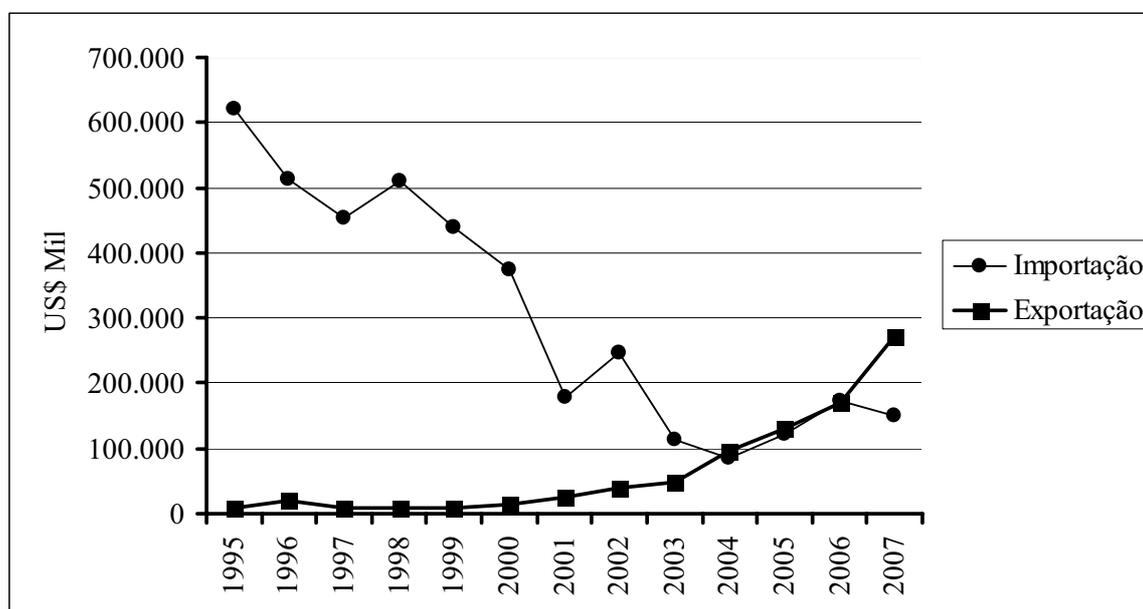
O Brasil é o sétimo maior produtor mundial de leite com, 4,35% da produção mundial (FAO, 2008). Quanto à posição do país no mercado internacional de lácteos, observa-se evolução da condição de importador líquido de produtos lácteos, chegando a importar na década de 1990 um volume médio em equivalente leite de quase 10% da produção nacional, para exportador líquido nos anos de 2004, 2005 e 2007.

Analisando a balança comercial do setor lácteo brasileiro de 1995 a 2007, o resultado mais significativo na nova conjuntura do mercado exterior foi em 2007, com superávit de US\$ 122,4 milhões. As exportações em 2007 totalizaram 96,6 mil toneladas e US\$ 273,3 milhões, o que significou um aumento de 8,5% em volume e

97,3% em valor se comparado a 2006. O produto com maior volume de vendas foi o leite em pó integral com US\$ 153,5 milhões, 56,16% do total exportado, seguido pelo leite condensado com US\$ 41,36 milhões e 15,10% do total exportado (SECEX, 2008; FERRO, 2008).

Em 2007 as importações totalizaram 63,6 mil toneladas e US\$ 150,8 milhões, o que representou 32,4% de redução em volume e 2,5% em valor se comparado a 2006. O principal produto importado foi o soro de leite em pó, com US\$ 52,91 milhões, 35,1% do total importado em 2007 (SECEX, 2008). Quanto aos países fornecedores de lácteos para o Brasil, tanto o número de países como os valores das importações diminuíram. Em 1996, o Brasil importava produtos lácteos de 33 países e em 2007 de 18 países (LEITE et al, 2008).

No período de 1995 a 2007, o volume importado de lácteos foi reduzido em 82,3%, passando de 360,2 mil toneladas em 1995, para 63,6 mil toneladas em 2007. As exportações passaram de 4,35 mil toneladas em 1995 para 96,6 mil toneladas em 2007, um acréscimo de 2.221%. Na Figura 4, observa-se a evolução dos valores das exportações e importações de lácteos, considerando os produtos do Capítulo 04 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)³, leite e derivados.



Fonte: Adaptado de SECEX (2008).

Figura 4 - Evolução da importação e exportação de produtos lácteos pelo Brasil em valores FOB, 1995 a 2007.

³ A Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) tem por base o Sistema Harmonizado (SH) sendo composto por oito dígitos, os seis primeiros são formados pelo SH e o sétimo e o oitavo correspondem a desdobramentos específicos atribuídos ao âmbito do MERCOSUL. A estrutura e composição da NCM foi adotada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, a partir de janeiro de 1995.

Outros fatores que vem impulsionando o movimento de exportação no Brasil são os preços atrativos dos produtos lácteos no mercado internacional, as expectativas de excedente de leite e a implantação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade - PNQL (PONCHIO, GOMEZ e PAZ, 2005; CARVALHO, 2007; MARTINS, 2007).

1.4.2.2 Tendências da produção mundial de leite

A produção mundial de leite continua em crescimento, devido principalmente ao aumento da produção na Ásia, na América do Sul e nos Estados Unidos, como mostra a Tabela 3. Em 2007 a produção mundial de leite foi de 676 bilhões de litros e obteve um aumento 1,8% se comparado a 2006. Tal fato resultou em um aumento da produção mundial de produtos lácteos *per capita* da ordem de 1,1%, uma porcentagem alta em relação à maioria dos outros setores agrícolas (FAO, 2008). O crescimento esperado para 2008 é de 2,5%, estimulado principalmente pelos preços mais atrativos.

Tabela 3. Produção de leite por continentes de 2004 a 2007 - (milhões de toneladas em equivalente leite).

	Produção				Variação 2007/2004
	2004	2005	2006	2007	
Ásia	204,50	214,90	226,00	238,40	16,58
África	30,60	30,90	31,00	33,20	8,50
América Central	15,60	15,80	16,10	16,20	3,85
América do Sul	49,20	51,40	52,90	56,90	15,65
América do Norte	85,70	88,30	90,30	92,60	8,05
Europa	214,90	215,60	217,10	213,60	-0,60
Oceania	25,30	24,70	25,20	25,20	-0,40
Mundo	625,70	641,70	658,70	676,30	8,09

Fonte: Adaptado de FAO (2008).

Em relação à produção, a Ásia é a região mais consolidada no mundo, além de ser a maior consumidora mundial de produtos lácteos e a maior importadora em equivalente leite. As compras do continente superam a metade das importações mundiais, devido, sobretudo, ao aumento da demanda, impulsionada pelo rápido crescimento populacional e pela urbanização.

Em 2007, a região asiática foi a principal região produtora de leite no mundo, responsável por 32,25% da produção mundial e com um crescimento dinâmico da oferta

situado em mais de 4% ao ano. Contudo, esta situação é variável ao longo de toda a região. Na Índia, principal produtor mundial de leite, em 2007, o aumento da produção é da ordem de 3% a 4% ao ano, sustentada por uma produtividade crescente que vem atendendo principalmente ao crescimento da demanda interna. Entretanto, devido aos elevados preços internacionais vigentes, o país tem começado a entrar em alguns mercados para a exportação de leite em pó desnatado. A China, que desde 2001 praticamente duplicou a produção leiteira, é o país que apresenta maior crescimento na produção de leite, tendo para 2008 uma previsão de aumento de 8,5% (FAO, 2008).

Em relação ao continente africano, este representa menos de 5% da produção mundial de leite, e na maioria dos países o crescimento da produção é lento. Os principais países produtores são Egito, Quênia, África do Sul e Sudão, porém há limitações na produção devido a fatores como restrições sanitárias à importação de gado leiteiro e condições climáticas desfavoráveis. Segundo FAO (2008), a previsão de crescimento na produção de leite neste continente é de 1,7% para 2008.

Na América Latina, os países aumentaram a produção, as exportações e as importações. O México, embora tenha registrado um pequeno aumento da produção em consequência dos programas destinados a melhoria genética do rebanho e do manejo, é um dos maiores importadores de produtos lácteos. Na América do Sul, muitos países têm aumentado a produção de leite e se consolidam como exportadores líquidos da região. O Brasil é o maior produtor de leite da região e está se consolidando como exportador de produtos lácteos, para o ano de 2008 a perspectiva é de um crescimento de 8% na produção de leite (FAO, 2008). A Argentina apresentou crescimento de 7% em 2007, mas devido aos impostos proibitivos de exportação, a expectativa em 2008 é de aumento de 6% na produção.

Nos Estados Unidos, a produção leiteira é impulsionada pelo alto nível de rentabilidade alcançado nos últimos três anos. Em 2007, este país obteve crescimento da produção leiteira de 2,1%, e a expectativa em 2008 é de um incremento de 2,7%, com um total de 86,5 milhões de toneladas de leite.

Em contraposição ao crescimento observado em outros continentes, na União Européia a produção leiteira diminuiu 1,3% em 2007, devido principalmente aos altos custos da ração e energia. Outros fatores apontados como causa deste declínio são o processo de ajuste de imposto pelas medidas que reduzem a intervenção na produção e no comércio e a ampliação do bloco. Em 2008, estima-se um aumento de 0,6% na produção de leite.

No comércio mundial, Austrália e Nova Zelândia constituem a maior região exportadora de lácteos, com exportações líquidas ao redor de um terço das exportações mundiais, em equivalente leite. Entretanto, as variações da oferta de leite nestes países vêm causando consideráveis repercussões nos preços mundiais dos produtos lácteos. As condições climáticas na Austrália como na Nova Zelândia e as oscilações do câmbio têm limitado, nos últimos anos, a produção e os excedentes para exportação destes países. Tais acontecimentos são as principais causas no aumento dos preços internacionais dos produtos lácteos desde 2002. A previsão da produção continua negativa para 2008, com redução de 4,2% para Austrália e de 4,5% para Nova Zelândia.

1.4.2.3 O comércio internacional de lácteos

Em 2007, o comércio internacional de leite foi de 38 milhões de toneladas, o que representa 5,6% de toda a produção (Tabela 4). Esta foi a menor quantidade comercializada dos últimos anos indicando algumas potenciais mudanças na estrutura comercial do mercado lácteo mundial. As perspectivas para 2008 são de declínio no comércio, devido à redução de produtos disponíveis na União Européia (-11,5%) e das condições climáticas na Oceania (-10,4%) (FAO, 2008).

Tabela 4. Produção de leite e derivados de 2006 a 2008 - (milhões de toneladas em equivalente leite).

	2006	2007	2008*	Variação (%) 2008*/2006
Leite <i>in natura</i>	664,10	676,30	693,20	4,38
Leite em pó desnatado	23,40	23,70	23,80	1,71
Leite em pó integral	22,30	21,70	22,30	0,00
Manteiga	58,40	61,20	63,20	8,22
Queijo	82,50	84,30	86,30	4,61
Outros produtos	477,50	485,40	497,60	4,21
Total comercializado	39,40	38,00	36,40	-7,61

Fonte: Adaptado de FAO (2008). *Estimado

Como consequência da diminuição dos excedentes exportáveis procedentes da União Européia e da Oceania, em 2005/2007 houve um decréscimo no comércio total de produtos lácteos – em equivalente leite. As estimativas previstas indicam também que as exportações mundiais de todos os principais continentes foram menores em 2005/2006, conforme revela a Tabela 5.

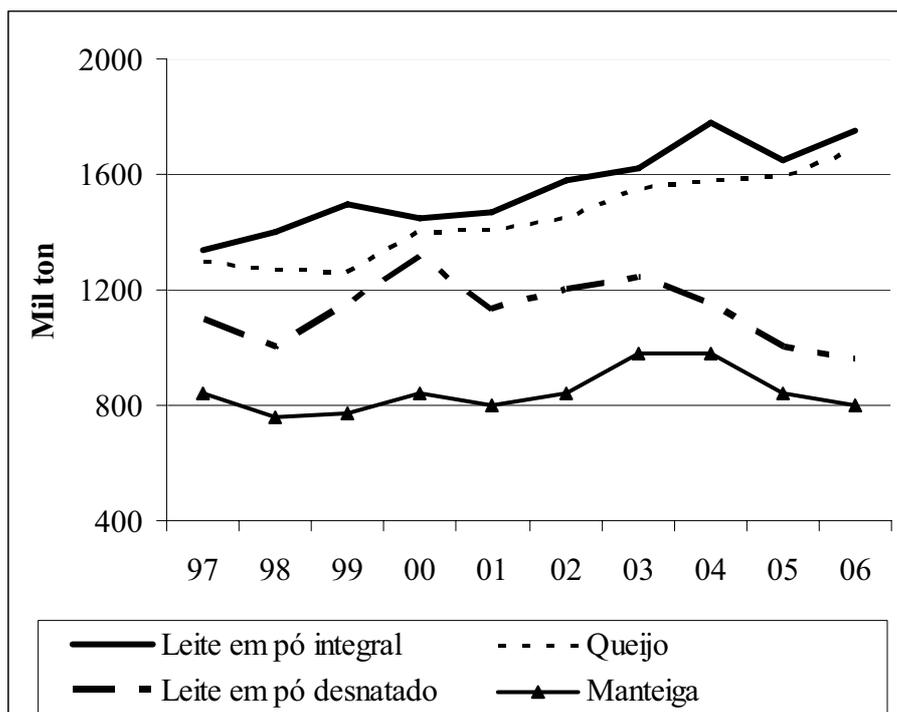
Tabela 5. Importação e exportação de lácteos por continente de 2004 a 2007 - (milhões de toneladas em equivalente leite).

	Importação				Variação (%)	Exportação				Variação (%)
	2004	2005	2006	2007	2007/2004	2004	2005	2006	2007	2007/2004
Ásia	21,50	21,60	19,10	18,50	-13,95	3,20	3,30	3,80	4,10	28,13
África	6,00	6,10	6,70	6,30	5,00	0,30	0,30	0,40	0,40	33,33
América Central	3,50	3,50	3,70	3,50	0,00	0,30	0,30	0,20	0,30	0,00
América do Sul	1,60	1,70	2,00	1,70	6,25	3,10	3,20	3,60	2,80	-9,68
América do Norte	3,00	3,00	2,30	2,00	-33,33	4,60	5,00	3,00	3,20	-30,43
Europa	5,20	5,10	5,00	5,00	-3,85	18,60	17,50	12,40	12,60	-32,26
Oceania	0,70	0,70	0,70	0,60	-14,29	16,20	15,10	15,90	14,70	-9,26
Mundo	41,50	41,70	39,30	37,80	-8,92	46,20	44,70	39,40	38,00	-17,75

Fonte: Adaptado de FAO (2008).

Dentre os grandes exportadores, destacam-se os Estados Unidos e Belarus (República da Bielorrússia). Os Estados Unidos, em termos de equivalente leite, dobraram sua expedição de produtos desde 2000. Espera-se um aumento de 7% na produção de leite em pó desnatado e de outros produtos como queijos, manteiga e sólidos do leite, como proteínas. Belarus surgiu como importante exportador, e a expectativa em 2008 é de aumento de 10% nas vendas internacionais (FAO, 2008).

Quanto aos principais produtos lácteos exportados/importados, observa-se, pela Figura 5, que ocorreu nos últimos anos uma redução no comércio da manteiga e do leite em pó desnatado, em detrimento do crescimento no comércio tanto do leite em pó integral como de queijos. A demanda dos produtos que tiveram maior crescimento é segmentada segundo os níveis de renda, principalmente a do leite em pó integral que se exporta quase exclusivamente (95%) para os países em desenvolvimento. Em contrapartida, o queijo que é comercializado principalmente com os países desenvolvidos, 62%, e com os países em desenvolvimento, obteve um rápido crescimento. As projeções elaboradas sobre a base de um aumento das disponibilidades exportáveis e de uma demanda de importações constantemente firme, indicam para os próximos anos um aumento do comércio de leite integral em pó e queijos e se prevê uma posterior diminuição do comércio de manteiga e de leite em pó desnatado, já que os exportadores encontram uma demanda mais favorável a outros produtos lácteos (FAO, 2007; MILKPOINT, 2007).



Fonte: FAO (2007).

Figura 5. Comércio mundial dos principais produtos lácteos de 1997 a 2006 (em mil toneladas em equivalente leite).

A estrutura de produção mundial de leite vem se modificando com o declínio do comércio de produtos lácteos considerados como tradicionais especialmente manteiga e leite em pó desnatado, como mostra a Tabela 6. A expectativa de exportação para manteiga em 2008 é de apenas 704 mil toneladas, decréscimo de 26% se comparado a 2004. Dos tradicionais exportadores de manteiga, como a União Européia, espera-se para 2008 uma redução de 50% em relação à quantidade exportada em 2007. A Nova Zelândia, típico exportador de manteiga, também terá reduções nas suas exportações. Belarus tornou-se o maior exportador de manteiga e se espera um crescimento em vendas para 2008. Quanto às importações, a Rússia continua sendo o principal importador deste produto. Como resultado de preços mais elevados, o comércio de manteiga para muitos países em desenvolvimento pode ser reduzido substancialmente em 2008 (FAO, 2008).

Tabela 6. Principais participantes do comércio internacional de lácteos de 2004 a 2007 - (milhões de toneladas em equivalente leite).

	2004	2005	2006	2007	2008
Leite em pó integral					
Mundo	1.780	1.771	1.849	1.739	1.714
Nova Zelândia	669	585	645	680	612
União Européia	509	486	412	379	379
Austrália	117	157	169	116	116
Argentina	177	161	210	95	100
Leite em pó desnatado					
Mundo	1.146	1.000	1.159	1.085	1.033
Estados Unidos	232	281	287	255	275
Nova Zelândia	250	221	316	241	208
União Européia	281	189	84	170	120
Austrália	155	166	184	134	129
Manteiga					
Mundo	961	901	902	865	704
Nova Zelândia	365	320	386	361	299
União Européia	344	310	253	210	105
Austrália	83	68	81	66	58
Belarus	49	53	54	58	63
Queijos					
Mundo	1.550	1.561	1.621	1.679	1.672
União Européia	573	536	582	595	598
Nova Zelândia	277	263	299	309	278
Austrália	212	208	209	216	202
Belarus	79	81	83	79	88

Fonte: Adaptado de FAO (2006, 2007, 2008)

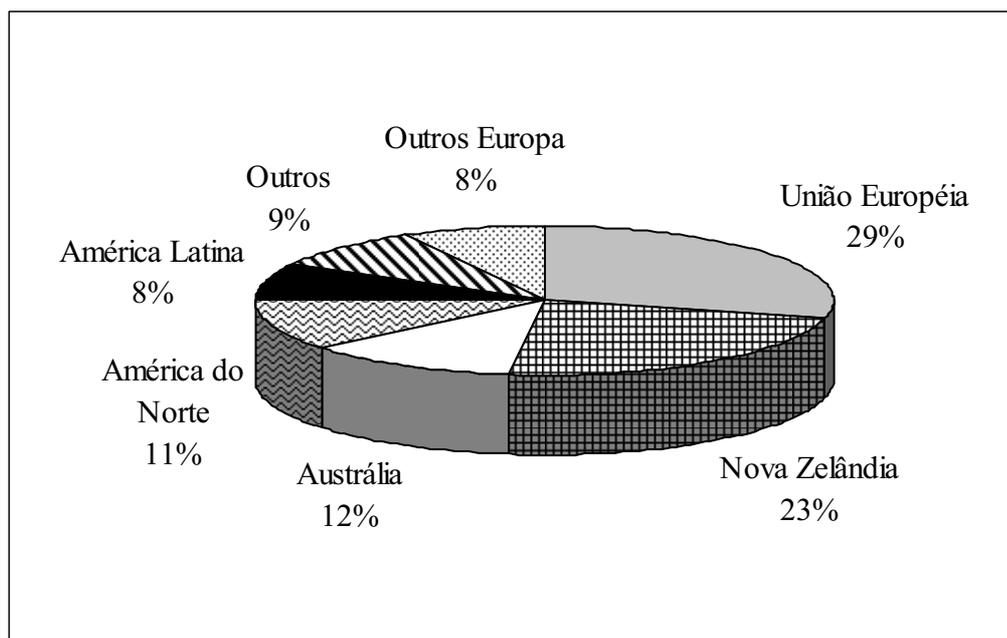
Para o leite em pó desnatado, é previsto um declínio de 4,6% em 2008. Este resultado é o reflexo da redução das exportações da Austrália, Nova Zelândia e em particular da União Européia que poderá reduzir em um terço as exportações deste produto em 2008. Quanto às importações, são esperadas reduções de 9% na África e 6% na Ásia, em 2008, devidas aos preços elevados. No entanto, o México, um dos maiores importadores deve manter seu volume de importações devido aos programas sociais.

As exportações globais de leite em pó integral se reduziram em 6% em 2007 e para 2008 é estimado declínio de 1,5%, devido principalmente à redução da produção na Nova Zelândia. A demanda de importações é crescente, mantendo os preços elevados, devido à aplicação industrial deste produto principalmente na reconstituição

em produtos lácteos fluidos. Argélia e Venezuela são os maiores importadores e mesmo com os preços elevados a Venezuela mantém suas importações.

O mercado internacional de queijos vem mantendo sua expansão. A exportação de queijos cresceu 3,6% em 2007, mas espera-se para 2008 um decréscimo de 0,5%. Entretanto, a demanda de importação deste produto permanece em alta, apesar do aumento médio de 50% nos preços do produto nos dois últimos anos. A União Européia se destaca como maior fornecedora do mercado internacional, com 35% deste mercado, e em 2008 um maior volume de leite deverá ser destinado à produção de queijos para abastecimento, tanto o mercado interno como o externo. Exportadores como Austrália e Nova Zelândia devem apresentar declínio na produção de queijos em 2008, contribuindo desta forma para a manutenção na alta dos preços internacionais. Devido aos aspectos favoráveis deste mercado, como os preços, os Estados Unidos devem aumentar as exportações de queijos em detrimento das importações. Como resultado, nos últimos cinco anos, os Estados Unidos duplicaram suas exportações de queijos (FAO, 2008). Segundo Leite et al (2008) as importações mundiais de queijos se concentram na Europa, que responde por mais de 70% das importações deste produto. No mercado asiático destaca-se o Japão e no mercado americano os Estados Unidos.

Na Figura 6, observa-se o mercado dos principais exportadores globais nos anos de 2004 a 2007. Nas exportações mundiais de produtos lácteos, o predomínio é da União Européia com 29%, seguida da Nova Zelândia com 23% e Austrália 12%, ou seja, estas três regiões detêm em conjunto 64% do fornecimento mundial de produtos lácteos. Tal fato evidencia não só a concentração de mercado como também a instabilidade gerada no mercado internacional quando condições desfavoráveis atingem estes exportadores.



Fonte: Adaptado de FAO (2007)

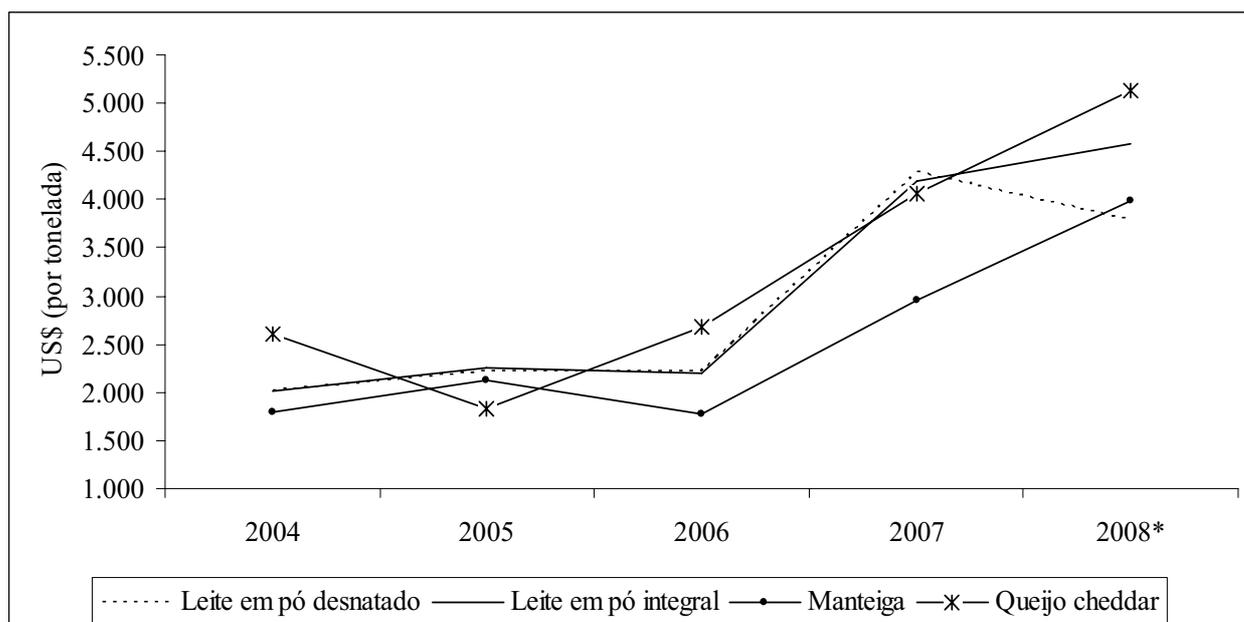
Figura 6. Principais exportadores de produtos lácteos de 2004 a 2007.

1.4.2.2.1 Preços no mercado internacional

Os preços dos produtos lácteos no mercado internacional em abril de 2008 ficaram 12% abaixo dos valores de novembro de 2007, mas 25% acima, se comparado a abril de 2007. A redução mais pronunciada foi no preço do leite em pó desnatado, que foi cotado a US\$ 3.500,00 por tonelada, quase 32% abaixo do seu pico em meados de 2007 (CEPEA, 2008). Outros produtos lácteos, como manteiga e queijos, tiveram redução de 5% e 8%, respectivamente.

Quanto ao leite em pó integral, principal produto comercializado mundialmente, os preços têm subido muito e estimulado a indústria a produzir mais. A incerteza na produção de mercados abastecedores como Nova Zelândia e Austrália, os impostos proibitivos de exportação na Argentina e o baixo crescimento produtivo na Europa mostram tendências de que os preços permanecerão em alta no mercado internacional em 2008.

Na Figura 7, a evolução dos preços internacionais dos principais produtos lácteos comercializados mundialmente evidencia um mercado concentrado e altamente influenciado pela conjuntura interna de seus principais fornecedores.



Fonte: Adaptado FAO (2008).

Figura 7. Preço dos principais produtos lácteos exportados de 2004 a 2008.

A alta dos preços internacionais em 2007 estimulou a produção de leite, em particular nas regiões em que predomina o sistema de pastagem, e poderá, num curto prazo, reduzir as importações em vários países, diminuindo a pressão nos preços mundiais (FAO, 2008). Essas incertezas são agravadas pelos baixos estoques de produtos lácteos tanto na União Europeia e nos Estados Unidos e pelo elevado custo dos cereais forrageiros, como o milho, e a possível redução da oferta de alimentos para os sistemas de produção intensiva.

1.4.3 CONCLUSÕES

Este capítulo se iniciou com uma caracterização da evolução da produção/produtividade de leite no Brasil e em suas diversas regiões. Nesta análise, identificaram-se o crescimento na produção do leite e na produtividade dos animais no Brasil, as regiões de maior incremento na produção e suas possíveis causas. Em seguida, analisou-se a situação internacional da produção e do comércio de produtos lácteos.

As mudanças do início da década de 1990 trouxeram modificações importantes para toda a cadeia do leite, aumentando os investimentos no setor. O novo cenário foi reforçado com a implementação do Plano Real em 1994, aumentando o mercado consumidor e viabilizando aumentos de produção, acompanhados pela redução das

importações de lácteos e simultaneamente por uma ligeira evolução na receita com exportações. Tendo em vista a falta de tradição do país neste mercado, estes são dados que apontam um novo caminho que certamente vem modificando o setor produtivo do leite no Brasil.

Diante do crescimento da produção e da produtividade e do aparecimento de novas regiões como produtoras de leite, nota-se que o potencial produtivo do setor e suas vantagens comparativas em relação a outros países produtores e tradicionalmente exportadores são grandes e deverá ser trabalhado intensamente, tanto pela iniciativa privada como pelo governo. Programas de adoção de novas tecnologias, capacitação da mão-de-obra e políticas de incentivo aos vários participantes do setor lácteo brasileiro, num esforço conjunto entre governo, agroindústrias, fornecedores de insumos e demais participantes da cadeia, são necessários para que o Brasil se destaque no mercado internacional como grande produtor e exportador de produtos lácteos.

Outros fatores como a estabilidade do preço do leite ao produtor e a implantação efetiva de medidas para a melhoria da qualidade são iniciativas importantes para Brasil no sentido de ganhar a credibilidade dos principais e maiores centros importadores de derivados de leite no mundo.

Vale ressaltar que, mesmo frente a um mercado mundial pouco dinâmico, a produção de leite vem crescendo na maioria dos continentes, destacando-se os países da Ásia, Oceania e América do Sul, possíveis pólos da produção mundial de lácteos. No entanto, para que a produção de leite destes países permaneçam crescendo, é essencial o estabelecimento de medidas que estimulem a abertura de mercados por meio da redução de subsídios internos e a exportações e da redução de cotas. Estas políticas de proteção utilizadas, sobretudo em países desenvolvidos, são altamente distorcivas ao mercado e prejudiciais aos países em desenvolvimento.

Quanto à evolução da participação brasileira no mercado internacional de lácteos, ressalta-se que este é um processo recente e que seus resultados mesmo que oscilantes animam o setor na busca por maior abertura e ganho de mercado, visto que se tem potencial para tal. Entretanto, há que se desenvolver ações que permitam a profissionalização do setor no comércio internacional e que esta se estenda a toda a cadeia leiteira. A exportação é uma atividade com vantagens potenciais para o setor, sobretudo quando se tem a previsão para os próximos anos de excedentes crescentes de produção.

Certamente todas as alterações sofridas pelo sistema agroindustrial do leite, sobretudo as relacionadas ao mercado, influenciam a tomada de iniciativas que posicionem o setor leiteiro, atualmente, como um setor aberto e mais preparado para enfrentar a concorrência internacional. Contudo, o processo não está acabado, pelo contrário, o ganho de experiência no mercado internacional junto a outros países deve ser constante para todo o setor, assim como a busca por melhoria na qualidade, por vantagens comparativas e competitivas, escala e eficiência. Os desafios para os próximos anos certamente são o de ocupar mercados crescentes, como o leste da Ásia e meio leste e norte da África, prorrogar a aplicação de medidas *antidumping* à União Européia e Nova Zelândia, fortalecer o marketing institucional para o leite e continuar a implantação do Programa Nacional de Melhoria de Qualidade do Leite e de outros programas que visem ao atendimento às normas de qualidade internacionais.

1.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, A.S.P.; LEITE, J.L.B. O desempenho e as perspectivas para o agronegócio do leite brasileiro no mercado internacional. In: **O Agronegócio do Leite e Políticas para o seu desenvolvimento sustentável**. EMBRAPA Gado de Leite– Juiz de Fora, 2002, p.104 -119

CAPELLINI, O. R. El mercado internacional de lácteos, barreras al libre comercio. Cap. 4 In: **Anais do 9º Congresso Pan-Americano do Leite – Tendências e avanços do agronegócio do leite nas Américas**. Juiz de Fora – MG, 2006, p. 49 - 59.

CARVALHO, M. P. **Mercado de leite: o que esperar de 2007?** Milkpoint, Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br> Acesso em: 04/01/2007.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/ESALQ, USP), **Produção de 2007 é 10% maior que a de 2006**. Disponível em:<<http://www.cepea.esalq.usp.br> - Acesso em: 21/03/2008.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/ESALQ, USP), **Preços atuais superam recordes de 2005**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br> - Acesso em: 12/06/2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA Gado de Leite. **Estatísticas do Leite**. Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br> Acesso em: 21/11/2006 e 12/01/2007.

FERRO, A. B. **Recorde: Brasil exportou US\$ 273,3 milhões em 2007**. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/> Acesso em: 28/01/2008

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, **Statistical Databases**. Disponível em:<<http://www.faostat.fao.org> - Acesso em: 18/11/2006 e 09/01/2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, **FOOD OUTLOOK**, Global Market Analyses, Junho 2007, 62 p. Disponível em:<<http://www.faostat.fao.org> - Acesso em: 23/10/2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, **FOOD OUTLOOK**, Global Market Analyses, Junho 2008, 94 p. Disponível em:<<http://www.faostat.fao.org> - Acesso em: 07/08/2008.

GALETTO, A. El comercio internacional de productos lácteos em América Latina: visión de los países exportadores. In: **O Agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2002. p 151-165

GIBSON, P.; WAINIO, J.; WHITLEY, D.; BOHMAN, M. **Profiles** Tariffs in global agricultural markets. Market and trade economics division, Economic Research Service, U.S. Department of Agriculture. **Agriculture Economic Report** n. 796, 2001.

INTERNATIONAL TRADE CENTER. UNCTAD/WTO. **Statistics**
<http://www.intracen.org>. Acesso em 10/03/2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa da Agropecuária Municipal 2005**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 05/01/2007 e 23/06/2008.

JANK, M.S.; GALAN, V.B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. PENSA – USP, 1999. 271 p.

LEITE, J. L. B.; SIQUEIRA, K. B.; CARVALHO, G. R.; FORTES, L. R. L. S. **Comércio internacional de lácteos**. Juiz de Fora. Templo, 2008. 281 p.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006, 719 p.

MARTINS, M. C. **Competitividade da cadeia produtiva do leite no Brasil**. Revista de política agrícola, n.3. 2004. p. 38-51.

MARTINS, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Leite e derivados e a geração de emprego, renda e ICMS no contexto da economia brasileira. In: GOMES, A. T.; LEITE, J. L. B.; CARNEIRO, A. V. (Ed). **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p. 179 – 205.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: edição compacta**. São PAULO: Atlas, 1996, 270 p.

MILKPOINT. **Dezembro: importações de lácteos foram altas**. Disponível em www.milkpoint.com.br - acesso em: 12/01/2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC/SECEX). **Estatísticas**. Disponível em: [http:// www.mdic.gov.br/comext/secex](http://www.mdic.gov.br/comext/secex) - Acesso em 05/12/2006, 14/01/2007 e 23/06/2008.

NASSAR, A. M. **Produtos da agroindústria de exportação brasileira: uma análise das barreiras tarifárias impostas por Estados Unidos e União Européia**. Piracicaba, 2003. 206 p. Tese (Doutorado em Economia) ESALQ/ USP.

NOGUEIRA, M. P. **De onde vem a pressão no mercado?** Disponível em: <http://www.scotconsultoria.com.br/index.asp?idT=5794>- Acesso em 12/07/2008.

PONCHIO, L. A.; GOMES, A. L. PAZ, E. **Perspectivas de Consumo de Leite no Brasil**. CEPEA, julho 2005. Disponível em: [http:// www.cepea.esalq.usp.br](http://www.cepea.esalq.usp.br) Acesso em: 08/07/2006.

SEBRAE. **Censo de indústrias de laticínios em Minas Gerais**. 2006. 140 p.

VILELA, D. Parte II – Aspectos econômicos e institucionais da produção de leite no Brasil. In: **O Agronegócio do Leite e Políticas para o seu desenvolvimento sustentável**. EMBRAPA Gado de Leite – Juiz de Fora, 2002, p. 120 - 149.

VILELA, D.; LEITE, J.L.B.; RESENDE, J. C. Políticas para o leite no Brasil: passado, presente e futuro. In: **Anais do Sul-Leite: Simpósio sobre Sustentabilidade da Pecuária Leiteira na Região Sul do Brasil** / editores Geraldo Tadeu dos Santos et al. – Maringá : UEM/CCA/DZO – NUPEL, 2002. p. 1-26.

CAPÍTULO II

COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS LÁCTEOS BRASILEIROS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL (1996-2006)

2.1 INTRODUÇÃO

A produção de lácteos no Brasil vem passando por um processo de intensas transformações, induzidas, sobretudo pela liberalização do preço do leite, após 46 anos (1945–1991) de controle governamental, abertura comercial e conseqüente concorrência com empresas de grande porte, preços internacionais e lançamento de novos produtos (MARTINS, 2004). Num ambiente altamente concorrencial, até então distante da realidade nacional, se faz necessário não só a organização de todo o setor como também investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, a fim de que o produto brasileiro se torne competitivo no mercado interno e externo.

Na década de noventa, ocorreram grandes transformações institucionais na economia brasileira. A formalização do Mercosul, a implantação do Plano Real e a busca por maior inserção no comércio internacional, juntamente com a instauração de medidas para o controle de taxas inflacionárias, propiciaram a modernização produtiva. Neste ambiente, embora o setor lácteo estivesse mais exposto à competição dos produtos importados, com preços artificialmente inferiores, principalmente do leite em pó, a produção aumenta significativamente ao mesmo tempo em que ocorre a modernização do parque industrial com investimento na construção de novas fábricas e aquisição de equipamentos.

O Brasil é o sétimo produtor mundial de leite e desponta com perspectiva de tornar-se um dos maiores exportadores do mundo. Diante dessas circunstâncias, a maneira como o setor lácteo brasileiro toma suas decisões é uma questão essencial à manutenção e, ou, expansão de sua participação no mercado internacional. Para obter êxito nessas vantagens é necessário identificar as tendências de mercado para o futuro. Com isso se pode traçar uma estratégia de exportação capaz de aproveitar as oportunidades e contornar os empecilhos colocados pelo protecionismo dos países desenvolvidos, resultando em crescimento econômico para o setor.

Neste capítulo são analisadas as principais tendências que marcaram a evolução da estrutura da pauta de exportações e importações do setor lácteo brasileiro nos anos de 1996 a 2007, a partir de um conjunto de dados agregados e desagregados e por meio da

análise de desempenho da pauta de exportações dos produtos lácteos brasileiros neste período.

A importância da periodização e análise da dinâmica exportadora é mostrar a relação existente entre a evolução do setor lácteo e as estruturas macroeconômicas e políticas, em períodos históricos particulares, no curso do desenvolvimento econômico mundial, ressaltando as mudanças no hábito alimentar, o que permite entender o suprimento de produtos lácteos nos mercados nacional e internacional.

Acompanhar e analisar a *performance* do comércio exterior de produtos lácteos torna-se fundamental para o processo de aprofundar as competências da produção nacional frente à concorrência internacional, uma vez que a atividade de exportação é um processo em estágio inicial no setor leiteiro brasileiro e carece de iniciativas que possibilitem sua estruturação e desenvolvimento. Diante do exposto, levantam-se as seguintes questões: a) quais são os fatores que explicam a forma em que o setor lácteo brasileiro se articula com o mercado internacional e seu desempenho exportador nos últimos anos? b) qual o comportamento das exportações brasileiras de lácteos? e c) o ganho de competitividade foi o fator responsável pelo aumento da participação do setor lácteo brasileiro no comércio internacional?

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo geral

Analisar o desempenho das exportações de produtos lácteos brasileiros dos últimos 10 anos, procurando verificar em que medida as taxas de crescimento das exportações observadas no período estariam refletindo apenas uma tendência de crescimento do comércio mundial ou, em parte, poderiam ser explicadas pelos ganhos de competitividade da indústria nacional.

2.2.2 Objetivos específicos

- Analisar o comportamento do comércio exterior de produtos lácteos brasileiros nos últimos 10 anos.
- Identificar as fontes ou os determinantes do crescimento das exportações dos produtos lácteos brasileiros.

- Determinar os fatores que explicam a mudança da participação do setor lácteo brasileiro no comércio internacional.
- Identificar os fatores que limitam a competitividade brasileira no comércio internacional de lácteos.

2.3 REFERENCIAL TEÓRICO

2.3.1 Considerações sobre competitividade no comércio internacional

A abertura do comércio internacional, caracterizada pelo fenômeno da globalização, ocasionou profundas mudanças no cenário empresarial, influenciando significativamente a estrutura e as regras da competição em vários setores da economia, sobretudo no agroindustrial. Tal fato ocasionou um aumento da concorrência e pressiona as empresas a obter maior competitividade.

Diversas teorias sobre o comércio internacional buscam explicar as interações comerciais entre os países. A Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith foi a primeira a preconizar que um país que produzisse uma mercadoria com menor custo, sendo este medido em termos de horas de trabalho, poderia realizar trocas com outros países de forma benéfica (CARVALHO e SILVA, 2007).

Aperfeiçoando a teoria de Smith, David Ricardo desenvolveu a Teoria das Vantagens Comparativas, que explicava os benefícios do comércio mesmo entre nações que não possuíam vantagem absoluta na produção de nenhum bem, uma vez que considerava as diferentes produtividades entre as nações (KRUGMAN e OBSTFELD, 2005).

No entanto, esses modelos apresentavam limitações, pois não esclareciam os efeitos do comércio internacional, dando a entender que o comércio sempre beneficia seus participantes. Assim, em 1933, Heckscher e Ohlin desenvolveram a Teoria das Proporções dos Fatores. Nessa teoria, a justificativa para existência do comércio reside nas diferentes dotações de fatores entre as nações.

A extensão do modelo de Ricardo está no modelo de Heckscher-Ohlin (H-O). Esse modelo introduz o conceito das diferenças entre os países quanto à dotação de recursos e enfatiza que “cada país se especializa e exporta o bem que requer utilização mais intensa do seu fator abundante de produção”, isto é, os países tendem a exportar

bens intensivos em fatores que eles possuem abundantemente, enquanto tendem a importar bens intensivos em fatores que possuem com relativa escassez.

Com o advento da globalização, o conceito de competitividade foi ampliado e não advém somente da “dotação dos fatores e recursos” e dos seus preços relativos, resulta também das estratégias empresariais determinadas por investimentos, baseando-se na capacidade tecnológica endógena e sistêmica, na produção com eficiência e no desenvolvimento de novos produtos (FIALHO, 2006). Outros fatores que devem ser considerados são as barreiras comerciais e o protecionismo ao comércio exterior de produtos agroindustriais e seus efeitos sobre a competitividade das exportações nos países. Considerando estes fatores, a teoria da competitividade adquire grande importância. Na década de 1980, Paaralberg *et al.* (1985) já destacavam o efeito de barreiras comerciais e protecionismo sobre a competitividade dos países no comércio internacional de produtos agrícolas.

Numa definição simplificada, a competitividade é associada ao desempenho das exportações industriais. Assim, são competitivas as indústrias que ampliam sua participação no comércio mundial de determinados produtos. A definição abrange, além das condições de produção, outros fatores que inibem ou estimulam as exportações. Essa visão de competitividade foi utilizada por Horta (1983) na análise das exportações de manufaturados.

Com base em Haguenauer (1989), Pinheiro *et al.* (1992) e Kupfer (1993), o conceito de competitividade das exportações pode ser entendido a partir de três visões diferentes: a visão desempenho, a visão macro e a visão eficiência.

Para Kupfer (1993), a competitividade é expressa, de alguma forma, pela participação no mercado (*market-share*) alcançada por uma firma ou conjunto de firmas no comércio internacional total da mercadoria. A chamada visão desempenho avalia a competitividade das exportações tomando como base o desempenho das exportações de um país no mercado internacional. Quanto maior for a participação no mercado internacional, mais competitivas serão as exportações do país. Os trabalhos que analisaram as exportações segundo essa visão tiveram como objetivo, em sua maioria, identificar as fontes ou os determinantes do crescimento das exportações. Esse tipo de análise pode ser realizada, utilizando-se o modelo *constant-market-share*.

Segundo Gonçalves (1987), a competitividade expressa no *market-share* torna-se mais viável para trabalhos relacionados à análise das exportações, devido à maior facilidade na construção de indicadores adequados às bases de dados do comércio

internacional. Trata-se de um conceito (ex-post)¹, que analisa a competitividade tanto de indústrias quanto de países, podendo ser expandido no sentido de se observar a capacidade de competir também no mercado doméstico.

Todavia, a competitividade, assim considerada, não significa apenas a capacidade de manter participação de mercado (ex-post), mas de ampliá-la com o tempo. Isso, por sua vez, requer que o desempenho não seja medido apenas em preço, mas também em outros atributos como: qualidade do produto, embalagem, prazos de entrega, entre outros (ex-ante)².

A avaliação da competitividade das exportações na visão macro considera as decisões políticas, principalmente a cambial (taxa de câmbio) e fiscal (subsídios), as quais podem ser usadas como mecanismos de aumento da competitividade das exportações. Um instrumento bastante utilizado para medir a competitividade, segundo esse critério, é a taxa de câmbio real (HORTA, 1983).

Por fim, a chamada visão eficiência associa a competitividade das exportações à capacidade de um país de produzir bens com níveis de eficiência e qualidade superiores aos seus competidores no mercado. Um indicador utilizado para medir esse tipo de competitividade é a rentabilidade das exportações (BATISTA, 2002).

Cruz et al. (2006) consideram que a competitividade deve ser compreendida como um processo integrativo e relacional, considerando fatores relacionados ao ambiente empresarial (ativos, fatores de desempenho) e do ambiente institucional (setorial e macroambientais), que permitam à empresa desenvolver-se de forma sustentável (econômica, social e tecnologicamente) no mercado. A competitividade, nesta visão, tem um sentido multinível, multidimensional e multiobjetivo, pois deve ser avaliada por meio de diferentes níveis, dimensões e objetivos, de forma sistêmica.

Segundo Porter (1993), os modelos clássicos do comércio internacional baseados em Smith, Ricardo, Torrens e Mill, pouco combinam com o ambiente de competição real visto na economia moderna, uma vez que atribuem papel às estratégias das empresas, às melhorias nos produtos e processos, ao processo de melhoramento e criação de fatores, à diferenciação de produtos e à globalização da economia.

¹Ex-post: medidas de competitividade que contemplam indicadores de natureza tangível como o preço e participação relativa de mercado.

²Ex-ante: medidas de competitividade que contemplam os indicadores não-preço, que dependem de fatores como inovações tecnológicas, investimento em capital físico e humano e fatores dependentes dos serviços.

Neste contexto, a Nova Teoria do Comércio Internacional apresentou um avanço em relação à teoria tradicional, visto que desenvolveu explicações dos padrões de comércio e da competitividade diante da crescente amplitude de variáveis que caracterizam as economias modernas e o comércio entre as nações.

2.3.2 Competitividade revelada

A intensificação do processo de integração de mercados tem tornado problemática a explicação dos fenômenos relacionados ao comércio internacional baseando-se apenas nas teorias tradicionais do comércio, especialmente quando a análise está centrada em um produto ou cadeia produtiva particular (ORANJE, 2003).

Na teoria econômica sobre o comércio, um importante conceito utilizado na explicação das trocas no mercado mundial, avaliação da competitividade e que serviu como fundamento na elaboração de indicadores, é o da vantagem comparativa, que justifica a especialização internacional pela presença de disparidades entre as nações (LAFAY, 1987).

Considerando o exposto, grande contribuição ao entendimento da competitividade no comércio internacional foi dada por Bela Balassa em 1965, que criou o conceito de vantagem comparativa revelada. Esse método surgiu como proposta alternativa para identificar setores nos quais um país possui vantagem comparativa na produção e, por conseguinte, na exportação (FAJNZYLBER et al., 1993). Nesse método, a vantagem comparativa é considerada revelada porque sua quantificação se baseia em dados *ex-post*, ou seja, pós-comércio.

Indicadores de desempenho caracterizam-se por focalizar formas em que a competitividade internacional se manifesta, o que remete, em geral, à participação da nação estudada no mercado nacional e, principalmente, no comércio internacional. Apesar de ser uma medida de desempenho de firmas individuais, esse desempenho depende de relações sistêmicas, reveladas pelos indicadores de desempenho.

Historicamente, dentre os indicadores baseados no fluxo de comércio e utilizados para analisar o comportamento das exportações de um país, destaca-se o apresentado por Balassa (1965), que, por considerar a vantagem comparativa como resultante de vários fatores, alguns mensuráveis e outros não, considerava que em vez de se criarem princípios gerais e aplicá-los para explicar os fluxos atuais de comércio,

deveria ter sido tomado como ponto de partida o padrão observado (dados pós-comércio) (HOEN e OSTERHAVEN, 2004).

Os indicadores de vantagem comparativa revelada medem o desempenho do setor do país em questão e de uma nação em relação ao mesmo setor de outro país. Os indicadores utilizados são:

- Taxa geométrica de crescimento do volume das exportações: crescimento da nação no volume de exportação do produto, determinado comparativamente no mesmo período. A indicação de redução, crescimento ou manutenção permite avaliar o crescimento do setor a partir de outra nação e do mundo.
- Participação no valor das exportações mundiais: parcela que determinada nação possui na exportação setorial diante da exportação mundial. Indica o desempenho, em termos de valor, no mercado internacional.
- Grau de participação: resultado do setor de uma nação no comércio internacional. Esse índice aponta o desempenho do comércio internacional e sua relação com o mercado internacional.
- Vantagem comparativa revelada: resultado comparativo do saldo comercial, observado em determinado setor, com o saldo teórico que seria esperado se o saldo global do país em questão estivesse uniformemente distribuído entre todos os setores do país, de acordo com sua participação no comércio global do país.

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) considera apenas as exportações e é restrito em termos de mercadorias e países utilizados como área de referência (VOLLRATH, 1989). Isto é, avalia o comportamento das exportações de um dado país para uma determinada mercadoria em relação a suas exportações totais e à correspondente *performance* exportadora dessa mesma mercadoria para um conjunto de países.

A vantagem comparativa revelada é, portanto, uma medida relativa que relaciona intensidade com qualidade da especialização de um país. A intensidade decorre da consideração do grau de dispersão nos indicadores de desempenho, enquanto a especialização é tanto mais intensa quanto maior for a dispersão do indicador. A qualidade da especialização é medida pelas características da oferta, intensidade tecnológica e demanda do setor com as quais a nação participa do comércio internacional.

Ao analisar a vantagem comparativa revelada, algumas limitações podem surgir devido ao protecionismo inerente às relações comerciais, como tarifas sobre importação,

subsídios às exportações, poder de mercado e desalinhamento cambial, e outras, que, em conjunto, podem afetar os resultados da vantagem comparativa revelada (CARVALHO, 2004).

2.4 METODOLOGIA

Após a análise do cenário mercadológico de produtos lácteos, pretende-se avaliar a competitividade do Brasil no mercado internacional destes produtos, e para este fim serão utilizados dois indicadores. Inicialmente será utilizado o método *Constant Market Share* (CMS) que possibilitará a análise do desempenho das exportações de produtos lácteos brasileiros e identificará os seguintes efeitos: distribuição de mercados, destino de produtos para países e mercados que mais crescem no comércio mundial, e competitividade. Em seguida, como indicador complementar, será utilizado o índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) com a finalidade de verificar em que padrão de especialização internacional se encontra a pauta brasileira de exportações de produtos lácteos.

2.4.1 Referencial analítico

2.4.1.1 Modelo Constant- Market-Share (CMS)

A análise CMS pertence à família dos modelos *shift-share* (diferencial – estrutural), cujo objetivo é decompor taxas de variação. Essa técnica foi usada pela primeira vez nos Estados Unidos para estimar mudanças no emprego entre 1939 e 1954. Para decompor as taxas de variação das exportações agrícolas brasileiras, o modelo foi desenvolvido como se segue (LEAMER e STERN, 1970).

A participação de um país no comércio internacional é uma função de sua competitividade relativa.

De acordo com a visão de desempenho, a competitividade pode ser definida de forma simples em relação ao desempenho das exportações industriais, ou seja, uma indústria é mais competitiva à medida que aumenta sua participação no comércio mundial. Nesta definição, englobam-se as condições de produção e todos os demais

fatores que inibem ou estimulam as exportações, conforme destaca Coelho e Berguer (2004).

A idéia básica do modelo, segundo Leamer e Stern (1970), é a de que a participação de um país no comércio internacional permanece constante no tempo. As alterações na participação dos países e, ou, regiões no comércio internacional são explicadas pela competitividade associada aos preços relativos.

Segundo Carvalho (2004), o modelo tipo *Constant-Market-Share* possibilita a determinação do peso de cada efeito nas exportações do país ou região sob análise e revela a extensão para a qual estas exportações se direcionam para mercadorias e, ou, mercados com maior potencial de expansão. Sendo assim, os resultados podem indicar alternativas de atuação e sinalizar caminhos de distribuição das exportações, de modo a se conquistar parcelas de mercado de maior dinamismo. Embora o modelo tenha um caráter retrospectivo, pode embasar inferências sobre o direcionamento do setor exportador, tanto para mercados mais favoráveis, como para a concentração em mercadorias com perspectivas mais dinâmicas.

Os trabalhos baseados em modelos de *market-share* constituem-se de estudos exploratórios da evolução das exportações e suas causas, relacionadas tanto a fatores estruturais como a competitividade do país ou região de estudo, tendo por objetivo a avaliação da participação de um país ou região no fluxo mundial ou regional de comércio e desagregar as tendências de crescimento das exportações e, ou importações de acordo com seus determinantes.

A medida de “competitividade”, segundo esse conceito, consiste na obtenção por resíduo, descontando-se do crescimento das exportações de um determinado produto e país, o efeito conjuntura internacional (taxa de crescimento do comércio mundial), o efeito produto (evolução das transações internacionais do produto) e o efeito mercado (evolução das importações dos países de destino).

Pretende-se analisar por meio deste modelo o desempenho, nos últimos dez anos, das exportações totais dos produtos lácteos brasileiros e o desempenho de produtos específicos, como o leite em pó integral, semidesnatado e desnatado, o leite condensado, leite evaporado, manteiga, iogurte e queijos que são os principais produtos lácteos da pauta de exportações brasileiras. Como o modelo CMS é aplicado em pontos discretos no tempo, no trabalho o período a ser analisado de 1996 a 2006 foi dividido em três subperíodos distintos de 1996 a 1999, de 2000 a 2002 e de 2003 a 2006, de modo a representar momentos importantes do setor lácteo brasileiro.

Diversos trabalhos utilizaram o modelo CMS para analisar a evolução da comercialização externa de produtos importantes da pauta de exportação brasileira, aplicando-se tanto aos produtos agrícolas como aos industriais. Dentre eles, destacam-se os de Gonçalves (1987), Vasconcelos (1994), Carvalho (1995), Stalder (1997), Nonnenberg (1998), Batista (2002), Figueiredo (2004), Silva (2005), Fialho (2006), e Machado et al. (2007).

A participação de um país no comércio internacional é uma função de sua competitividade relativa:

$$s = \frac{q}{Q} = f\left(\frac{c}{C}\right), \quad f'(\cdot) > 0 \quad (1)$$

em que:

s = participação das exportações do país no comércio mundial;

q e Q = quantidades exportadas do país e do mundo, respectivamente; e

c e C = competitividade do país e do mundo, respectivamente.

Rearranjando os termos de (1) e derivando em relação ao tempo, tem-se:

$$\frac{dq}{dt} = s \cdot \frac{dQ}{dt} + Q \cdot \frac{ds}{dt}$$

$$\dot{q} = S\dot{Q} + Q\dot{s} \quad (2)$$

Neste modelo CMS, a variação da quantidade exportada do país (\dot{q}) é decomposta nos efeitos crescimento do comércio ($S\dot{Q}$) e competitividade relativa ($Q\dot{s}$). O sinal desses termos (+ ou -) indica se a variação foi positiva ou negativa.

Até o momento, a hipótese implícita é que o país exporta uma única mercadoria. Entretanto, quando se consideram a pauta e os diferentes mercados de destino, a variação no *quantum* exportado pode se dever não apenas à evolução do comércio ou da competitividade relativa, mas também da estrutura das exportações. Desta forma, se a

pauta do país é formada preponderantemente de mercadorias cuja demanda mundial é crescente e/ou a economia de seus principais parceiros comerciais está em crescimento, certamente suas exportações aumentam, independentemente do que ocorre com a competitividade relativa (Carvalho, 1995). Algebricamente, a expressão (2) é reescrita como:

$$s_{ij} = \frac{q_{ij}}{Q_{ij}} = f_{ij} \left(\frac{c_{ij}}{C_{ij}} \right), \quad f'(\cdot) > 0 \quad (3)$$

em que i é mercadoria e j países de destino, respectivamente.

Para a etapa inicial deste trabalho, como o objetivo é analisar o desempenho individual de mercadorias selecionadas, a identidade usada será:

$$S_j \doteq q_j/Q_j = f_j(c/C), \quad f'_j > 0$$

O crescimento total das exportações é dado pela expressão:

$$\dot{q} = \sum S_j \dot{Q}_j + \sum Q_j \dot{S}_j \quad (4)$$

que, expandida, torna-se:

$$\dot{q} = \underbrace{S\dot{Q}}_{(a)} + \underbrace{[\sum S_j \dot{Q}_j - S\dot{Q}]}_{(b)} + \underbrace{\sum Q_j \dot{S}_j}_{(c)} \quad (5)$$

em que o primeiro termo do lado direito de (5) é o efeito crescimento do comércio, o segundo, o efeito pauta de exportação, o terceiro é o efeito competitividade.

Quando esta metodologia é aplicada a uma base empírica, é necessário pensar em variações discretas no tempo, e não mais em termos de mudanças infinitesimais, possíveis quando se opera com funções contínuas. Além disso, a necessidade de agregar mercadorias heterogêneas impõe que se opere com os valores das exportações, e não quantidades. Por esta razão, o modelo mais simples, que não considera a distinção de mercadorias e mercados, fica:

$$V^1 - V^0 = rV^0 + (V^1 - V^0 - rV^0) \quad (6)$$

em que V^0 e V^1 são os valores das exportações totais nos períodos 0 (inicial) e 1 (final) e r a variação percentual das importações mundiais entre os períodos 0 e 1. Esta expressão equivale à (2). Para considerar a pauta de exportações, pode-se escrever:

$$V_i^1 - V_i^0 = r_i V_i^0 + (V_i^1 - V_i^0 - r_i V_i^0) \quad (7)$$

em que o subscrito i se refere às mercadorias que compõem a pauta. Considerando os mercados de destino, a expressão que avalia o desempenho de cada mercadoria é:

$$V_i^1 - V_i^0 = r_i V_i^0 + \sum_j (r_{ij} - r_i) V_{ij}^0 + \sum_j (V_{ij}^1 - V_{ij}^0 - r_{ij} V_{ij}^0) \quad (8)$$

em que j se refere aos mercados de destino. Nesta expressão, a variação dos valores exportados de i entre 0 e 1 é explicada pelos seguintes efeitos:

- $r_i V_i^0$: crescimento do mercado de i ;
- $\sum_j (r_{ij} - r_i) V_{ij}^0$: destino das exportações de i ; e
- $\sum_j (V_{ij}^1 - V_{ij}^0 - r_{ij} V_{ij}^0)$: competitividade.

A variação do total das exportações é decomposta pela fórmula:

$$V^1 - V^0 = rV^0 + \sum_i (r_i - r) V_i^0 + \sum_i \sum_j (r_{ij} - r_i) V_{ij}^0 + \sum_i \sum_j (V_{ij}^1 - V_{ij}^0 - r_{ij} V_{ij}^0) \quad (9)$$

que acrescenta o efeito composição da pauta, $\sum_i (r_i - r) V_i^0$.

A decomposição dos efeitos explicativos do crescimento das exportações constitui fonte de informações importantes para a análise dessas tendências ao longo do tempo.

Efeito crescimento do comércio mundial

Representa o crescimento porcentual que seria observado caso as exportações do país aumentassem proporcionalmente ao comércio mundial. Esse efeito indica a expansão dos mercados-alvo, portanto, é um fator exógeno.

Efeito mercado de destino

Representa os ganhos (ou perdas) em termos da porcentagem de crescimento, em razão do fato de as funções das exportações serem direcionadas a países que cresceram a taxas superiores (ou inferiores) à média do mercado mundial.

De modo geral, os estudos nesta área têm considerado o mercado mundial como mercado de destino ou algum subconjunto que represente mais apropriadamente a competição enfrentada pelo país.

Este efeito refere-se ao “aquecimento” dos mercados-alvo, sendo um fator externo à nação. Será positivo se as exportações estiverem concentradas em mercados que obtiveram maior dinamismo no período analisado e, negativo, se as exportações se concentrarem em regiões estagnadas.

Embora sejam utilizados amplamente em trabalhos que avaliam competitividade, o conceito de desempenho e o uso dos modelos do tipo *Constant-Market-Share* apresentam limitações de natureza metodológica. A principal consiste no fato de não poderem estabelecer relações diretas de causalidade, pois esse conceito parte de uma análise “*ex-post*”. Contudo, segundo Carvalho (2004), apesar de possuir caráter retrospectivo, esse modelo pode embasar inferências sobre o direcionamento do setor exportador para mercados mais favoráveis.

Efeito competitividade

A diferença entre o crescimento das exportações na formulação do modelo CMS e o crescimento efetivo das exportações é atribuída ao efeito competitividade. A medida deste efeito residual está na prática, relacionada com mudanças nos preços relativos, ou seja, os importadores tendem a substituir o consumo de bens cujos preços se elevaram pelo consumo daqueles com preços menores em termos relativos. Representa, em termos de porcentagem de crescimento, os ganhos (ou perdas) em participação nos mercados de cada país, em razão da competitividade dos produtos, podendo ser em termos de preços, e, ou, custos, ou ainda devido a melhorias na qualidade do produto e do processo tecnológico. Este efeito caracteriza-se como endógeno, pois é determinado por fatores internos às nações. Assim, quando um país deixa de manter sua parcela no

mercado mundial, o termo competitividade é negativo e indica preços aumentando para o país em questão, em proporção maior que de seus concorrentes.

2.4.1.2 Vantagem comparativa revelada

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada será utilizado a fim de avaliar em que padrão de especialização internacional se encontra a pauta brasileira de exportações de produtos lácteos.

Segundo Carvalho (1995), os indicadores de VCR são importantes, pois permitem definir o padrão de especialização internacional que segue a pauta e as exportações dos países. Em estudos sobre a competitividade de cadeias agroindustriais de países competidores no mercado internacional, esses indicadores são úteis para identificar em qual produto um país exportador tem maior vantagem comparativa.

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada é um indicador de desempenho, utilizado inicialmente em 1965 por Bela Balassa. Esse indicador pode possuir diferentes formatações, conforme sejam incluídos ou não na análise, além das exportações, as importações, os saldos comerciais e alguma variável específica do país que permita ponderar a importância do desempenho comercial, como a balança comercial, o produto interno bruto, o produto industrial etc (FAJSZYLBER *et al.*, 1993).

Será utilizado nesta pesquisa o primeiro indicador de VCR proposto por Balassa, utilizado nos trabalhos de Carvalho (1995), Figueiredo (2004) e Silva (2005). Esse indicador relaciona, para uma determinada região, a participação no mercado de exportações (de um conjunto de países de referência) de um produto específico do setor agroindustrial e a participação no mercado total de exportações, sendo definido como:

$$VCR_{iA} = (X_i^A/X_m^A)/(X_i^w/X_m^w)*100 \quad (10)$$

em que:

(X_i^A/X_m^A) = parcela das exportações do produto (i) do país A (X_i^A) nas exportações totais do complexo agroindustrial desse mesmo país (X_m^A); e

(X_i^w/X_m^w) = parcela das exportações mundiais do produto (i) igual a (X_i^w) nas exportações mundiais totais do complexo agroindustrial do mundo (X_m^w) .

Se este indicador for maior que a unidade, indica que o país A possui vantagem comparativa revelada no produto analisado.

Este indicador será calculado para cada produto e subperíodo estabelecidos na análise de CMS, caracterizando o padrão de vantagem comparativa do país ao longo do tempo.

2.4.2 Fonte de dados

2.4.2.1 Seleção dos produtos analisados

Um ponto importante na operacionalização do método *Constant Market Share* (CMS), principal indicador calculado para avaliar o desempenho das exportações de produtos lácteos brasileiros, é a seleção das mercadorias consideradas.

Os produtos lácteos selecionados foram todos aqueles os que compõem o Capítulo 4 do Sistema Harmonizado (SH). O SH é uma nomenclatura sistemática que classifica os produtos em 21 seções, 96 capítulos e 1.241 posições (SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, 2008). Nessa nomenclatura, os produtos lácteos considerados são aqueles da Seção I - Animais Vivos e Produtos do Reino Animal, Capítulo 4 (Leite e laticínios). Os produtos foram analisados em conjunto, mas foram considerados individualmente o leite em pó integral, leite em pó desnatado, leite em pó semi-desnatado, leite condensado, leite evaporado, iogurte e leite fermentado, manteiga e *butter oil* e queijos, considerando a representatividade destes produtos na balança comercial.

2.4.2.2 Seleção dos mercados de destino

Como mercado de destino foram considerados os países que tiveram frequência como importadores dos produtos lácteos brasileiros nos últimos dez anos. Foram selecionados Angola, África do Sul, Argélia, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Cuba, Estados Unidos, Paraguai, Uruguai, Venezuela e em um único bloco os países do resto do mundo.

No cálculo do modelo CMS, os volumes exportados pelo Brasil, deflacionados, foram tomados por país de destino, no período de 1996 a 2006. Os países selecionados

foram responsáveis por mais de 90% das exportações brasileiras de produtos lácteos no período.

Os dados utilizados sobre as exportações dos produtos lácteos selecionados do Brasil e dos países selecionados e do mundo foram obtidos na base de dados da FAO (FAOSTAT). Os dados relativos às exportações brasileiras foram obtidos no sistema ALICEWEB do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (<http://www.mdic.gov.br>).

2.4.2.3 Definição do período de análise

O período total analisado foi dividido em três subperíodos de modo a representar momentos importantes na estrutura das exportações brasileiras de produtos lácteos, quando a economia passa por mudanças significativas.

Assim, têm-se:

- a) Período I – 1996/97/98/99: período inicial, representando a estrutura do comércio exterior de produtos lácteos brasileiros num ambiente de valorização cambial.
- b) Período II – 2000/01/02: segundo período, representando um ambiente pós-acordo *antidumping*, sobretaxa para países que subsidiavam produtos lácteos e estabelecimento de preço mínimo para países como Argentina e Uruguai, reestruturação das empresas do setor lácteo brasileiro.
- c) Período III – 2003/04/05/06: último período, representando a situação mais recente em que as mudanças na estrutura da pauta de exportações dos produtos lácteos brasileiros se tornaram mais evidentes.

A análise do período III foi até o ano de 2006, por ser este o último ano com valores disponíveis na base de dados da FAO (FAOSTAT/TradeSTAT).

2.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.5.1 Fontes de crescimento das exportações do setor lácteo brasileiro

2.5.1.1 Análise *market-share* e competitividade das exportações brasileiras de produtos lácteos

2.5.1.1.1 Período de 1996 a 1999

Após a liberalização do mercado e outros acontecimentos econômicos e estruturais, o setor lácteo brasileiro passou por um período marcado pelo aumento da

concorrência, tanto em preço quanto em qualidade dos produtos importados e, por consequência, houve redução das margens de lucro.

Neste período, denominado de pré *anti-dumping*, a valorização cambial (1996 – 1999) foi um dos acontecimentos que mais influenciaram o padrão de comércio internacional do setor lácteo brasileiro como fortemente importador (Tabela 7). Os preços internos afetados tanto pelos preços internacionais, em virtude do mercado lácteo europeu altamente subsidiado, como pelo câmbio, sofriam grandes oscilações. Ao mesmo tempo, o câmbio brasileiro, sobrevalorizado, favorecia o produto importado, e o aumento do consumo propiciado pelo Plano Real resultou em uma elevação da importação brasileira, que teve seu ápice em 1996, chegando a mais de US\$ 500 milhões.

Tabela 7. Produção de leite e balança comercial – Período I (1995 a 1999).

Ano	Produção brasileira	Valor FOB (Mil US\$)		
	(milhões de litros)	Importação	Exportação	Saldo
1996	18.515	514.288	19.256	-495.032
1997	18.666	454.670	9.409	-445.261
1998	18.694	508.829	8.100	-500.729
1999	19.070	439.951	7.520	-432.431

Fonte: Adaptado de Terra Viva (2007) e MDIC (2007).

A partir dos resultados de desempenho do setor lácteo brasileiro, no modelo CMS, Tabela 8, podem-se analisar a decomposição dos efeitos e a contribuição de cada um no desempenho das exportações dos produtos lácteos.

No período de 1996 a 1999, observa-se que tanto as exportações brasileiras como as mundiais apresentaram taxas decrescentes, refletindo decréscimos ocorridos no valor das exportações, tanto brasileiras como mundiais, evidenciando um comércio mundial retraído.

O efeito do crescimento do comércio mundial apresentou-se positivo, ou seja, a demanda por produtos lácteos nos mercados em expansão sustentou as taxas de crescimento, de modo que não ficassem mais negativas. Contudo, este fator não foi determinante para sustentar as taxas de crescimento ante os efeitos desfavoráveis obtidos com o destino das exportações e a competitividade.

Quanto ao efeito destino das exportações, observa-se que em parte ele foi o principal responsável pelo baixo desempenho das exportações de lácteos brasileiros. Neste período, o Brasil se caracterizava no mercado como grande importador de lácteos, e o saldo da balança comercial no período sempre permaneceu deficitário.

A perda da dinâmica das exportações mundiais em parte é decorrente de um mercado fortemente protecionista, com elevados subsídios, e extremamente concentrado em alguns países.

Por fim, observa-se que o efeito competitividade se apresentou desfavorável ao crescimento das exportações de produtos lácteos brasileiros, sendo preponderante neste período, uma vez que estes produtos não eram competitivos no mercado internacional, devido aos elevados custos de produção e à baixa produção e produtividade. Esse efeito em conjunto com o destino das exportações influenciou os resultados negativos das exportações brasileiras no período.

Tabela 8. Fontes de crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos 1996-1999.

	Período 1996/1999
1. Taxas de crescimento	
Exportações brasileiras	-28,96
Exportações mundiais	-3,53
2. Fontes de Crescimento	
Efeito crescimento do comércio mundial	12,40
Efeito destino das exportações	- 19,68
Efeito competitividade	- 68,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

2.5.1.1.2 Período de 2000 a 2002

A segunda fase, denominada pós *antidumping*, ainda é marcada pela valorização cambial (1998-2002) (Tabela 9).

Em 2000, o acordo antidumping estabeleceu uma sobretaxa para países que subsidiavam seus produtos como a União Européia e preço mínimo para países como Argentina e Uruguai. Nesta época, houve um crescimento substancial da produção, que aliado à reestruturação das empresas, que se profissionalizaram administrativamente, buscando maior eficiência e competitividade, possibilitou a modernização das unidades

industriais já existentes e a criação de novos parques industriais (leite em pó), altamente afetados pelas importações. O resultado deste conjunto de políticas adotadas pelo setor lácteo brasileiro se concretizou pela crescente substituição de importações neste período, caracterizado como período de transição.

A melhoria na *performance* exportadora tem início em 2001, ao mesmo tempo em que se presencia a desvalorização do Real e a queda nas importações, que teve início em 1998, mas apresentou retração mais acentuada de 2000 para 2001.

A criação da Serlac Trading S.A., em maio de 2001, representou também um posicionamento proativo das empresas nacionais, em especial das centrais cooperativas. Esta iniciativa permitiu a inserção de modo profissional dos produtos lácteos brasileiros no mercado internacional, com permanente exportação. A Serlac é composta por cinco laticínios nacionais, a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (Itambé), a Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo (CCL/SP), a Cooperativa Central Agroindustrial do Paraná (Confepar), a Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S/A (Ilpisa) e a Embaré Indústrias Alimentícias S/A (Embaré), que juntas processam 4,5 milhões de litros de leite por dia. Os produtos comercializados no mercado internacional por estas empresas são leite condensado, leite em pó e leite evaporado, que movimentaram US\$ 130 milhões de dólares em 2007, e US\$ 226,7 milhões, no período de janeiro a julho de 2008, com alta de 174,4% em relação às vendas totais de 2007. Projeções apontam para um incremento nos embarques em 25%, em comparação ao resultado de 2007, devendo chegar ao volume de 1 milhão de toneladas, ou 1 bilhão de litros, considerando todos os produtos.

Tabela 9. Produção de leite e balança comercial – Período II (2000 a 2002).

Ano	Produção brasileira (milhões de litros)	Valor FOB (Mil US\$)		
		Importação	Exportação	Saldo
2000	19.767	373.189	13.360	-359.829
2001	20.510	178.607	25.029	-153.578
2002	21.644	247.557	40.246	-207.311

Fonte: Adaptado de Terra Viva (2007) e MDIC (2007).

A Tabela 10 apresenta a decomposição dos efeitos e a contribuição de cada um no desempenho das exportações dos produtos lácteos brasileiros, no período de 2000 a 2002. Observa-se um grande salto na taxa de crescimento das exportações brasileiras

neste período, se comparado ao período anterior e também em relação à taxa de crescimento das exportações mundiais. Quando o mercado mundial mostra dinamismo, a taxa de crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos supera a taxa mundial.

Os efeitos crescimento do comércio mundial e, sobretudo, o efeito competitividade explicam o desempenho das exportações brasileiras de lácteos.

O efeito do crescimento do comércio mundial apresentou-se positivo, ou seja, a demanda por produtos lácteos, embora não seja o fator preponderante, auxiliou na taxa positiva do Brasil.

O efeito destino das exportações foi negativo, evidenciando que a exportação de produtos lácteos concentrou-se em mercados pouco dinâmicos. Em parte, este fator contribuiu negativamente na taxa de exportações brasileiras.

A competitividade, ao contrário do período anterior, foi o fator de maior contribuição para explicar o crescimento das exportações neste período, superando o efeito negativo do destino das exportações.

Algumas alternativas já levantadas, como a expansão da produção e da capacidade produtiva, o investimento na construção e modernização das plantas industriais e a capacitação gerencial e estratégica das empresas foram determinantes na obtenção deste resultado, entretanto a desvalorização cambial foi o principal fator para se alcançar este resultado.

Tabela 10. Fontes de crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos de 2000 a 2002.

	Período 2000/2002
1. Taxas de crescimento	
Exportações brasileiras	65,00
Exportações mundiais	0,91
2. Fontes de Crescimento	
Efeito crescimento do comércio mundial	3,30
Efeito destino das exportações	-31,60
Efeito competitividade	128,30

Fonte: Resultados da pesquisa.

2.5.1.1.3 Período de 2003 a 2007

A substituição de importações e o novo desafio das exportações (2003-2007) caracterizaram a terceira fase, como mostra a Tabela 11. O crescimento da produção obtido até 2004 serviu, em parte, para substituir o leite importado. Neste período, destacam-se como grandes mudanças no cenário nacional, o aumento constante da produção, especialmente em áreas de leite a pasto e o início do processo de valorização de sólidos do leite, na forma de pagamento diferenciado ao produtor, assim como a implantação de novas fábricas de leite em pó.

Esses resultados têm relação direta com o ganho de competitividade dos produtos lácteos brasileiros com o avanço, a partir de 2003, nas transações externas de produtos com maior valor agregado e com a conquista de novos mercados.

Tabela 11. Produção de leite e balança comercial – Período III (2003 a 2007).

Ano	Produção Brasileira (milhões de litros)	Valor FOB (Mil US\$)		
		Importação	Exportação	Saldo
2003	22.595	112.292	48.507	-63.785
2004	23.478	83.923	95.400	11.477
2005	24.572	121.193	130.100	8.907
2006	24.584	173.452	169.447	-4.005
2007	27.200	150.547	273.287	122.740

Fonte: Adaptado de Terra Viva (2007) e MDIC (2008).

De 2004 a 2005, a redução verificada no saldo da balança comercial de produtos lácteos foi consequência do crescimento das importações (44,4%) frente às exportações (36,4%), o que não ocorria desde 2000. Essa ligeira reversão tem entre seus determinantes a sobrevalorização mais acentuada da moeda brasileira ocorrida nesse período, visto que, uma moeda mais forte tende a favorecer o aumento das importações, a inibir as exportações e, conseqüentemente, a reduzir o superávit comercial.

A partir de 2005, a produção nacional de leite passa a gerar excesso de oferta de produto, o que propicia um aumento no volume de produção do leite em pó. A importação brasileira se torna mais seletiva em virtude de a necessidade das empresas internalizarem produtos de maior valor agregado. No entanto, a crise cambial que afetou o setor especialmente a partir do segundo semestre de 2005 persistiu em 2006, ocasionando um valor negativo no saldo da balança deste ano.

Apesar do déficit na balança comercial em 2006, houve um aumento nas exportações de 12,4%, em comparação a 2005, entretanto, as importações também aumentaram 10,3% no mesmo período.

Em 2007, os preços dos lácteos no mercado internacional foram relativamente altos, apesar do câmbio desfavorável, o que prejudicou, em parte, o desempenho das vendas brasileiras que poderiam ter sido maiores.

Analisando a balança comercial do setor lácteo brasileiro de 1996 a 2007, o resultado mais significativo foi em 2007, com superávit de US\$ 122,4 milhões na balança comercial. As exportações em 2007 totalizaram 96,6 mil toneladas e US\$ 273,3 milhões, aumento de 8,5% em volume e 97,3% em valor, se comparado a 2006. O leite em pó integral foi o produto com maior volume de vendas, US\$ 153,5 milhões, 56,16% do total exportado, seguido pelo leite condensado com US\$ 41,36 milhões e 15,10% do total exportado (SECEX, 2008).

A fase atual é caracterizada por um mercado totalmente aberto nos dois sentidos, importação e exportação, com oferta de produto para o mercado internacional em todos os momentos.

A análise de CMS, no período de 2003 a 2006, com a decomposição dos efeitos e a contribuição de cada um deles no desempenho das exportações dos produtos lácteos brasileiros, pode ser observada na Tabela 12.

Assim como no período anterior, de 2000 a 2002 constatam-se crescimento na taxa das exportações brasileiras e na taxa das exportações mundiais. Tal fato evidencia um mercado mundial com maior dinamismo.

Os efeitos comércio mundial, destino das exportações e, sobretudo, a competitividade explicam o bom desempenho das exportações brasileiras de lácteos neste período.

O efeito do crescimento do comércio mundial foi positivo, e 309% superior à taxa do período anterior, devido ao crescimento da demanda por produtos lácteos, sobretudo por produtos diferenciados, à mudança nos hábitos de consumo e ao desenvolvimento de novos produtos em atendimento a esta demanda.

Destaca-se neste período o efeito destino das exportações que pela primeira vez apresentou-se positivo. A busca por mercados novos e mais dinâmicos e a expansão das exportações de produtos lácteos impulsionaram este efeito. As exportações estiverem concentradas em mercados que obtiveram maior dinamismo no período analisado, ou

seja, os mercados-alvo estavam “aquecidos” e cresceram a taxas superiores à média do mercado mundial.

A competitividade, assim como no período anterior, foi o efeito de maior contribuição para o crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos desse período. O maior preparo das empresas e conhecimento sobre comércio exterior, os investimentos na melhoria da qualidade do leite, em atendimento às exigências sanitárias, o investimento em modernização e construção de novas unidades industriais e principalmente a necessidade de abertura de novos mercados ou expansão dos já existentes foram os fatores que mais contribuíram na competitividade internacional alcançada pelo setor lácteo na exportação de seus produtos.

Tabela 12. Fontes de crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos de 2003 a 2006.

	Período 2003/2006
1. Taxas de crescimento	
Exportações brasileiras	60,60
Exportações mundiais	15,44
2. Fontes de Crescimento	
Efeito crescimento do comércio mundial	10,20
Efeito destino das exportações	21,00
Efeito competitividade	68,80

Fonte: Resultados da pesquisa.

2.5.1.2 Indicadores de vantagem comparativa revelada

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada possibilita quantificar o peso relativo das exportações de cada produto lácteo na pauta de exportações brasileiras do setor.

Os resultados obtidos na construção desse indicador (Tabela 13) apresentam um quadro evolutivo da vantagem comparativa revelada dos produtos ao longo do período analisado e quantificam o peso relativo das exportações de cada produto da pauta de exportações do setor lácteo brasileiro, em relação ao ocorrido em nível mundial.

Tabela 13. Indicadores de vantagem comparativa revelada do setor lácteo brasileiro.

Produto	Períodos		
	1996/1999	2000/2002	2003/2006
Leite em pó integral	0,066	0,013	0,250
Leite em pó desnatado	0,003	0,001	0,030
Leite condensado	0,326	1,801	2,989
Leite evaporado	0,001	0,002	0,012
Queijos	0,013	0,029	0,045
Manteiga	0,021	0,019	0,011
Iogurte	0,004	0,021	0,004

Fonte: Resultados da pesquisa.

Dos produtos analisados, os índices referentes ao leite condensado nos períodos (2000/01/02) e (2003/04/05/06) são superiores à unidade, o que indica vantagem comparativa internacional, enquanto para os demais produtos são observados valores inferiores à unidade.

Esses resultados revelam que a pauta brasileira permanece com um padrão de especialização inferior ao encontrado no mercado internacional. Entre os produtos cujos indicadores de vantagem comparativa revelada são inferiores à unidade, alguns aspectos são importante destacar. Para o leite em pó, apesar de a participação nas exportações ser crescente, o produto brasileiro ainda não é tão competitivo no mercado internacional. Todavia, a modernização dos parques industriais de secagem e os investimentos realizados no setor, de certo modo já proporcionam um aumento da participação do produto brasileiro, embora seja necessário alcançar padrões de custo e qualidade semelhantes aos dos concorrentes tradicionais no mercado internacional. Quanto aos demais produtos, os baixos índices revelam que o setor lácteo brasileiro, no período analisado, encontrava-se despreparado para concorrer no mercado internacional.

Analisando a dinâmica da balança comercial de produtos lácteos no período de 1996 a 2007 (Tabelas 14 e 15) observa-se que ela tem apresentado comportamento diferenciado para os diversos produtos que a compõem, tanto em termos de valores como de quantidades.

Tabela 14. Balança comercial dos produtos lácteos brasileiros selecionados de 1996 a 2007 (Valor FOB - US\$ milhões).

Produtos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Leite em pó integral	-172,00	-182,75	-232,27	-232,14	-195,56	-82,98	-143,06	-53,76	0,53	-19,75	-36,89	96,26
Leite em pó desnatado	-3,10	-0,66	-6,05	-5,12	-0,44	-0,14	-0,48	0,06	2,64	5,05	6,98	4,58
Leite condensado	-12,19	-8,16	-2,57	1,91	3,86	6,32	18,60	25,51	26,12	33,46	59,41	41,36
Leite evaporado	-0,87	-0,62	-1,48	-0,54	-0,22	-0,14	0,11	0,00	0,36	0,62	3,49	1,90
Queijos	-101,00	-82,45	-66,82	-41,30	-31,55	-16,31	-16,45	-7,36	2,76	17,81	-0,74	6,02
Manteiga	-19,38	-6,99	-20,06	-17,61	-15,70	0,01	-6,50	-4,25	-1,03	2,62	0,60	6,84
Iogurte	-0,14	-0,20	-0,16	-0,06	0,23	0,55	0,15	0,15	0,10	0,17	0,00	0,59
Soro de leite modificado ou não	-11,30	-6,16	-19,15	-16,34	-19,79	-19,87	-20,64	-15,70	-13,86	-25,01	-27,85	-52,91
Leite em pó modificado	-0,19	-2,41	-5,12	-0,28	-0,19	0,06	0,32	7,46	16,87	19,43	29,04	25,06

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Aliceweb/MDIC (2008).

Tabela 15. Balança comercial de produtos lácteos brasileiros selecionados de 1996 a 2007 (milhões de Ton.).

Produtos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Leite em pó integral	-93,91	-91,71	-122,30	-139,27	-104,68	-40,95	-93,87	-29,20	0,21	-7,57	-15,97	18,45
Leite em pó desnatado	-1,69	-0,43	-3,26	-3,27	-0,24	-0,07	-0,35	0,04	1,34	2,40	3,23	0,73
Leite condensado	-8,45	-5,84	-1,99	1,86	4,39	7,36	23,03	29,81	31,29	35,53	48,94	27,81
Leite evaporado	-0,41	-0,45	-1,74	-0,73	-0,09	-0,05	0,07	0,00	0,35	0,61	3,40	1,66
Queijos	-33,53	-28,19	-23,02	-19,03	-13,30	-5,76	-8,61	-2,81	2,37	7,68	1,42	3,57
Manteiga	-9,32	-4,19	-10,31	-11,36	-10,25	0,49	-7,18	-3,09	-0,53	1,42	0,50	2,33
Iogurte	-0,04	-0,13	-0,08	-0,05	0,38	0,15	0,10	0,10	0,06	0,05	0,00	0,91
Soro de leite modificado ou não	-19,04	-9,48	-27,08	-25,79	-32,60	-29,26	-33,15	-25,12	-22,81	-29,93	-28,44	-29,44
Leite em pó modificado	-0,10	-0,83	-2,28	-0,07	-0,08	0,04	0,24	4,55	8,58	7,06	8,41	6,67

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Aliceweb/MDIC (2008).

Nos anos de 1996 a 1998, o Brasil apresentou déficit na balança comercial em todos os produtos lácteos selecionados. A partir de 1999, o leite condensado brasileiro começa a ser exportado em quantidades crescentes, sendo o primeiro produto lácteo a obter valores positivos sucessivos na balança comercial.

A evolução positiva dos índices estimados para o leite condensado reafirma a significativa expansão de sua exportação, de forma mais acentuada a partir do ano de 2000, confirmando a importância deste produto na pauta de exportações do setor lácteo brasileiro. Tal fato deve-se à expansão dos parques industriais de concentração de leite no Brasil e ao alto investimento em tecnologia, que, aliado à competitividade em matérias-primas como o açúcar e o aço, possibilitaram o ganho de vantagem comparativa deste produto.

A partir do ano 2000, o iogurte também obtém saldos positivos na balança comercial, mas sem grande destaque. Observa-se também uma gradual substituição das importações dos demais produtos com destaque para o leite em pó integral e queijos.

Em 2004, pela primeira vez se alcança o superávit na balança comercial de produtos lácteos, e o leite em pó, principal produto importado, obtém saldo positivo. Outro produto a se destacar é o queijo que também pela primeira vez obtém valor positivo na balança comercial.

Em todo o período analisado, o único produto que registrou déficits comerciais consecutivos foi o soro de leite em pó modificado ou não. As exportações brasileiras de soro de leite em pó são insignificantes, quando comparadas às suas importações, que, embora com um moderado recuo entre 2000 e 2004, cresceram substancialmente em 2005, 2006 e 2007. O soro de leite em pó é utilizado na formulação tanto de produtos lácteos como também de produtos de panificação, chocolates, entre outros.

Um produto que obteve expressiva expansão no período, sobretudo a partir de 2003, foi leite em pó modificado. Este produto contém em sua formulação, dentre outros ingredientes, o soro de leite em pó, e possivelmente parte do soro importado é utilizado na formulação deste produto.

O resultado negativo da balança para o leite em pó integral nos anos de 2005 e 2006 foi resultado da instabilidade cambial que estimulou as importações deste produto, e o elevado custo de produção do produto brasileiro que o tornou menos competitivo no mercado internacional.

Em 2007, o superávit alcançado foi o maior do período devido à maior captação de leite, construção de novas unidades de secagem de leite, demanda no mercado internacional e preços internacionais atrativos, apesar de o câmbio ainda permanecer desfavorável.

O total exportado de lácteos pelo Brasil equivale a apenas 3,5% do leite formal do país. Contudo, estudos apontam que se este pequeno percentual não for exportado, poderá haver aumento nos estoques das indústrias, refletindo negativamente sobre os preços dos derivados lácteos no atacado e principalmente no preço do leite ao produtor. Ponchio *et al.* (2007) ressaltam que estes impactos são mais significativos para indústrias lácteas e cooperativas que atuam no mercado internacional.

2.6 CONCLUSÕES

O mercado internacional de produtos lácteos se dinamizou nos últimos anos, mas ainda permanece concentrado e protegido em muitos países, sobretudo nos desenvolvidos. O processo de abertura econômica iniciado na década de 1990 expôs o setor lácteo brasileiro à competição internacional e, com isso, o setor iniciou um processo produtivo de reestruturação. Os produtores rurais adotaram novas tecnologias de produção, e a indústria se modernizou no sentido de atender às exigências dos consumidores, tanto em qualidade como em preço de produtos. O Brasil, depois de muitos anos de saldo negativo na balança comercial de produtos lácteos, vem ganhando espaço no comércio internacional, substituindo as importações e participando mais ativamente deste mercado como exportador.

Diante deste contexto, foram analisados os fatores que explicam a forma em que o setor lácteo brasileiro se articula com o mercado internacional e seu desempenho exportador nos últimos dez anos. Assim, procurou-se examinar o saldo comercial dos produtos lácteos brasileiros, o desempenho, por meio do efeito comércio mundial, efeito destino das exportações e efeito competitividade e a vantagem comparativa revelada dos produtos lácteos que compõem a pauta de exportação brasileira, frente aos comercializados no mercado internacional.

Os resultados dos indicadores de desempenho revelam que o comportamento das exportações brasileiras de lácteos no período analisado num primeiro instante, de 1996 a 1999, apresentou-se retraído e marcado por forte protecionismo, embora o efeito crescimento do comércio mundial tenha sido positivo, sinalizando expansão dos mercados-alvo. Contudo, neste período, o Brasil se caracterizava como grande importador de lácteos, e o saldo da balança comercial sempre permaneceu deficitário. Os produtos não eram competitivos no mercado internacional, devido aos elevados custos de produção e à baixa produção e produtividade no campo.

No período de transição de 2000 a 2002, ocorreu um maior dinamismo das exportações de produtos lácteos brasileiros com taxa de crescimento superior à das exportações mundiais. Entretanto, o mercado de destino neste período mostrava-se estagnado, e a necessidade de abrir novos mercados era decisiva para ampliação das exportações. Os efeitos comércio mundial e, sobretudo, a competitividade explicaram o desempenho das exportações brasileiras de lácteos, tanto de 2000 a 2002, como no período subsequente, 2003 a 2006. Os efeitos comércio mundial, destino das exportações e, sobretudo, a competitividade explicam o bom desempenho das exportações brasileiras de lácteos neste período, apesar do déficit na balança comercial em 2006 houve um aumento nas exportações.

A competitividade foi o efeito primordial na contribuição para o crescimento das exportações brasileiras de produtos lácteos desse período. A capacitação das empresas em comércio exterior, a melhoria da qualidade do leite em atendimento às exigências sanitárias, a modernização e a construção de novas unidades industriais e principalmente a necessidade de abertura de novos mercados ou expansão dos já existentes foram os fatores que mais contribuíram para a competitividade internacional alcançada pelo setor lácteo na exportação de seus produtos.

O direcionamento do setor exportador para mercados mais dinâmicos e a concentração do comércio em mercadorias com perspectivas mais favoráveis nos mercados dos países asiáticos, africanos e latinos também contribuíram para uma maior inserção dos produtos lácteos brasileiros no comércio internacional.

Na análise de vantagem comparativa revelada, o leite condensado foi o único produto lácteo brasileiro a apresentar vantagem comparativa internacional. A evolução positiva desse índice indica que o país tem conseguido ampliar sua participação nos negócios internacionais deste produto, em relação aos seus concorrentes. No entanto, os demais produtos lácteos da pauta de exportação

brasileira apresentaram um padrão de especialização inferior ao encontrado no mercado internacional, ou seja, não alcançaram ainda nível de competitividade internacional.

De modo geral, a evolução da participação do Brasil no comércio mundial de produtos lácteos tem sido positiva e ascendente. Entretanto, há que se destacar os fatores que limitam a competitividade brasileira no comércio internacional de lácteos, principalmente a falta de estrutura e articulação do setor e a promoção de ações conjuntas entre as empresas de modo a competir mais firmemente e a reduzir as barreiras de entrada no mercado internacional.

2.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALASSA, B. Trade liberalization and “revealed” comparative advantage. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 33, p. 99-123, 1965.

BATISTA, J.C. **Desvalorização cambial e as exportações brasileiras para os Estados Unidos**. Brasília: FUNCEX, 2002. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/bases/70-exportacoes-JCB.pdf>> Acesso em: 22/11/ 2006.

CARVALHO, F. M. A. **Método “Constant Market Share” (CMS)**. In: SANTOS, M. L.; VEIRA, W. C. (ed) In: Métodos quantitativos em economia. Viçosa: UFV, 2004. p. 225-241.

CARVALHO, F. M. A. **O comportamento das exportações brasileiras e a dinâmica do complexo agroindustrial**. Tese (Doutorado em Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP, 1995.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia Internacional**, 4ª Ed., Editora Saraiva, 2007. 327 p.

COELHO, M. R. F.; BERGER, R. Competitividade das exportações brasileiras de móveis no Mercado internacional: uma análise segundo a visão desempenho. **Rev. FAE**, Curitiba, v.7, n.1, p.61-65, jan./jun. 2004

CRUZ, C. M. L.; GOLLO, S. S.; SETUBAL, J. B. **Competitividade Sistêmica: Estratégia e Competitividade**. Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

FAJNZYLBBER, P., SARTI, F., LEAL, J. P. G. In: COUTINHO, L. G. et al (org.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira – sistema de indicadores da competitividade**. Campinas, 1993. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/publi/compet/ntt-ind.pdf>>

FAO. **FAOSTAT database**. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: jun. 2007.

FIALHO, R. **Competitividade das exportações brasileira de carne suína no período de 1990 a 2004**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, UFV-MG, 2006, 94 p.

FIGUEIREDO, A. M. **Diferenciação por origem na competitividade das exportações mundiais da agroindústria de soja, no período de 1990 a 2002**.

Dissertação (Economia Aplicada) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: MG, 2004, 133 p.

GONÇALVES, R. Competitividade internacional, vantagem comparativa e empresas multinacionais: o caso das exportações brasileiras de manufaturados. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 411-436, ago. 1987.

HAGUENAUER, L. **Competitividade: conceitos e medidas – uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Texto para discussão n. 211).

HOEN, A. R.; OOSTERHAVEN, J. (2004). **On the measurement of comparative advantage**. Disponível em: <[http:// som.eldoc.ub.rug.nl/FILES/reports/themC/2004/](http://som.eldoc.ub.rug.nl/FILES/reports/themC/2004/)>. Acesso em: 12/06/2008.

HORTA, M. H. T. Fontes de crescimento das exportações brasileiras na década de 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 2, n. 13, p. 507-542, 1983.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo, Editora Pearson Addison Wesley, 2005. 558p.

KUPFER, D. **Padrões de concorrência e competitividade**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1993. (Texto para discussão, 265).

LAFAY, G. Avantage comparatif et compétitivité. **Economie Prospective Internationale**, Paris, n. 29, 1. trim., p. 39-52, 1987.

LEAMER, E. E.; STERN, R. M. **Quantitative International Economics**, Aldine Publishing Company, Chigago, 1970.

MACHADO, T. A.; ILHA, A. S.; RUBIN, L. S. Competitividade da carne brasileira no comércio internacional (1994-2002). **Cadernos PROLAM/USP**, ano 6, v. 1, 2007. p. 87 – 101.

MARTINS, M. C. **Competitividade da cadeia produtiva do leite no Brasil**. Revista de política agrícola, n.3. 2004. p. 38-51.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO – MDIC **Aliceweb estatísticas**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>> Acessos em: 08/01/2007; 04/06/2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC/SECEX). **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comext/secex> >2006 Acesso em 23/10/2007 e 14/01/2008.

NONNENBERG, J.M. **Competitividade e crescimento das exportações brasileiras**. Rio de Janeiro, Texto para discussão n. 578. RJ: IPEA, 1998.

ORANJE, M. **Competitividade das frutas brasileiras no comércio internacional**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), Universidade Federal de Viçosa, UFV-MG, 2003, 114 p.

PAARALBERG, P.; SCHMITZ, A.; MCCALLA, A. **The economics of export subsidies**. In: United States Department of Agriculture. Embargoes, surplus disposal, and U.S. agriculture. Washington: ERS, 1985. p. 1-18.

PINHEIRO, A. C.; MOREIRA, A.; HORTA, M. **Indicadores de competitividade das exportações: resultados setoriais para o período de 1980/88**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. 60 p. (Texto para discussão, 257).

PONCIANO, N. J. **Segmento exportador da cadeia agroindustrial do café brasileiro**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1995. 228 p.

PONCHIO, L. A.; GOMES, A. L. PAZ, E. **Perspectivas de Consumo de Leite no Brasil**. CEPEA, julho 2006. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br> Acesso em: 08/07/2007.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 932 p.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Ed. Campus, 2 ed. 2005, 409 p.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comext/secex>>2007. Acessos em 05/12/2007 e 28/01/2008.

SILVA, T.A. **Desempenho das exportações agroindustriais de Minas Gerais no período de 1990 a 2003**. Mestrado (Economia Aplicada) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: MG, 2005, 105 p.

STALDER, S.H.G.M. **Análise da participação do Brasil no mercado internacional de açúcar.** Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP: ESALQ, 1997. 121 p.

TERRA VIVA. **Estatísticas.** Disponível em: <http://www.terraviva.com.br> Acesso em 08/01/2007; 04/11/2007.

TERRA VIVA. **Selectus 2.663.** Disponível em: <http://www.terraviva.com.br> Acesso em: 16/ 01/ 2007.

VASCONCELOS, M.F.S. **Competitividade do comércio internacional de soja.** Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP: ESALQ, 1994. 92 p.

VOLLRATH, T. L. **Competitiveness and protection in world agriculture.** United States, Washington, D. C., Economic Research Service/Department of Agriculture, July 1989. (Information Bulletin, n. 567).

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO DAS BARREIRAS TARIFÁRIAS E NÃO-TARIFÁRIAS ÀS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS LÁCTEOS DO BRASIL

3.1 INTRODUÇÃO

O ambiente de negócios no cenário internacional vive intensa transformação econômica, política e social e é cada vez mais competitivo. As empresas têm que estar preparadas para desenvolver habilidades que lhes permitam adquirir novos conhecimentos, disseminá-los internamente e utilizá-los no desenvolvimento de tecnologias e produtos bem sucedidos, caracterizando um novo perfil global, definido por uma sociedade da informação e sob uma economia do conhecimento. Tais condições significam, ademais, que vantagens comparativas entre empresas, regiões e nações, dependerão cada vez mais do uso racional e sustentável dos recursos naturais.

O mercado mundial de produtos lácteos é um dos mais protecionistas do mundo. Segundo a OCDE¹, em 2006, do total de subsídios equivalentes concedidos por *commodities* (SCT) de US\$158 bilhões, a produção leiteira utilizou US\$24,64 bilhões, ou seja, 16% do total, o que configura sua manutenção entre as *commodities* mais protegidas e subsidiadas do mundo. Esta proteção artificial prejudica países que produzem sem a devida “ajuda” governamental e anulam as vantagens comparativas naturais. Por isto, estes são os que mais lutam por um mercado internacional justo e liberal, tendo como intermediário a Organização Mundial do Comércio (OMC) (FERREIRA e MARTINS, 2008).

Neste contexto, o Brasil, embora não seja um grande exportador de produtos lácteos, possui um grande potencial produtivo e vantagens comparativas em relação aos tradicionais exportadores desses produtos, como a possibilidade de aumento da produção devido à disponibilidade de áreas para pasto. Todavia, as exigências do mercado internacional sobre a qualidade e os alimentos seguros impõem restrições ao comércio dos produtos brasileiros.

Dentre as barreiras ao comércio internacional, destacam-se as barreiras técnicas e sanitárias, cada vez mais utilizadas como instrumento balizador ao

¹OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, uma organização internacional e intergovernamental composta pelos 30 países mais industrializados.

comércio de produtos lácteos, principalmente entre os países que estabelecem rígidos padrões de qualidade para os produtos que entram em suas fronteiras.

Num mercado caracterizado por elevado protecionismo tarifário e não-tarifário, a ampliação das exportações está atrelada à competitividade nos mercados de destino, o que envolve conhecimento do mercado e capacitação da cadeia produtiva. Alcançar os padrões internacionais de qualidade e cumprir as exigências técnicas e sanitárias dos países importadores são ações que a cadeia agroindustrial do leite deve desenvolver para abrir novos mercados.

Neste cenário, o posicionamento do Brasil como exportador líquido de lácteos configura-se como uma alternativa atrativa, já que é previsto para os próximos anos excedentes na produção de leite, e a busca por alternativas de comercialização torna-se um fator estratégico para o setor. Deste modo, o conhecimento do mercado exportador e importador de produtos lácteos, assim como a caracterização das barreiras tarifárias e não tarifárias que incidem sobre estes produtos tornam-se imprescindíveis.

3.2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é caracterizar o mercado importador e exportador de produtos lácteos, sob a ótica das barreiras tarifárias e não-tarifárias, sobretudo das barreiras técnicas e sanitárias, acordos sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (*Agreement on Technical Barriers to Trade - TBT*) e acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (*Sanitary and Phytosanitary Agreement - SPS*) da OMC, avaliando as notificações ao comércio por produto e mercados de origem e as principais barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas aos produtos lácteos pertencentes à pauta de exportações do Brasil.

3.3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.3.1 Políticas de proteção ao mercado internacional de lácteos

Os produtos lácteos, de modo geral, são considerados sensíveis, ou seja, protegidos por elevadas barreiras tarifárias. Neste caso, o país protecionista dá

suporte de renda e mercado à produção doméstica e tende a adotar uma postura defensiva em relação à liberalização de mercados para estes produtos, o que causa distorções no mercado. As distorções resultam em um mercado mundial fortemente concentrado e reduzido, com preços de alta volatilidade, com consumo *per capita* abaixo do recomendado pelos órgãos internacionais como a FAO e a OMS e com crises recorrentes na indústria, que não conta com políticas capazes de evitar os impactos negativos gerados por estas políticas.

Quanto ao setor leiteiro, as políticas de intervenção e proteção variam amplamente tanto no modo, como na magnitude e de acordo com os países que as aplicam, sendo a maioria países desenvolvidos. De modo simplificado, estas medidas podem ser classificadas em três grandes grupos: as políticas de sustentação de preços/ajudas ao produtor, denominadas de ajudas internas/ subsídios internos; os subsídios/créditos às exportações; e as restrições à importação (acesso ao mercado – proteção de fronteira).

A Rodada de Doha, que se iniciou em 2001, ainda não trouxe resultados concretos para o setor leiteiro. Esta política restritiva, caso não seja revista, pode causar impactos negativos ao setor lácteo brasileiro, uma vez que deprime os preços no mercado internacional e reduz o incentivo para a expansão da produção.

No Brasil, o resultado positivo da balança comercial de lácteos dos anos de 2004, 2005 e 2007 aponta ganho em competitividade da pecuária de leite brasileira e das empresas do setor, no entanto, a eliminação das distorções no mercado internacional é fator decisivo para a alavancagem das exportações brasileiras e a consolidação do país como exportador de lácteos.

O protecionismo, seja na forma de subsídios às exportações ou na forma de barreira de acesso aos mercados, deprime os preços internacionais, desestabiliza o mercado e desloca da produção eficiente fornecedores que não subsidiam. Desta forma, é necessária uma reforma substancial do comércio internacional no setor lácteo, para que os países em desenvolvimento tenham condições paritárias de competição.

3.3.2 Barreiras tarifárias e não-tarifárias: aspectos gerais

Nas relações comerciais contemporâneas, o livre comércio é mais exceção do que regra, tanto nos países menos desenvolvidos como nas economias

industrializadas (CARVALHO e SILVA, 2007). O mecanismo mais utilizado para este fim é a barreira comercial imposta por muitos países, de modo geral, e que pode ser entendida como qualquer lei, regulamento, prática ou política governamental que proteja os produtores de um país contra a competição externa, imponha obstáculos ao fluxo normal de importações ou estimule artificialmente as exportações de um produto específico.

Tratando-se de barreiras comerciais de modo genérico, há dois grupos básicos de instrumentos de proteção: o imposto sobre importações e as barreiras não-tarifárias. O imposto sobre importações ou tarifa consiste em um tributo incidente sobre as importações efetuadas por um país, podendo ser um valor previamente fixado (tarifa específica), um percentual do valor importado (tarifa *ad valorem*) ou uma tarifa mista (incidência simultânea de ambas) (CARVALHO e SILVA, 2007).

Uma característica marcante do comércio internacional, conforme Barral (2002), é o crescimento da aplicação de barreiras não-tarifárias. Para Castilho (1996), as regras impostas para a redução das tarifas alfandegárias nas rodadas do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) possibilitaram que novas formas de proteção, as barreiras não-tarifárias, que não eram tão regulamentadas quanto as tarifárias, fossem adotadas pelos países desenvolvidos.

Barreiras não-tarifárias (BNTs) são definidas como qualquer restrição, despesa, ou política, que não seja uma tarifa, que limite o acesso de produtos importados, como quotas, sistemas de licenciamento, regulamentos sanitários e proibições (OMC, 2002). Henson e Wilson (2005) definem como BNTs qualquer prática governamental que não seja uma tarifa, embora impeça a entrada do produto estrangeiro em um país e discrimine as importações.

Essas barreiras não são definidas *a priori* com a intenção de restringir o comércio, mas, sim, de regulá-lo, impedir ações desleais, proteger a saúde e o meio-ambiente, etc. Entretanto, pode-se detectar a utilização discriminatória de tais medidas com fins meramente comerciais (CASTILHO, 2000).

As BNTs podem causar efeitos sobre preço, quantidade, comércio, produção, consumo, renda, emprego, bem-estar e muitas vezes são aplicadas sobre produtos que já estão sujeitos a barreiras tarifárias, tendo nesse caso o efeito de aumentar a proteção desses produtos. Esses efeitos podem ser diretos ou indiretos e afetam os países que as impõem e os demais países. As BNTs são de difícil quantificação,

possuem custos para produtores, consumidores e exportadores, sendo pouco transparentes e discriminatórias (LAIRD, 1996).

Segundo Beghin e Bureau (2001), as barreiras não-tarifárias são muito heterogêneas, sendo difícil estabelecer um modelo para descrevê-las. Não é possível estabelecer uma única metodologia para quantificá-las e geralmente utilizam-se métodos empregados em vários ramos da literatura econômica.

No mercado internacional, o comércio de produtos agropecuários é um dos mais problemáticos em termos de eliminação de barreiras comerciais. A prioridade à atividade agrícola e à segurança alimentar são os principais argumentos utilizados para justificar o protecionismo (SILVA, 2000).

3.3.2.1 Barreiras Técnicas

Na Rodada de Tóquio do GATT (1973-79) foi estabelecido o *Standards Code* (Código de Normas), de adesão voluntária, cujo escopo era disciplinar o tema de regulamentos técnicos, incluindo as medidas de natureza sanitária. A discussão sobre este assunto avançou durante a Rodada do Uruguai (1986-1993), quando o *Standards Code* foi sucedido por dois novos acordos, o de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (*Sanitary and Phytosanitary Agreement* - SPS) e o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (*Agreement on Technical Barriers to Trade* - TBT).

A realização de estudos quanto aos efeitos de exigências técnicas para o comércio entre países obteve importância particularmente após o estabelecimento dos Acordos TBT e SPS entre os países membros da OMC. Esses acordos inseriram a dimensão das exigências técnicas – que se apresentam na forma de normas, regulamentos ou procedimentos de avaliação de conformidade dos bens e serviços entre fronteiras. As regras estabelecidas pelos referidos acordos passaram a vigorar simultaneamente à criação da OMC, a partir de 1995 (WTO Secretariat, 2006).

No entanto, não há consenso sobre a caracterização do que se constitui uma barreira técnica ao comércio devido à existência de várias linhas de conhecimento, tais como aspectos tecnológico, legal, econômico e político, envolvidas na definição desse conceito (HENSON e WILSON, 2005).

O Acordo sobre Barreiras Técnicas foi firmado em 1991, no âmbito do GATT, e apresenta como escopo questões de certificação de origem, resíduos,

avaliação de conformidade, rastreabilidade, embalagens, aditivos, Organismos Geneticamente Modificados, proteção ambiental, entre outros. Seu objetivo basicamente é regulamentar o uso de barreiras não-tarifárias e garantir que as normas técnicas, procedimentos de teste e certificação não criem obstáculos desnecessários ao comércio, ou que sejam usados como instrumento para discriminar produtos ou fornecedores. Além disso, o acordo TBT regulamentou as relações entre métodos produtivos e características finais de produtos, nas chamadas Normas e Padrões sobre Métodos e Processos Produtivos (PPMs) (PERINA *et al.*, 2003).

Para evitar uma diversidade excessiva, o Acordo TBT incentiva os países a adotar as normas internacionais na elaboração de seus regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade, bem como a harmonização de suas normas nacionais com as internacionais.

Em termos gerais, uma barreira técnica ao comércio insere-se na definição de BNTs, que compreende restrições às exportações e produção, subsídios às exportações ou medidas com efeitos similares (LAIRD, 1997).

Segerson (1999) indica que uma barreira técnica pode ser caracterizada pelo requisito técnico imposto pelo país importador, cujo atendimento aumenta os custos para as empresas exportadoras, a ponto de limitar ou mesmo impedir a continuidade do comércio. Particularmente nos casos em que as exigências no país importador são mais rigorosas que as existentes no país de origem, os exportadores são forçados a adequar seu processo de manufatura para diferentes requisitos. Tais adequações envolvem o atendimento ao controle de segurança e/ou qualidade dos produtos, requisitos de rotulagem e de embalagem, medidas de proteção ambiental, dentre outras. Os custos incorridos pelas empresas nesse processo também podem resultar da necessidade de segregar os processos de produção ou redirecionar os fluxos de comércio para outros mercados, quando a adequação não é factível (MASKUS e WILSON, 2005).

Quando existem diferenças nos procedimentos de certificação e teste entre os países, torna-se necessária a demonstração de conformidade para as normas. Se as diferenças são muito acentuadas, de forma que não se consegue demonstrar a equivalência sem incorrer em custos substanciais, essas podem se tornar uma barreira ao comércio, comumente produzindo custos econômicos significativos. Além disso, esses processos geralmente são demorados, o que também pode resultar em prejuízos para o exportador (LAIRD, 1997).

Um dos instrumentos criados pelo Acordo TBT para garantir transparência foi o estabelecimento de um *enquiry point*, um centro de informações sobre barreiras técnicas ao comércio que, no Brasil, foi chamado de “ponto focal”. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) foi a instituição brasileira encarregada de cumprir as determinações do Acordo TBT e a atuar como notificadora aos regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação de conformidade à OMC.

No que tange à transparência, quanto à alteração de qualquer regulamentação, o principal instrumento tem sido as notificações. As notificações constituem um instrumento no âmbito do TBT, por meio do qual os países estabelecem normas técnicas nacionais que são submetidas à análise e anuência da OMC, inicialmente via Comitê de Barreiras Técnicas, onde todos os membros do acordo TBT podem opinar (OMC, 2002).

Quando forem necessários regulamentos técnicos e já existirem normas internacionais aplicáveis, ou seja, iminente à criação destas, as normas internacionais já existentes deverão ser utilizadas a não ser que sejam ineficazes ou inapropriadas para alcançar os referidos objetivos legítimos (PERINA *et al.*, 2003).

No caso em que não exista uma norma internacional regulamentando determinado produto ou processo, ou o conteúdo técnico de uma proposta de regulamento não estiver de acordo com as normas internacionais e possa ter efeito significativo no comércio internacional, o membro deve publicar uma nota e notificar os outros membros, de modo que possam fornecer as informações solicitadas, considerando os comentários formulados pelos demais membros (THORSTENSEN, 1999). A partir do momento em que a notificação é acatada, os padrões definidos acabam se tornando de uso mundial, como pode ser observado no ANEXO I.

Com o estabelecimento das notificações, desde a implantação dos Acordos TBT e SPS em 1995, observou-se uma participação mais intensa dos países desenvolvidos na normatização internacional se comparado aos países em desenvolvimento e que os padrões preconizados em termos sanitários tendem a seguir o perfil das exigências e necessidades de países mais ricos. Os países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a União Européia, normatizam questões que envolvem a segurança dos alimentos, ao passo que países em desenvolvimento, como o Brasil, ainda direcionam mais seus esforços normatizadores para temas relacionados à sanidade animal e vegetal (FERMAN, 2007).

3.3.2.2 Barreiras Sanitárias

O Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) aplica-se a todas as medidas sanitárias e fitossanitárias que possam afetar o comércio, direta ou indiretamente, e estabelece que os países têm o direito de adotar medidas sanitárias e fitossanitárias necessárias à proteção da vida ou saúde humana, animal ou vegetal, desde que tais medidas não sejam inconsistentes com os princípios do Acordo. Segundo Thorstensen (1999), essas medidas compreendem leis, regulamentos, decretos, exigências e procedimentos, métodos de processamento e produção, testes, inspeção, certificação, tratamento de quarentena, transporte, métodos estatísticos, amostragem e exigências de empacotamento e embalagem, diretamente ligados à segurança do alimento.

Segundo Miranda (2001), o sentido de “proteção” no âmbito deste acordo é o mais amplo possível, uma vez que abrange os mais diversos riscos associados à saúde humana, vegetal e animal, desde pragas e doenças às suas conseqüentes contaminações em alimentos. Os membros signatários do Acordo SPS comprometem-se em seguir os procedimentos de avaliação de risco e as orientações estabelecidas internacionalmente, assim como promover uma extensa harmonização das medidas adotadas individualmente, baseadas nos padrões internacionalmente reconhecidos, estabelecidos por três organizações internacionais: o *Codex Alimentarius* (CODEX) para medidas de segurança alimentar; a Organização Internacional de Epizootias (*Office International des Epizooties* - OIE) para as medidas de saúde animal; e a Convenção Internacional para Proteção Vegetal (*International Plant Protection Convention* - IPPC) para medidas de saúde vegetal. Essas organizações internacionais são consideradas provedoras dos padrões recomendados nas respectivas áreas de atuação, de modo que quando um país adota suas recomendações está em conformidade com o acordo.

Considera-se que a legitimidade da aplicação de medidas SPS está em proteger a saúde humana, animal e vegetal, mesmo que essas medidas impeçam ou dificultem o comércio. Contudo, a própria identificação dessa legitimidade passa pela adoção e implementação ampla e efetiva dos princípios estabelecidos no Acordo, o que tem se mostrado um desafio principalmente para os países em desenvolvimento. A elevação substancial dos custos de transação para o exportador

diante da diversidade de exigências sanitárias e fitossanitárias é uma das dificuldades mais evidentes e demonstra a importância da harmonização e equivalência das medidas SPS. A diferença das regulamentações de padrões e técnicas, combinada com o custo de teste e observância da certificação, pode ser significativa, variando entre 2% e 10% do custo de produção global (OCDE, 2000).

Devido às características culturais, econômicas e sociais dos países, a concepção de harmonização torna-se complexa. Segundo Miranda et al. (2004), a imposição da harmonização pode marginalizar países no comércio mundial, cujos padrões vigentes não sejam tão elaborados, embora possam ser equivalentes àqueles preconizados pelas organizações internacionais em termos de resultados finais.

Poucos são os países que promovem um acompanhamento sistemático relativo às questões sanitárias no setor privado. As iniciativas dessa natureza constituem numa importante referência para a padronização e divulgação de informações sobre os obstáculos técnicos às importações, possibilitando ao mesmo tempo a agregação nas exportações em setores que sofrem muitos obstáculos como o de produtos de origem animal.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) são os órgãos responsáveis pela representação do Brasil junto à OMC no Acordo SPS. O Mapa atua também na fiscalização dos estabelecimentos produtores e exportadores de leite e derivados e no desenvolvimento de políticas para melhoria da qualidade do leite.

3.3.2.2.1 Normas de qualidade – HACCP

A Comissão do *Codex Alimentarius* (CAC) foi criada em 1962 por decisão da FAO (*Food and Agricultural Organization* - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e da OMS. O *Codex Alimentarius* é uma coleção de códigos de práticas e padrões para alimentos, que visam a proteger a saúde do consumidor e garantir práticas justas no comércio de alimentos, além de orientação e estímulo ao estabelecimento de definições e exigências para alimentos visando a promover sua harmonização e a facilitar o comércio internacional. As atividades do Comitê *Codex Alimentarius* do Brasil (CCAB) são coordenadas pelo Inmetro.

O *Codex Alimentarius* é um ponto de referência mundial de grande relevância para consumidores, produtores, fabricantes de alimentos, organismos nacionais de

controle de alimentos e comércio internacional de alimentos. No Codex, os países participam na harmonização e aplicação de normas relativas a alimentos em escala mundial, além da possibilidade de participarem na elaboração de normas de uso internacional (FERMAM, 2007).

O Acordo SPS elegeu as normas, diretrizes e recomendações do Codex como medidas que devem ser preferencialmente adotadas pelos países com vistas a facilitar o comércio de alimentos. Com isso, há o reconhecimento de que as normas do Codex possuem base científica sólida.

Dentro do escopo das normas, diretrizes e recomendações do Codex, consta o “Código de Práticas Internacionais Recomendadas em Princípios Gerais de Higiene Alimentar” (CAC/RCP 1- 1969). Este código é reconhecido mundialmente como essencial para garantir a inocuidade e a segurança dos alimentos, sendo recomendado aos governos, indústria e consumidores. A última revisão ocorreu em 2003 (CAC/RCP 1- 1969 Rev. 4, 2003).

Os objetivos dos Princípios Gerais de Higiene Alimentar do Codex são, “recomendar uma abordagem baseada no sistema HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Point* – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), como um meio de aumentar a inocuidade alimentar”. Como resultado da citação da Comissão do *Codex Alimentarius* no Acordo SPS, o HACCP passou a ser referência para as exigências internacionais de inocuidade alimentar.

Este sistema possui fundamentação científica e consiste em etapas seqüenciais para identificar, avaliar e controlar perigos de contaminação de alimentos, da produção até o consumidor. Seus objetivos são prevenir, reduzir ou minimizar os perigos associados ao consumo de alimentos, estabelecendo deste modo os processos de controle para garantir um produto inócuo. Aplica-se a todos os estágios da cadeia de produção do alimento, desde o plantio, cultivo, colheita, processamento, criação animal, fabricação, distribuição e comercialização, até o seu preparo para consumo e tem como base a identificação dos perigos potenciais para a inocuidade do alimento e as medidas preventivas para controlar as situações que criam os perigos (FIGUEIREDO e NETO, 2001; FERMAM, 2003).

Contudo, observa-se que apesar de o HACCP gozar de prestígio mundial em matéria de segurança alimentar, sua não adoção por parte dos países exportadores pode significar o enfrentamento de obstáculos ao comércio, visto ser uma exigência legítima e crescente no comércio internacional.

O leite e seus derivados, por apresentarem rica composição nutricional e perecibilidade, inserem-se num contexto de elevada preocupação com a segurança alimentar. Devido a estas peculiaridades, o Codex estabeleceu o Código de Práticas de Higiene para Leite e Produtos Lácteos (CAC/RCP 57–2004) como orientação para garantir a inocuidade e idoneidade na produção do leite e seus derivados, a fim de proteger a saúde dos consumidores e facilitar o comércio.

No Brasil, o desenvolvimento de uma política para a melhoria da qualidade do leite iniciou-se em meados de 1990, com a criação pelo Mapa de um grupo multidisciplinar composto por fiscais agropecuários federais, pesquisadores e professores de diversas instituições de ensino, que resultou na proposta inicial do PNQL. Os objetivos eram desenvolver estratégias para melhorar a qualidade do leite brasileiro e propor mudanças na legislação e na administração do sistema de qualidade do leite (BRANDÃO, 2002). Em 2002, entrou em vigor a Instrução Normativa Nº 51/2002, que estabelece os padrões técnicos para a produção, identidade e qualidade do leite tipos A, B, C, do leite pasteurizado e do leite cru refrigerado e regulamenta a coleta de leite cru refrigerado e seu transporte.

A necessidade de modernização na cadeia produtiva do leite no Brasil, principalmente no processo de obtenção/captação com a refrigeração do leite em tanques de expansão e a coleta a granel, são as exigências mínimas para a manutenção da qualidade do leite. Este conjunto de medidas visa à melhoria gradativa da qualidade do leite brasileiro e contribui, tanto para aumentar a competitividade, como para estimular a demanda dos produtos lácteos brasileiros.

3.3.2.3 Barreiras Tarifárias

Dentre as diversas proteções de fronteira, no caso dos produtos agroindustriais, destacam-se as barreiras tarifárias cuja mais importante função, no bojo das políticas agrícolas, é garantir renda ao produtor doméstico com baixo custo para os governos, já que os custos da proteção são transferidos aos consumidores domésticos. Nas barreiras tarifárias, estão incluídas todas as formas de proteção que fazem uso de tarifas como principal instrumento e constituem importante artifício para controle da oferta e, deste modo, mantém os preços dos produtores domésticos em patamares satisfatórios ao seu nível de competitividade (NASSAR, 2004).

Tradicionalmente utilizadas como fonte de receita dos países, a importância das tarifas diminuiu nos tempos modernos, já que os governos preferem proteger as indústrias domésticas por meio de uma diversidade de barreiras não-tarifárias (SILVA, 2008). Contudo, de acordo com Krugman e Obstfeld (2005), “compreender os efeitos das tarifas continua sendo fundamental para entender outras políticas comerciais”.

O efeito das tarifas é aumentar o preço dos produtos importados. Uma tarifa de valor muito alto, adotada para determinado produto, comparada às tarifas adotadas para os demais produtos importados é conhecida como “pico” tarifário. Segundo a OMC (2002), os picos tarifários incidem sobre poucos produtos considerados sensíveis e são usados para proteger os produtores domésticos, sendo que alguns afetam as exportações dos países em desenvolvimento. Os picos tarifários ocorrem quando o preço do produto somado à tarifa é elevado podendo impedir sua importação. Os produtores internos são favorecidos, porém podem ocorrer outros fatores que obriguem a importação a preços ultraelevados, como a insuficiência de oferta dentro desse país (KRUGMAN e OBSTEFELD, 1999).

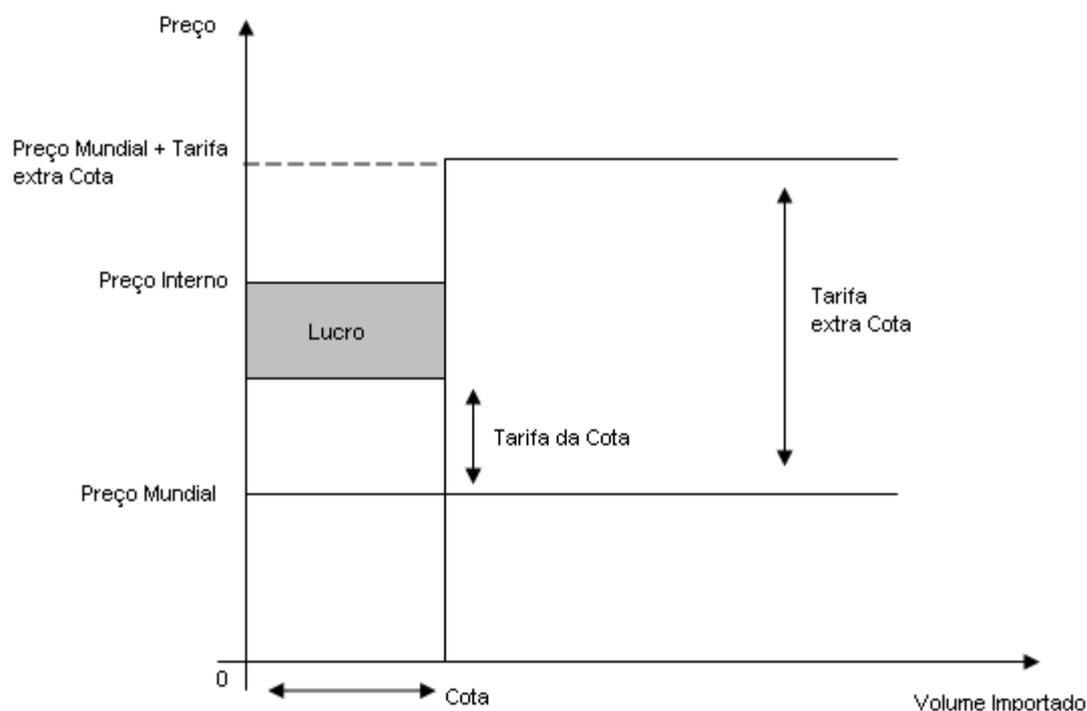
Não há um critério universal para definir picos tarifários. Nas negociações multilaterais de comércio, procura-se definir e identificar os picos tarifários com o objetivo de negociar reduções proporcionalmente maiores sobre eles do que sobre as tarifas mais baixas. Uma definição comumente utilizada sobre os picos tarifários é aquela na qual a tarifa sobre um produto excede a tarifa média nacional por mais de três vezes (UNCTAD, 2003).

No caso dos produtos agropecuários, em especial leite e derivados, as maiores tarifas prevalentes são aquelas impostas por países desenvolvidos, que utilizam desse mecanismo como favorecimento da produção doméstica e proteção do mercado interno da concorrência internacional. É comum a imposição por parte dos países desenvolvidos de elevados picos tarifários que restringem o acesso de produtos agropecuários no mercado interno. Nos Estados Unidos, embora as tarifas médias sejam consideradas baixas, em torno de 3%, há uma estrutura tarifária que discrimina os produtos agropecuários e varia de 35% a 350% (tarifa *ad valorem* + específicas), protegendo brutalmente produtos de grande interesse do Brasil, como lácteos, açúcar, suco de laranja, álcool e outros. Na União Européia, as barreiras tarifárias também limitam grandemente o comércio de produtos agropecuários por meio de elevados

picos tarifários, tarifas específicas, preços de entrada, tarifas sazonais e outros artifícios que distorcem e prejudicam o comércio internacional destes produtos.

A aplicação de tarifas mais altas para aqueles produtos caracterizados por níveis maiores de processamento ou transformação é conhecida como “escalada” tarifária. A escalada tarifária é comum em cadeias de produtos agrícolas como as do café, do cacau e de frutas, e muitas vezes procuram perpetuar o domínio comercial de alguns países, impedindo os países exportadores da matéria-prima de desenvolver uma indústria processadora daqueles produtos (SILVA, 2008).

Outros conceitos relativos às tarifas são aqueles referentes à dispersão tarifária e às cotas tarifárias. A dispersão tarifária indica a diferença entre as tarifas mais alta e mais baixa de um país, ou de determinado produto no mercado internacional. As cotas tarifárias surgiram durante as negociações de acesso aos mercados da Rodada Uruguai e de negociações do GATT, e tinham como objetivo proteger os mercados em que as importações competiam com a produção doméstica. Naquele período, cotas foram estabelecidas para manter um padrão histórico de importações na expectativa de que negociações posteriores pudessem expandir o acesso aos mercados (SILVA, 2008). As cotas tarifárias, Figura 8, consistem na imposição simultânea de duas tarifas, uma cota de importação e um sistema de administração dos direitos de importação. Sua aplicação implica a cobrança de uma tarifa reduzida (intracota) às importações até o volume da cota. Importações que excedem esse volume sofrem uma tarifa mais elevada (extracota) (CUNHA e FOLHO, 2003).



Fonte: Silva, 2008.

Figura 8. Funcionamento de uma cota tarifária.

As cotas tarifárias também constituem um mecanismo que dificulta o acesso a mercados para os produtos lácteos. O mercado de queijos da União Européia é de 7 milhões de toneladas/ano. Deste montante, apenas 100 mil toneladas são importadas por meio de tarifa intracota. Outros países como o Japão aplicam tarifas extra-cota superiores a 500% na importação de manteiga, e o Canadá impõe tarifas entre 200% e 300% em suas importações de lácteos,.

Segundo Silva (2008), a abertura de um mercado por meio de uma cota tarifária não garante que uma dada cota de importação vai ser preenchida na prática. Outros fatores, como barreiras não-tarifárias, aspectos gerais da competitividade e mudanças nos gostos e hábitos dos consumidores, podem fazer com que aquela cota não seja preenchida.

3.4 METODOLOGIA

3.4.1 Barreiras Não Tarifárias

3.4.1.1 Dados

A abordagem de inventário foi preconizada pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) visando quantificar as barreiras não-tarifárias. Permite estimar o montante do comércio sujeito às BNTs e sua frequência de aplicação sobre setores específicos ou países. Esses dados são coletados por item tarifário e pela natureza das medidas impostas e podem ser empregados para calcular os índices de frequência e de cobertura de comércio (BORA et al., 2002; LAIRD, 1996; PEREIRA, 1989).

Os métodos baseados em análise de inventário, que utilizaram os índices de frequência e cobertura, têm sido muito utilizados nas pesquisas realizadas para os setores agropecuário e florestal brasileiros, desenvolvidos por Pereira (1989), Castilho (1994), Miranda (2001), Freitas (2004), Turina (2005), Viegas (2006) e Machado (2007).

Para esse estudo, estimou-se a porcentagem da pauta brasileira de exportações de produtos lácteos, afetada pelas barreiras não-tarifárias, impostas por país de destino, considerando os países que apareceram com frequência como importadores nos últimos dez anos, como Angola, África do Sul, Argélia, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Cuba, Estados Unidos, Japão, Paraguai, Uruguai, Venezuela. Os produtos lácteos selecionados foram todos os que compõem o Capítulo 4 do Sistema Harmonizado (SH). O SH é uma nomenclatura sistemática que classifica os produtos em 21 seções, 96 capítulos e 1.241 posições (SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, 2008). Nessa nomenclatura, os produtos lácteos aqui considerados são aqueles da Seção I - Animais Vivos e Produtos do Reino Animal, Capítulo 4 (Leite e laticínios). Os produtos foram analisados em conjunto, e individualmente consideraram-se o leite em pó integral, leite em pó desnatado, leite condensado, leite evaporado, iogurte e leite fermentado, manteiga e *butter oil* e queijos, considerando a sua representatividade na balança comercial.

O sistema de classificação usado pela OMC, o Sistema Harmonizado (SH), está harmonizado apenas a seis dígitos, sendo os dois seguintes (classificação a oito dígitos) de descrição arbitrária a cada país, portanto, distinta entre países.

O período analisado compreendeu os anos de 1995 a 2007.

Os dados relativos às exportações brasileiras no período de 1995 a 2007 foram obtidos no sistema ALICEWEB do Ministério do Desenvolvimento, Indústria

e Comércio (<http://www.mdic.gov.br>). Esse sistema contém dados dos fluxos comerciais para os produtos discriminados a 8 dígitos, segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Como essa nomenclatura não é compatível com a utilizada pelos parceiros comerciais analisados, foi realizada a soma das exportações em valor (US\$) para cada linha tarifária a 6 dígitos, equivalente ao Sistema Harmonizado.

Devido à dificuldade de distinção das medidas não-tarifárias utilizadas com fins puramente comerciais daquelas utilizadas com o objetivo legítimo, neste trabalho foi considerada a definição mais abrangente de barreira não-tarifária, ou seja, qualquer medida que limite o comércio que não as tarifas.

Os dados e documentos relativos a barreiras técnicas e sanitárias foram obtidos na base de dados da OMC. Os dados das notificações foram obtidos em documentos (G/SPS/GEN) referentes ao Acordo SPS e (G/TBT/N/*) referente ao Acordo TBT, emitidos pelos países membros da OMC, no período de janeiro 1995 a dezembro 2007. Considera-se aqui que as notificações, ao fazer exigências específicas aos exportadores, elevam os custos de exportação e conseqüentemente, constituem-se em barreira adicional às mesmas.

3.4.1.2 Método

As informações relativas à incidência de barreiras foram cruzadas com os dados dos valores exportados. Para determinar a porcentagem das exportações de produtos lácteos brasileiros sujeitos às barreiras não-tarifárias e o montante do comércio, utilizaram-se os coeficientes de freqüência e de cobertura.

De acordo com Laird (1996) e Pereira (1989), o índice ou coeficiente de freqüência permite estimar a porcentagem das linhas tarifárias da pauta de exportações sujeita a BNTs.

$$CF_{ij} = \left[\left(\sum_{i=1}^m L_{jm} \times N_{jm} \right) \div \sum_{i=1}^m L_{jm} \right] \times 100$$

CF_{ij} = Coeficiente de freqüência das BNTs incidentes no grupo i , composto de m linhas tarifárias e impostas pelo país j .

$L_{jm} = 1$, se o produto é exportado pelo Brasil;

$L_{jm} = 0$, se o produto não é exportado pelo Brasil.

$N_{jm} = 1$, se há incidência de alguma BNT sobre o produto m ;

0, se não há incidência de BNT sobre o produto m .

$\sum L_{jm}$ = número de mercadorias do grupo i , composto de m linhas tarifárias e impostas pelo país j .

O índice ou coeficiente de cobertura permite estimar o montante do comércio sujeito às barreiras não-tarifárias sobre setores específicos ou países.

$$CC_{ij} = \left[\left(\sum_{i=1}^m M_{jm} \times N_{jm} \right) \div \sum_{i=1}^m M_{jm} \right] \times 100$$

CC_{ij} = coeficiente de cobertura das BNTs incidentes sobre o grupo i , composto de m linhas tarifárias e impostas pelo país j .

M_{jm} = valor das importações do país j dos produtos m pertencentes ao grupo i .

$N_{jm} = 0$, se há incidência de alguma BNT sobre o produto m ;

$N_{jm} = 1$, se não há incidência de BNT sobre o produto m .

$\sum M_{jm}$ = Somatório dos valores das importações dos produtos m pelo país j .

Quanto mais restritiva é uma barreira, menor é o termo M_{jm} , portanto, menor é o peso atribuído a esta medida no cálculo do índice de cobertura. No extremo, se uma barreira é tão restritiva que impede todas as importações do item i do país j , o seu peso no cômputo será zero ($M_{jm}=0$) e, em consequência, a proporção de cobertura de comércio será subestimada (LAIRD, 1996).

O índice de frequência evita essa subestimação por atribuir igual peso a todos os produtos. Nos casos de proibição total de uma mercadoria, pode-se atribuir o valor 1 para L_{jm} , desde que exista um potencial efetivo de exportação do produto. No caso deste trabalho, considera-se que o Brasil tem potencial efetivo de exportação de um produto, quando esse produto foi exportado para algum de seus parceiros comerciais durante o período considerado.

Diante dessas limitações, a estimação de ambos os índices conjuntamente permite uma melhor avaliação da incidência das barreiras. A Tabela 16 apresenta a relação entre os coeficientes de frequência (CF) e cobertura (CC).

Tabela 16. Relação entre os coeficientes de frequência e de cobertura.

Relação entre CC e CF		CF baixo	CF alto
CC baixo	Linhas Tarifárias	Poucas	Muitas
	Valor da Exportação	Baixo	Baixo
	Irrelevância dos produtos na pauta ou Impedimento à Exportação	Sim	Sim
	Grau de proteção	Baixo	Médio
CC alto	Linhas Tarifárias	Poucas	Muitas
	Valor da Exportação	Alto	Alto
	Irrelevância dos produtos na pauta ou Impedimento à Exportação	Não	Não
	Grau de Proteção	Médio	Alto

Fonte: Adaptado de Laird (1996).

Nesta análise, definiu-se como grupo *i* aquele que contém todos os produtos lácteos, Capítulo 4 do Sistema Harmonizado, com o leite e derivados, analisados em conjunto e individualmente, sendo selecionados o leite em pó integral, leite em pó desnatado, leite condensado, leite evaporado, iogurte e leite fermentado, manteiga e óleo de manteiga (*butter oil*) e queijos.

Como países (*j*) foram considerados aqueles que tiveram frequência como importadores dos produtos lácteos brasileiros nos últimos dez anos Angola, África do Sul, Argélia, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Cuba, Estados Unidos, Japão, Paraguai, Uruguai, Venezuela, separadamente.

3.4.2 Barreiras Tarifárias

3.4.2.1 Dados

Todas as informações sobre as tarifas foram obtidas do banco de dados do *International Trade Center*, da UNCTAD/WTO (2008), no qual os produtos são classificados de acordo com o Sistema Harmonizado (SH) de designação e de

codificação de mercadorias. A ênfase da análise ocorreu sobre as posições 0401 (Leite e creme de leite, não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes); 0402 (Leite e creme de leite, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes); 0403 (Leitelho, leite e creme de leite coalhado, iogurte, quefir e outros leites e cremes de leite fermentados ou acidificados, mesmo concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, ou aromatizados ou adicionados de frutas ou de cacau); 0404 (Soro de leite, mesmo concentrado ou adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes; produtos constituídos por componentes naturais do leite, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, não especificados nem compreendidos em outras posições); 0405 (Manteiga e outras matérias gordas provenientes do leite; pastas de espalhar de produtos provenientes do leite); e 0406 (Queijos e requeijão), por estarem diretamente relacionadas ao comércio exterior do setor.

Todas as tarifas apresentadas referem-se às tarifas *ad valorem* equivalentes (médias das posições), para as quais uma tarifa específica (se existente) foi transformada em *ad valorem*. Foram considerados 180 países.

O período considerado nesta análise foi o ano de 2007 em função da disponibilidade mais recente de dados.

3.4.2.2 Método

Para verificar a frequência e distribuição das tarifas, foram calculadas a média, mediana, tarifa máxima e o desvio padrão, sendo que média e mediana foram comparadas segundo o método descrito em GIBSON *et al.* (2001). Nesse método, a relação entre essas estatísticas torna-se mais interessante quando analisada em conjunto. Sob tal aspecto, quatro combinações de tais estatísticas estão associadas a interpretações econômicas, como apresentado na Tabela 17.

Tabela 17 - Classificação da proteção tarifária pela relação entre média e mediana.

		Mediana alta	Mediana baixa
Média alta	Linhas tarifárias	Muitas	Muitas
	sujeitas a tarifas		
	Tarifas elevadas	Maioria	Minoría
	Nível de proteção	Alto	Médio
Média baixa	Linhas tarifárias	Poucas	Poucas
	sujeitas a tarifas		
	Tarifas elevadas	Maioria	Minoría
	Nível de proteção	Médio	Baixo

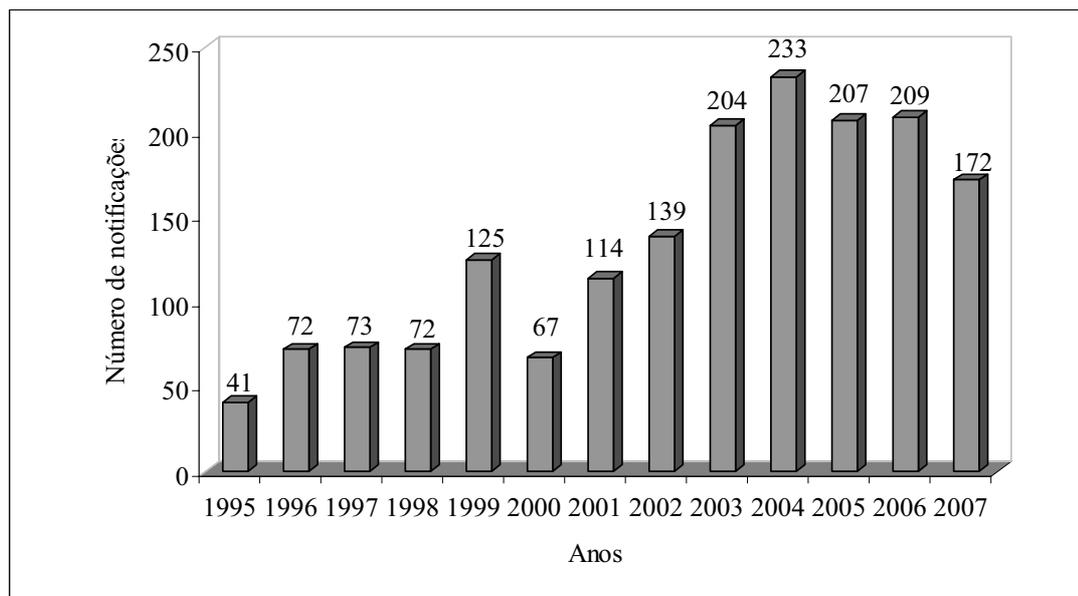
Fonte: Gibson et al. (2001).

A presença de uma tarifa média superior à tarifa mediana sugere a presença de picos tarifários (DE NEGRI e ARBACHE, 2003). Segundo estes autores, considerando-se, por exemplo, três alíneas com tarifas iguais a 9%, 10% e 50%, a mediana tarifária (10%) mostra-se substancialmente inferior à tarifa média (23%) e ainda menos representativa da tarifa pico (50%).

3.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.5.1 Notificações ao comércio de leite e derivados

No período analisado, de 1995 a 2007, observou-se que os países membros da OMC emitiram 1.727 notificações referentes aos produtos do Capítulo 4, especificamente leite e derivados, como apresentado na Figura 9.

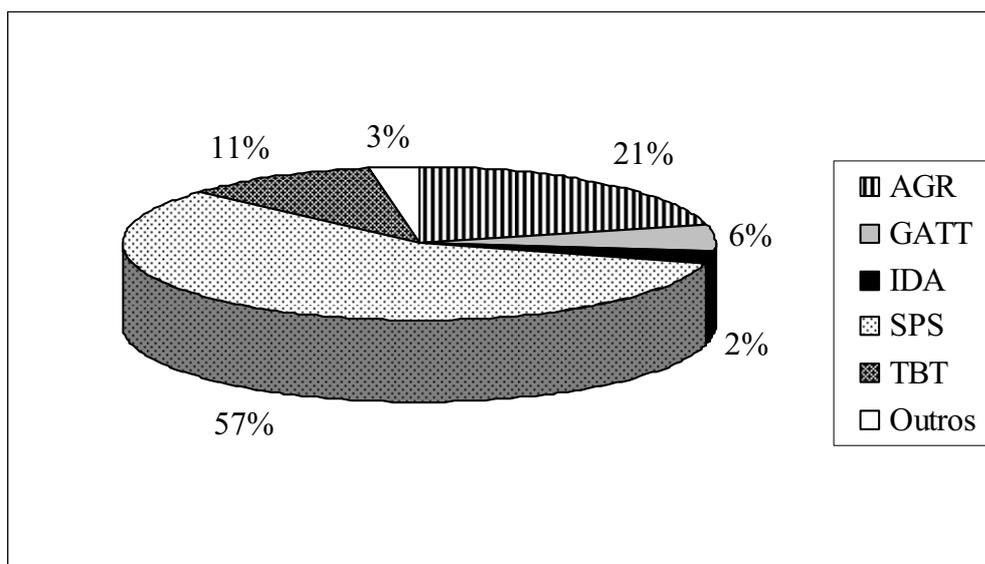


Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 9. Evolução das notificações aos produtos do Capítulo 4, leite e derivados, no total mundial de 1995 a 2007.

As notificações apresentaram crescimento ao longo do tempo e atingiram os maiores índices nos anos de 2004, 2005 e 2006, com 233, 207 e 209 notificações, respectivamente, sendo o ano de 1995 o que apresentou um menor número de notificações, 41, possivelmente pelos países não estarem habituados a este novo procedimento. Verifica-se a evolução na quantidade de notificações ao longo dos anos com a média anual de 133 notificações.

As notificações são classificadas de acordo com o requerimento, podendo ser Agrícola (AGR), Licenças de Importação (LIC), Subsídios e Medidas Compensatórias (SCM), Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), o Acordo do GATT (GATT), Acordo Internacional de Produtos Lácteos (IDA) etc. A Figura 10 apresenta o percentual dos requerimentos, no total de notificações aos produtos lácteos, emitidas mundialmente no período de 1995 a 2007.

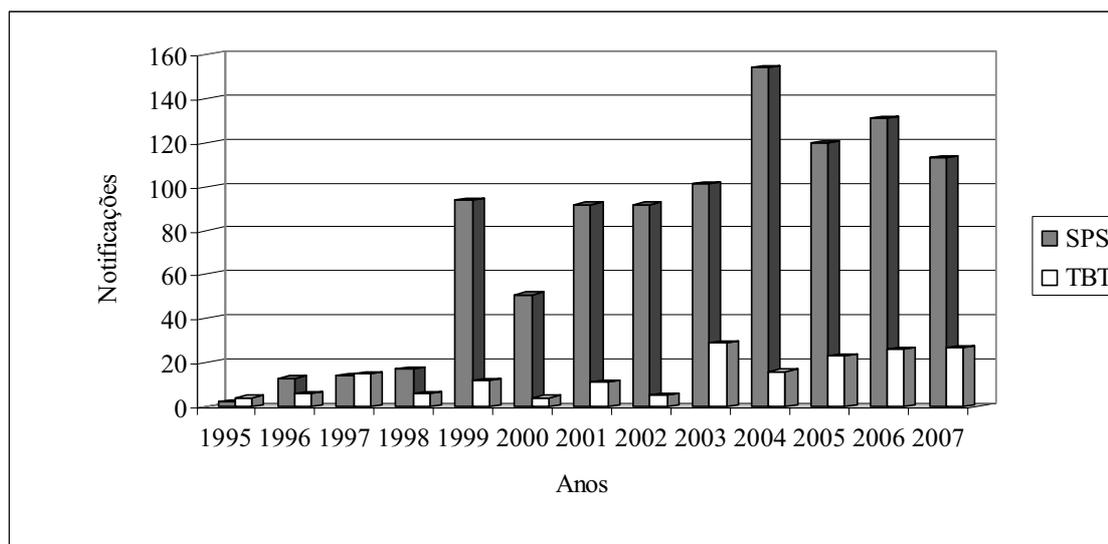


Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 10. Participação dos requerimentos no total de notificações mundiais para os produtos do Capítulo 4, leite e derivados, 1995 a 2007.

Os três principais requerimentos notificados foram provenientes das Medidas do Acordo SPS, medidas do Acordo Agrícola e do Acordo TBT, totalizando 89% das notificações, com destaque para o primeiro.

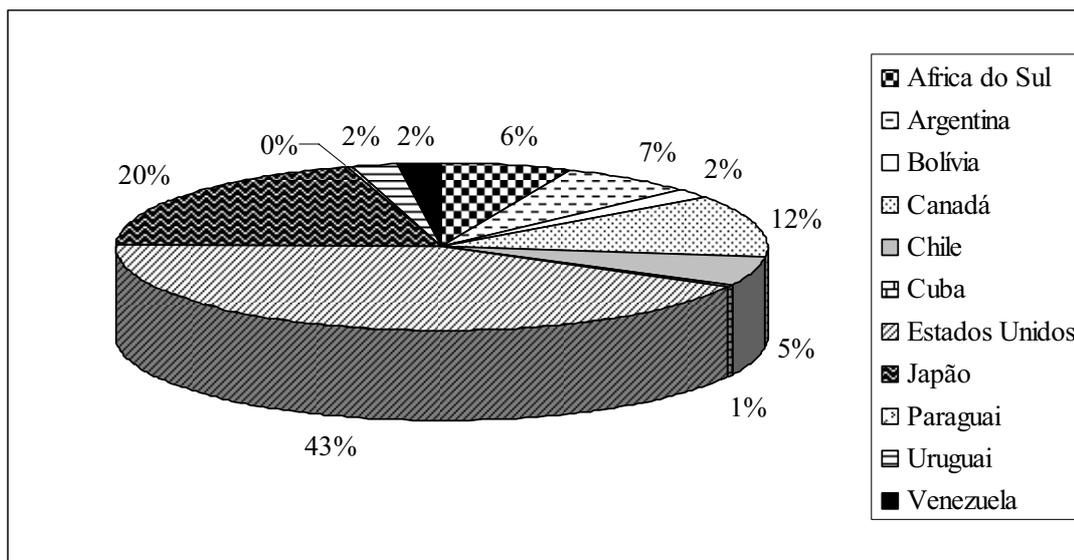
Quanto à evolução das notificações e às medidas do Acordo SPS e do Acordo TBT (Figura 11), observa-se que as restrições sanitárias são as que apresentaram maior crescimento no período analisado, de 2 notificações em 1995 para 153 em 2004, acumulando no período um total de 984 notificações. As restrições técnicas somaram no período 189 notificações, sendo o ano de 2003 o que apresentou o maior número, 27.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 11. Evolução das notificações do Acordo SPS e do Acordo TBT para os produtos do Capítulo 4, leite e derivados, 1995 a 2007.

Na Figura 12 é possível visualizar a participação dos países selecionados (Angola, África do Sul, Argélia, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Cuba, Estados Unidos, Japão, Paraguai, Uruguai, Venezuela) no total de notificações mundiais no período analisado. Os Estados Unidos destacam-se como o país que mais notificou, individualmente, com 43% do total, somando 193 notificações. O Japão, com 20% das notificações, ocupa a segunda posição, com 91 notificações, seguido pelo Canadá com 12%. A Argentina e a África do Sul aparecem respectivamente com 7% e 6% das notificações. Angola e Argélia não apresentaram nenhuma notificação neste período. Os países selecionados foram responsáveis por 35% das notificações mundiais aos produtos do Capítulo 4, leite e derivados lácteos. É oportuno destacar que os países desenvolvidos são os que mais notificam e exigem o cumprimento de padrões internacionais de qualidade e que o Brasil tem como foco de exportações países menos exigentes. Deste modo, percebe-se que, além dos fatores econômicos, o desenvolvimento de uma política eficaz para a qualidade do leite brasileiro será um prerequisite indispensável na abertura de novos mercados.



Fonte: Resultados da pesquisa.

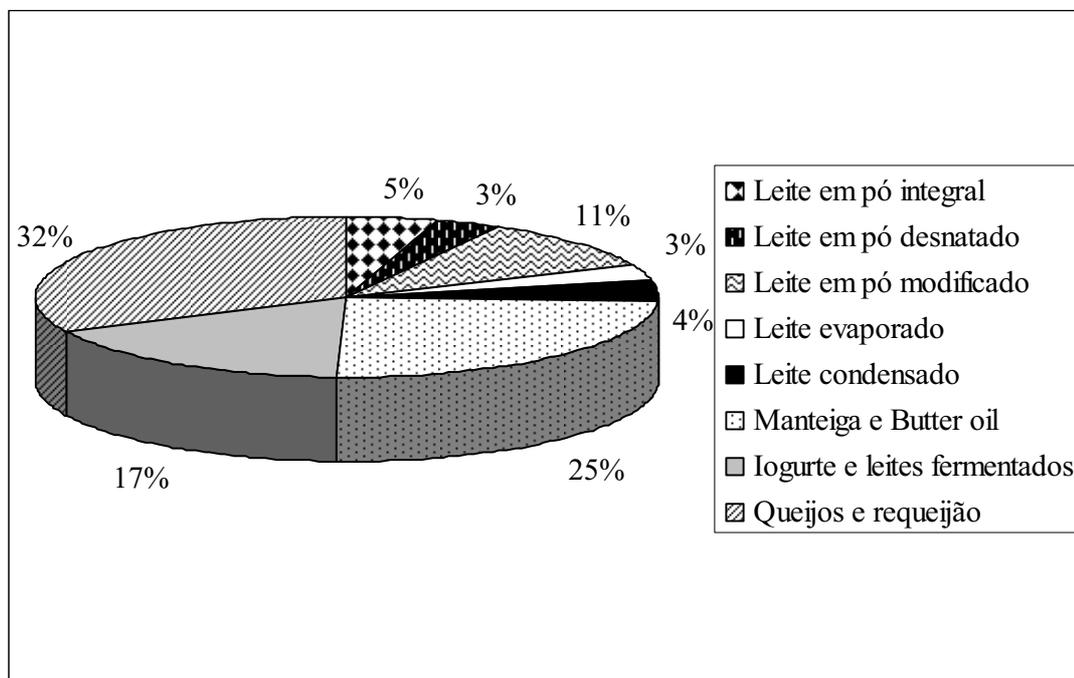
Figura 12. Participação dos países selecionados no total de notificações para os produtos do Capítulo 4, leite e derivados, 1995 a 2007.

Nas notificações referentes aos Acordos SPS e TBT, os Estados Unidos possuem maior participação seguido pelo Japão, respectivamente, 44% e 16% das notificações referentes ao requerimento SPS e 50% e 7% das notificações referentes ao requerimento TBT. Quanto aos países do Mercosul, destaca-se a Argentina com 10,4% das notificações ao Acordo SPS e 17,9% ao Acordo TBT.

Quanto às notificações aos produtos lácteos analisados (leite em pó integral, leite em pó desnatado, leite condensado, leite evaporado, iogurte e leite fermentado, manteiga e óleo de manteiga - *butter oil* - e queijos) e considerando todos os requerimentos, verifica-se que os produtos com maior número de notificações foram os queijos e requeijão com 32%, seguidos por manteiga e *butter oil*, com 25% e por iogurtes e leites fermentados, com 17% das notificações, conforme se observa na Figura 13. Estes três produtos foram responsáveis por 74% das notificações no período. Apesar do maior volume de exportação ser de leite em pó integral, este produto apresentou apenas 5% das notificações, possivelmente por ser desidratado, menos precível e sujeito a contaminações se comparado aos demais produtos.

Os produtos industrializados são os mais protegidos no mercado internacional, e sobre eles incidem, além das BNTs, altas tarifas com escaladas tarifárias, que dificultam ou até mesmo impedem os países exportadores de produtos menos elaborados de desenvolver a indústria processadora destes produtos. O elevado número de notificações para os produtos de maior valor agregado revela a

necessidade de investimento, por parte das empresas do setor lácteo brasileiro, em tecnologia, ganhos de escala e eficiência para obter vantagens comparativas e concorrer neste mercado.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 13. Participação dos produtos lácteos selecionados nas notificações mundiais, 1995 a 2007.

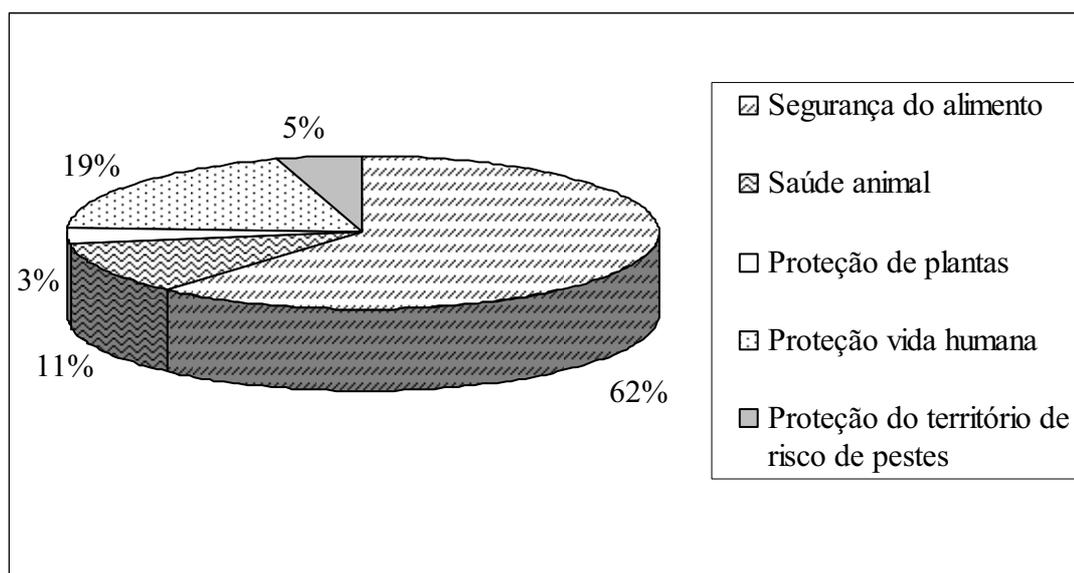
Analisando os requerimentos que deram origem às notificações dos produtos lácteos quanto ao Acordo SPS, constatou-se que 63% das notificações foram referentes a queijos e requeijão, 32% a manteiga e *butter oil*, 3% a iogurtes e leites fermentados e 2% a outros produtos. No acordo TBT, 60% das notificações foram referentes a queijos e requeijão, 19% a manteiga e *butter oil*, 9% a iogurtes e leites fermentados, 5% a leite evaporado e 7% a outros produtos.

Os resultados mais uma vez corroboram a existência de maior proteção a produtos de maior valor agregado.

Nas notificações referentes ao Acordo SPS, destacaram-se os objetivos legítimos, segurança do alimento, presente em 62% das notificações e proteção à vida humana com 19%, perfazendo um total de 81%, conforme mostra a Figura 14. Destes objetivos, 38% tiveram como padrão, guia ou recomendação o *Codex Alimentarius*, 9% tiveram a OIE, mas em 53% das notificações as recomendações e padrões não existiam.

A inexistência de recomendações e padrões reforça a proteção existente no mercado lácteo, uma vez que para criar obstáculos, os países podem adotar recomendações e padrões próprios, dificultando assim o atendimento aos mesmos e conseqüentemente, às importações.

As alegações quanto à segurança dos alimentos e proteção à vida humana referiram-se principalmente aos resíduos de pesticidas e antibióticos, microrganismos patogênicos e toxinas microbianas, rotulagem, substâncias conservadoras, padrões de identidade e qualidade, doenças como Encefalopatia Espongiforme Bovina, “Vaca Louca”, e materiais oriundos de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 14. Objetivos das notificações mundiais ao Acordo SPS para os produtos lácteos selecionados, 1995 a 2007.

Quanto às notificações ao Acordo TBT, para os produtos selecionados, 60% das notificações referiram-se ao Artigo 2.9, 20% ao Artigo 2.10 e 20% sobre artigos múltiplos. O Acordo TBT determina, em seu Artigo 2.9, que cada país membro da organização disponha de um organismo notificador, cuja função é informar ao setor empresarial as propostas de regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade elaborados pelos países membros. Este mesmo artigo estabelece a necessidade da notificação quando não existir uma norma internacional pertinente ou quando o conteúdo técnico de um projeto de regulamento técnico não estiver em concordância com o conteúdo técnico da norma internacional e se este regulamento técnico tiver um efeito significativo sobre o comércio de outros membros. O artigo 2.10 estabelece que quando houver ameaça de problemas urgentes de segurança,

saúde, proteção do meio ambiente ou de segurança nacional para um Membro, este poderá omitir os trâmites que julgar necessário para a adoção de um regulamento técnico ou norma, desde que notifique imediatamente os outros Membros (PERINA *et al.*, 2003). As notificações aos artigos do Acordo TBT, por posições dos produtos selecionados no Sistema Harmonizado (SH), são apresentadas na Tabela 18.

Tabela 18. Notificações ao Acordo TBT para os produtos lácteos selecionados, de acordo com as posições do SH, 1995 a 2007.

	0402 (%)	0403 (%)	0405 (%)	0406 (%)
Artigo 2.9	19,23	20,29	15,38	45,10
Artigos Múltiplos	22,21	11,10	11,10	55,56
Artigo 2.10	100,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Posições: 0402 - Leite e creme de leite, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes; 0403 - Leitelho, leite e creme de leite coalhados, iogurte, quefir e outros leites e cremes de leite fermentados ou acidificados, mesmo concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, ou aromatizados ou adicionados de frutas ou de cacau; 0405 - Manteiga e outras matérias gordas provenientes do leite; pastas de espalhar de produtos provenientes do leite; e 0406 - Queijos e requeijão.

3.5.2 Análise de Inventário - Índices de Frequência e Cobertura

Nos resultados obtidos para coeficiente de frequência (CF) e coeficiente de cobertura de comércio (CC) no período de 1995 a 2007, para África do Sul, Angola e Argélia (Tabela 19), observam-se, sobretudo nos anos de 1995 a 2002, coeficientes iguais a 0%. Tal fato indica que os produtos sujeitos às barreiras não-tarifárias não são aqueles exportados pelo Brasil para estes países e que nenhuma linha tarifária estava sujeita a barreiras. Neste caso, a inexistência de exportação desses produtos não pode ser atribuída a qualquer tipo de restrição. Os casos nos quais os coeficientes de cobertura ficaram indeterminados foram aqueles em que as exportações totais dos produtos selecionados foram iguais a zero. Nesses casos, a barreira aplicada, caso exista, pode ter impedido o comércio de produtos lácteos.

A África do Sul, nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2007, apresentou coeficientes de cobertura iguais a 100% e coeficientes de frequência menores do que 100%. Este comportamento indica que 100% do valor dos produtos efetivamente exportados esteve sujeito a barreiras não-tarifárias e que algumas linhas tarifárias não

estiveram sujeitas a essas barreiras. Nos casos em que o coeficiente de cobertura alcançou os 100%, o valor das exportações desses produtos foi integralmente afetado pelas barreiras não tarifárias.

Tabela 19. Coeficientes de Freqüência e Cobertura apresentados pela África do Sul, Angola e Argélia, aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, 1995 a 2007.

Ano	África do Sul		Angola		Argélia	
	CF	CC	CF	CC	CF	CC
1995	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.
1996	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.
1997	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.
1998	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.
1999	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.
2000	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.
2001	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	0,00
2002	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.
2003	33,33	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2004	33,33	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2005	50,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	66,67	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nos países desenvolvidos, observa-se um comportamento diferente para os coeficientes de freqüência e cobertura. O Canadá e o Japão apresentaram tendências semelhantes quanto à imposição de barreiras não-tarifárias, notificações, aos produtos lácteos brasileiros. Na Tabela 20, observam-se um coeficiente de freqüência baixo e um coeficiente de cobertura elevado, indicando que poucas linhas tarifárias estão sob ação daquelas barreiras. Contudo, os valores de exportação sujeitos às barreiras e o nível de proteção são altos. Nos casos em que os coeficientes de cobertura são de 100%, o valor das exportações desses produtos foi integralmente afetado por essas barreiras. O coeficiente de cobertura indeterminado revela que as exportações totais do Capítulo 4, leite e derivados, foram iguais a zero e, possivelmente, as barreiras aplicadas podem ter impedido o comércio.

Os Estados Unidos, nos anos de 1996 a 1998 e 2005 a 2007, apresentaram coeficientes de cobertura iguais a 100% e coeficientes de freqüência menores do que

100%. Isso indica que o valor dos produtos efetivamente exportados estava sujeito a barreiras não-tarifárias. Nos anos de 1999 a 2004, os coeficientes de cobertura e frequência foram iguais a 100%, sugerindo a incidência de algum tipo de barreira não-tarifária em todas as linhas tarifárias, assim como no valor exportado.

Tabela 20. Coeficientes de Frequência e Cobertura apresentados pelo Canadá, Estados Unidos, e Japão, aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, 1995 a 2007.

Ano	Canadá		Estados Unidos		Japão	
	CF	CC	CF	CC	CF	CC
1995	0,00	0,00	50,00	100,00	0,00	Indet.
1996	0,00	Indet.	33,33	100,00	0,00	Indet.
1997	0,00	0,00	50,00	100,00	16,67	100,00
1998	16,67	100,00	50,00	100,00	16,67	100,00
1999	0,00	Indet.	100,00	100,00	0,00	Indet.
2000	0,00	Indet.	100,00	100,00	33,33	100,00
2001	16,67	100,00	100,00	100,00	33,33	100,00
2002	16,67	100,00	100,00	100,00	16,67	100,00
2003	16,67	100,00	100,00	100,00	16,67	100,00
2004	0,00	Indet.	100,00	100,00	16,67	100,00
2005	16,67	100,00	83,33	100,00	33,33	100,00
2006	0,00	Indet.	83,33	100,00	0,00	0,00
2007	0,00	Indet.	66,67	100,00	16,67	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Dentre os países desenvolvidos, verifica-se o uso mais intenso das barreiras não-tarifárias pelos Estados Unidos, que impuseram maior variedade de barreiras, comprometendo tanto o valor das exportações quanto aos produtos lácteos pertencentes à pauta de exportação brasileira.

Em relação aos países selecionados da América Latina, Tabelas 21 e 22, tendências semelhantes foram observadas, com baixo coeficiente de frequência e elevado coeficiente de cobertura, para Bolívia, Chile, Cuba, Paraguai, Uruguai e Venezuela, indicando que poucas linhas tarifárias estavam sob ação das barreiras. Neste caso, os valores de exportação sujeitos às barreiras são altos, e o nível de proteção é considerado médio. Entretanto, nos casos em que o coeficiente de cobertura é 100%, o valor das exportações torna-se integralmente afetado pelas BNTs. Quando o coeficiente de cobertura é indeterminado, como observado para

Argentina, Chile, Cuba, Uruguai e Venezuela, as exportações totais dos produtos selecionados foram iguais a zero, e a barreira aplicada pode ter impedido o comércio.

Tabela 21. Coeficientes de Frequência e Cobertura apresentados pelos países Argentina, Bolívia, Chile e Cuba, aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, 1995 a 2007.

Ano	Argentina		Bolívia		Chile		Cuba	
	CF	CC	CF	CC	CF	CC	CF	CC
1995	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.	0,00	Indet.
1996	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.	0,00	Indet.
1997	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	Indet.	0,00	Indet.
1998	0,00	Indet.	0,00	0,00	16,67	100,00	0,00	Indet.
1999	0,00	Indet.	0,00	0,00	16,67	100,00	0,00	Indet.
2000	0,00	Indet.	0,00	0,00	16,67	100,00	0,00	Indet.
2001	0,00	0,00	0,00	0,00	16,67	100,00	0,00	Indet.
2002	0,00	Indet.	66,67	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2003	0,00	0,00	0,00	0,00	33,33	100,00	0,00	0,00
2004	0,00	0,00	50,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2005	0,00	Indet.	0,00	0,00	0,00	0,00	33,33	100,00
2006	0,00	Indet.	33,33	100,00	16,67	28,08	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 22. Coeficientes de Frequência e Cobertura apresentados pelos países Paraguai, Uruguai e Venezuela, aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, 1995 a 2007.

Ano	Paraguai		Uruguai		Venezuela	
	CF	CC	CF	CC	CF	CC
1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1997	0,00	0,00	0,00	Indet.	16,67	100,00
1998	0,00	0,00	0,00	Indet.	16,67	100,00
1999	66,67	100,00	0,00	Indet.	0,00	Indet.
2000	0,00	0,00	0,00	Indet.	0,00	0,00
2001	0,00	0,00	33,33	100,00	0,00	Indet.
2002	0,00	0,00	16,67	100,00	16,67	100,00
2003	0,00	0,00	0,00	0,00	16,67	100,00
2004	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2005	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	50,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Resultados em que os índices de frequência e cobertura foram iguais a zero indicam que nenhuma linha tarifária esteve sujeita às barreiras não-tarifárias e a inexistência de exportação neste caso não pode ser atribuída a qualquer tipo de restrição.

Considerando o total de linhas tarifárias e o valor total das exportações dos produtos pertencentes ao Capítulo 4, os índices de frequência e cobertura de BNTs foram respectivamente 12,71% e 14,17% no período de 1995 a 2007, ou seja, neste período, 12,71% das linhas tarifárias e 14,17% do valor exportado estiveram sujeitos a algum tipo de BNT.

De modo geral, a maioria das restrições foi relativa às barreiras técnicas e sanitárias. As principais alegações apresentadas pelos países emissores das notificações referiram-se à segurança do alimento e características do produto visando à proteção da vida humana e da vida animal, medidas, testes, quarentena, fiscalização e rotulagem dos produtos.

As medidas para proteção da saúde humana, exigências de etiquetagem, requerimentos de características para proteção da saúde animal e testes, inspeção e quarentena para proteção da saúde animal apresentaram elevados índice de frequência.

Quanto ao índice de cobertura, observaram-se valores elevados para as medidas de proteção à saúde humana e animal, exigências de teste, inspeção, etiquetagem e quarentena.

Verificou-se alta incidência de barreiras não-tarifárias nos principais produtos lácteos da pauta de exportação brasileira, em termos de valor exportado. Em termos quantitativos, foram observados índices de cobertura maiores que os índices de frequência para o leite em pó integral e desnatado, leite evaporado, leite condensado, queijos, manteiga e óleo de manteiga (*butter oil*) e iogurte e leite fermentado, em ordem decrescente. Tal constatação revela a elevada proteção no mercado internacional para estes produtos.

3.5.3 Barreiras Tarifárias

A Tabela 23 apresenta para a seção I do SH, capítulo 4, leite e derivados, a tarifa média prevalecente no mercado internacional, o número de países que isentam as importações das tarifas, a maior tarifa cobrada no mercado e o número de picos tarifários. O valor entre parênteses na primeira coluna indica o número de posições em cada capítulo, ou o desdobramento da característica de uma mercadoria identificada no capítulo.

Tabela 23. Tarifas prevalentes para os produtos do setor lácteo 2007.

Capítulo	Tarifa média %	Nº de países com tarifa zero	Maior tarifa %	Nº de Picos tarifários
4 – Leite e derivados (6)	32,22	11	289,85 (Islândia)	57

Fonte: International Trade Center, WTO.

A tarifa média para os produtos do capítulo 4 (leite e derivados) é igual a 32,22%, variando de zero (onze países) a 289,95% na Islândia. O valor da tarifa média é elevado se comparado a outros produtos agroindustriais e torna-se um obstáculo às exportações brasileiras de produtos lácteos. Em 2007, o Brasil apresentou exportações nas 6 posições desse capítulo, tornando relevante uma descrição mais detalhada das tarifas em cada posição. A Tabela 24 apresenta, para cada uma das posições do capítulo 4, a tarifa média (com o número de isenções entre parêntesis) na coluna 2, o pico tarifário (com o país correspondente entre parênteses) e na coluna 3 os três principais importadores do Brasil, em termos de valor.

A Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai foram os principais importadores dos produtos lácteos brasileiros em 2007, considerando a quantidade de linhas tarifárias. Em relação a valores, os maiores importadores foram Venezuela, Angola, Cuba, Estados Unidos, Argélia e Argentina. A proximidade geográfica, o Mercosul e a existência de tarifas preferenciais estabelecidas na Tarifa Externa Comum (TEC), que para os produtos lácteos é em média 14,7%, foram certamente os principais fatores que influenciaram as relações comerciais neste setor.

Tabela 24. Incidência tarifária e principais países importadores de leite e derivados do Brasil (Posições do capítulo 4, seção I do SH) 2007.

Posições	Tarifa média (%)	Pico tarifário (%)	Principais países importadores
(0401) – Leite e creme de leite, não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes.	34,59 (30)	192,00 (Suíça)	Filipinas, Estados Unidos, Venezuela
(0402) – Leite e creme de leite, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes.	29,31 (19)	289,95 (Islândia)	Venezuela, Angola, Cuba
(0403) – Leitelho, leite e creme de leite coalhados, iogurte, quefir e outros leites e cremes de leite fermentados ou acidificados, mesmo concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, ou aromatizados ou adicionados de frutas ou de cacau.	29,20 (13)	182,57 (Japão)	Argentina, Estados Unidos, Uruguai
(0404) – Soro de leite, mesmo concentrado ou adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes; produtos constituídos por componentes naturais do leite, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, não especificados nem compreendidos em outras posições.	50,40 (20)	232,91 (Noruega)	Angola (*)
(0405) – Manteiga e outras matérias gordas provenientes do leite; pastas de espalhar de produtos provenientes do leite.	28,22 (20)	280,37 (Japão)	Canadá, Arábia Saudita, Geórgia
(0406) – Queijos e requeijão.	21,59 (14)	131,61 (Turquia)	Estados Unidos, Argentina, República da Coreia

Fonte: Adaptado de ITC/WTO, 2008.

Quanto aos maiores protecionistas, destacam-se os países desenvolvidos como o Japão, a Islândia, detentora da maior tarifa aplicada ao setor, a Noruega e a Suíça. O caráter protecionista destes países e o baixo número de isenções tarifárias revelam o forte protecionismo existente no setor lácteo, sobretudo nos países europeus.

A União Européia (UE), na condição de união econômica, incorpora todas as características de uma união aduaneira, portanto, seus Estados Membros adotam uma Tarifa Externa Comum (TEC). Esta tarifa (TEC) estabelece a nomenclatura e o conjunto de direitos de importação a serem aplicados por todos os Estados Membros da UE às importações de produtos de terceiros países. A TEC e todas as informações relevantes sobre questões aduaneiras estão contidas na Tarifa Integrada das Comunidades Européias (TARIC) atualizada anualmente pela União Européia (MDIC, 2008). O comércio de produtos lácteos com os países intrabloco não apresenta restrições enquanto com países terceiros, no caso do leite em pó integral é de 161EUR/100 kg, no caso da manteiga 189,60 EUR/100 kg, mais uma taxa referente aos países que se enquadram no contingente pautal não preferencial de 94,80 EUR/100 kg.

Na TEC, estão indicados os direitos autônomos estabelecidos unilateralmente pela UE e os convencionais, resultados de negociações no antigo GATT e na OMC, que se aplicam aos Membros da OMC e aos países com os quais a UE celebrou acordos que contenham a Cláusula de Nação Mais Favorecida. O Brasil, como membro da OMC, se beneficia da pauta convencional, mas diversos produtos da exportação brasileira beneficiam-se de tarifas preferenciais estabelecidas pelo Sistema Geral de Preferências Comunitário (MDIC, 2008).

Ao nível de posição dentro deste capítulo, é possível notar uma escalada tarifária, em produtos mais industrializados. Ressalta-se o fato de que os valores médios apresentados para as tarifas foram calculados considerando somente aqueles países que cobram tarifas nas importações e que, de maneira geral, é para os produtos menos elaborados em que ocorre a maior isenção tarifária.

Outro dado que se destaca são as elevadas tarifas para a posição 0404 – soro de leite e seus derivados – como a mais alta dentre as tarifas cobradas dos produtos lácteos. Tal fato advém de um mercado internacional altamente concentrado, principalmente pelos países da União Européia, que respondem por mais de 55% das importações mundiais e da China com 11%. Somente Alemanha, França e Estados Unidos respondem juntos por 49% das exportações mundiais destes produtos (LEITE *et al.*, 2008). O Brasil se caracteriza como importador líquido dos produtos desta posição, para a qual tem uma tarifa de importação de 27%, e as poucas exportações realizadas foram para Angola. No entanto, em termos de valores, estas exportações foram irrelevantes, se comparadas às exportações das demais posições.

Na posição 0402 do SH, estão os principais produtos comercializados mundialmente e exportados pelo Brasil, com destaque para o leite em pó integral e o leite condensado. Tais produtos responderam por 78% em volume e 81% em valor no total das exportações brasileiras de produtos lácteos em 2007. Na Tabela 24, observa-se que esta posição foi a que apresentou o maior pico tarifário (289,95%) e a terceira maior média tarifária do setor (29,31%), evidenciando o elevado protecionismo mesmo em produtos considerados básicos no mercado lácteo internacional.

Considerando as quatro combinações estatísticas, que estão associadas a interpretações econômicas (GIBSON *et al.*, 2001), constata-se, pela Tabela 25, que a média foi superior à mediana com exceção da linha tarifária 0406. Tal fato sugere um elevado nível de proteção para todas as linhas tarifárias, sobretudo de alguns produtos específicos como os da posição 0404, o que mais uma vez corrobora a alta concentração de mercado daqueles produtos.

Tabela 25. Estatística das tarifas dos países pertencentes à OMC para os produtos lácteos selecionados do Capítulo 4.

	0401	0402	0403	0404	0405	0406
Média (%)	28,73	26,18	27,69	44,73	25,19	19,89
Máximo (%)	192,02	289,85	182,57	232,91	280,37	131,61
Mínimo (%)	0	0	0	0	0	0
Mediana (%)	16,41	12,85	20,00	10,63	18,71	20,00
Desvio padrão (%)	36	37	27	70	35	19

Fonte: Dados da pesquisa.

A estrutura tarifária dos países pertencentes à OMC baseia-se em muitas linhas tarifárias sujeitas a tarifas, tarifas elevadas para a maioria dos produtos, alto nível de proteção, indicando que a presença de picos tarifários está limitando ou impedindo o comércio. O desvio padrão indica que houve grande dispersão das tarifas em torno da média, especialmente para os produtos de soro de leite e seus derivados.

3.6 CONCLUSÕES

Os resultados demonstraram que as Medidas do Acordo SPS apresentaram maior número de notificações e crescimento no período analisado, seguido pelas Medidas do Acordo Agrícola e do Acordo TBT. Este fato evidencia a preocupação com a sanidade e segurança dos alimentos, mas ao mesmo tempo reforça a necessidade, sobretudo nos países em desenvolvimento, para o atendimento às normas internacionais de qualidade, embalagem e rotulagem dos produtos, indicando a necessidade de maior investimento na capacitação/qualificação da mão-de-obra e adequação tecnológica na cadeia produtiva do leite.

As BNTs impostas aos produtos lácteos exportados pelo Brasil seguem uma tendência crescente no mercado internacional, e os exportadores brasileiros devem estar atentos à sua evolução.

Os Estados Unidos e o Japão se destacam como os principais países notificadores aos requerimentos dos Acordos SPS e TBT, seguidos pelo Canadá e Argentina. Nestes países, os produtos lácteos são altamente protegidos mediante medidas técnicas e sanitárias.

Ao se comparar a incidência das barreiras não-tarifárias entre os países analisados, verificou-se, pela análise dos índices de frequência, que os Estados Unidos as utilizam mais amplamente, apresentando maior número de linhas tarifárias sujeitas às medidas sanitárias e fitossanitárias. Com relação aos valores de exportação afetados pelas barreiras não-tarifárias, os Estados Unidos apresentaram índices de cobertura maiores para as BNTs, se comparado aos demais países.

A observação dessas notificações apontou que o Japão e os Estados Unidos foram os países que mais regulamentaram no âmbito de normas técnicas e sanitárias, o que corrobora a tendência de estabelecer exigências técnicas que afetam as exportações brasileiras, embora tal fato não seja facilmente mensurável.

A segurança dos alimentos e a proteção à vida humana e animal foram os principais objetivos que motivaram as notificações. Entretanto, a não existência de padrões e recomendações apontadas na maioria das notificações para tais exigências é um fator que dificulta a harmonização entre os países, podendo criar obstáculos ao comércio.

Ao considerar os produtos lácteos de maior relevância na pauta de exportações do Brasil, verifica-se que as barreiras sanitárias incidiram em um maior

número de produtos, como queijos e requeijão, manteiga e *butter oil* e iogurtes e leites fermentados. O leite evaporado, seguido pelo leite em pó e leite condensado foram os produtos menos notificados, apesar de serem, em conjunto, os mais exportados pelo Brasil em termos de volume e valor.

De modo geral, duas constatações se destacam:

a) as barreiras não-tarifárias estão reduzindo o valor das exportações dos produtos lácteos brasileiros, e em alguns países essas medidas estão sendo efetivas como forma de proteção ou protecionismo.

b) as barreiras não-tarifárias estão ocorrendo com maior intensidade em produtos de maior valor agregado, como queijos e requeijão, manteiga e *butter oil*, iogurtes e leites fermentados. Embora na pauta de exportação de produtos lácteos brasileiros, estes produtos sejam menos representativos em termos de valor (14%) se comparado aos demais produtos, verifica-se que para os demais produtos, em particular o leite em pó, produto com maior volume de exportação, tais barreiras reduzem o valor comercializado.

Quanto às barreiras tarifárias, este trabalho permitiu verificar os principais produtos lácteos atingidos por picos tarifários e a estrutura de proteção tarifária dos países da OMC com relação a eles. Constatou-se também a importância de se entender a composição das pautas tarifárias dos países, principalmente daqueles que apresentam maiores restrições ao comércio internacional.

As tarifas aplicadas aos produtos lácteos, de modo geral, são extremamente elevadas se comparadas às tarifas de outros produtos agropecuários. O mercado é altamente concentrado e dificulta a redução de tais tarifas, que são um aporte protecionista, particularmente nos países desenvolvidos. A redução das barreiras tarifárias pode elevar significativamente a receita do setor e, sobretudo, permitir de modo mais igualitário a competição neste mercado.

Diante dos resultados apresentados, constata-se que as políticas comerciais distorcem o comércio internacional, prejudicando novos entrantes como os países em desenvolvimento. No caso brasileiro, a união entre os setores primário e industrial é uma provável estratégia que exerceria maior pressão no governo federal nas negociações internacionais em busca de redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias. Outras alternativas consistem na busca de possíveis parceiros internacionais, por meio do estabelecimento de acordos bilaterais, visto que os

acordos multilaterais demandam maior tempo e acordo entre os países. A expansão das exportações de produtos lácteos depende estruturalmente da abertura desses mercados, embora sejam os mercados não tradicionais, especialmente os dos países asiáticos (China) e os dos países do Oriente Médio e África Austral, as promessas para a expansão do comércio de produtos lácteos brasileiros.

Por fim, o trabalho ressalta a importância das restrições sanitárias e técnicas à exportação de produtos lácteos, como queijos, que apresentam tendência de crescimento pelo Brasil. A necessidade de se promoverem políticas diferenciadas para a melhoria da qualidade do leite visando ao atendimento às normas internacionais, assim como uma maior articulação da cadeia de produção, investimentos em capacitação/qualificação da mão-de-obra em toda a cadeia e inovação tecnológica dos processos de produção são fatores que permitirão às exportações brasileiras um crescimento de forma sustentável no longo prazo, permitindo ao setor lácteo brasileiro maior inserção e competitividade no mercado internacional.

3.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRAL, W. Protecionismo e neoprotecionismo no comércio internacional. In: **O Brasil e o Protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002. 269 p. Cap. 1, p.13-38.

BEGHIN, J. C.; BUREAU, J. C. **Measurement of sanitary and technical barriers to trade**. Ames: Iowa State University, Department of Economics, Center for Agricultural and Rural Development, 2001. 21 p. (Scoping paper prepared for the OECD Agricultural Food and Fisheries Directorate).

BORA, B., KUWAHARA, A.; LAIRD, S. **Quantification of non-tariff measures**. Geneva: UNITED NATIONS, 2002. 48 p. (Policy issues in international trade and commodities study series n°. 18).

BRANDÃO, A.S.P.; LEITE, J.L.B. O desempenho e as perspectivas para o agronegócio do leite brasileiro no mercado internacional. In: **O Agronegócio do Leite e Políticas para o seu desenvolvimento sustentável**. Embrapa Gado de Leite–Juiz de Fora, 2002, p.104 -119

BRANDÃO, S. C. C., O Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – Comentários: Parte II – PNQL – 2002. p. 171 – 175. In: **Nova Legislação de Produtos Lácteos**, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Barreiras externas às exportações brasileiras 2001**. Brasília, 2001. 86p.

CAMPELLINI, O. R. El mercado internacional de lácteos, barreras al libre comercio. Cap. 4 In: **Anais do 9º Congresso Pan-Americano do Leite – Tendências e avanços do agronegócio do leite nas Américas**. Juiz de Fora – MG, 2006, p. 49 - 59.

CARVALHO, F. M. A. Método “Constant Market Share” (CMS). In: SANTOS, M. L.; VEIRA, W. C. (ed) **Métodos quantitativos em economia**. Viçosa: UFV, 2004. p. 225-241.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia Internacional**, 4ª Ed., Editora Saraiva, 2007. 327 p.

CARVALHO, M. P. **Melhoria da qualidade do leite: reflexões**, Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/>, acesso em 12/12/2007.

CASTILHO, M. R. **Barreiras não-tarifárias: o caso da imposição de restrições ambientais sobre as exportações brasileiras de papel e celulose.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1994. 106 p.

CASTILHO, M. R. **O sistema de preferências comerciais da União Européia.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 62 p. (Texto para discussão, 742).

CASTILHO, M. R. Uma investigação sobre as barreiras não-tarifárias impostas às importações brasileiras. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 47, p. 51-60, jan./mar. 1996.

CUNHA FILHO, J. H. **As quotas tarifárias e o acesso dos produtos agroindustriais brasileiros ao mercado internacional.** 2003 159 p. Dissertação (M.S.) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

FAO. **Food Outlook: Global Markets Analysis**, November 2007, 91 p.

FAO. **Statistical Databases.** Disponível em: <http://www.faostat.fao.org> Acesso em: 18/11/2007.

FERMAM, R.K.S. **HACCP e as Barreiras Técnicas, Ponto Focal Inmetro.** Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas> Acesso em: 08/01/2007.

FERREIRA, R. C.; MARTINS, M. C. **Negociações agrícolas e internacionais e barreiras ao livre comércio de lácteos.** In: Comércio internacional de lácteos. Juiz de Fora: Templo. 2008 p. 123 -134.

FERRO, A. B. **Recorde: Brasil exportou US\$ 273,3 milhões em 2007.** Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/> Acesso em: 28/01/2008

FERRO, A. B. **USDA projeta crescimento de 8% na produção brasileira,** Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/> Acesso em: 21/01/2008

FIGUEIREDO, V. F.; NETO, P. L. O. C. Implantação do HACCP na indústria de alimentos, **Revista Gestão e Produção**, v.8, n.1, p.100-111, abr. 2001.

FREITAS, R. E. **Barreiras comerciais sobre produtos agroindustriais brasileiros na União Européia.** Tese (Doutorado em Ciências: Economia Aplicada), ESALQ-USP, São Paulo, 2004, 155 p.

GIBSON, P.; BOHMAN, M.; WAINIO, J.; **Profiles of tariffs in global agricultural markets AER_796**. Washington: United States Department of Agriculture (USDA), 2001. 44 p.

HENSON, S.; WILSON, J. S. A review of key issues. In: Henson, Spencer; Wilson, John S. (Ed.) **The WTO and technical barriers to trade**. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 2005. 527p. (An Elgar Reference Collection).

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo, Editora Pearson Addison Wesley, 2005. 558p.

LAIRD, S. **Quantifying commercial policies**. Stanford: Stanford University, Institute for Theoretical Economics, 1996. 43 p. (World Trade Organization, Staff Working Paper).

LEITE, J. L. B.; SIQUEIRA, K. B.; CARVALHO, G. R.; FORTES, L. R. L. S. **Comércio internacional de lácteos**. Juiz de Fora. Templo, 2008. 281 p.

MACHADO, R. Q. **Análise do perfil das restrições comerciais à carne bovina nos Acordos SPS e TBT**. Dissertação (Mestrado em Ciências: Economia Aplicada), ESALQ-USP, São Paulo, 2007, 111 p.

MARTINS, P.C. **Construindo o excesso de leite**. Disponível em <http://www.milkpoint.com.br/?actA=7&areaID=50&secaoID=120¬iciaID=34229> Acesso em 22/11/2007.

MASKUS, K.E.; WILSON, J. S. Quantifying the impact of technical barriers to trade: can it be done? In: Henson, Spencer; Wilson, John S. (Ed.) **The WTO and technical barriers to trade**. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 2005. 527p. (An Elgar Reference Collection).

MIRANDA, S. H. G. ; FILHO, J. H. C.; BURNQUIST, H. L.; BARROS, G. S. A. C. **Normas sanitárias e fitossanitárias: proteção ou protecionismo**. Informações Econômicas, v. 34, n. 2. São Paulo, fev., 2004.

MIRANDA, S. H. G.; BARROS, G. S. A. C. **Estudo exploratório de métodos para a quantificação dos impactos das barreiras não-tarifárias sobre as exportações brasileiras**. Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2000, Rio de Janeiro. Anais SOBER. Brasília: SOBER: 2000.

MIRANDA, S. H. G.; **Quantificação dos efeitos das barreiras não-tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina.** Tese (Doutorado em Ciências: Economia Aplicada), ESALQ-USP, São Paulo, 2001, 233 p.

NASSAR, A. M. **Produtos da agroindústria de exportação brasileira: uma análise das barreiras tarifárias impostas por Estados Unidos e União Européia.** Tese (Doutorado em Administração), FEA-USP, São Paulo, 2004, 218 p.

OCDE. **An assessment of the costs for international trade in meeting regulatory requirements.** 2000, 102p. (Working Party of the Trade Committee).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO - OMC. **Agriculture, trade and the GATT: a glossary of terms.** Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 23 Dec. 2002.

PEREIRA, L. V. **Indicadores de incidência das barreiras não-tarifárias praticadas pelos países desenvolvidos contra as exportações brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 1989. 68 p. (Texto para Discussão Interna, 22).

PERINA, M. A.; MACHADO, R. Q.; MIRANDA, S.H.G. **As notificações do Brasil no acordo TBT e a importância das normas técnicas no comércio internacional.** Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003. 20 p.

PONCHIO, L. A.; GOMES, A. L. PAZ, E. **Perspectivas de Consumo de Leite no Brasil.** CEPEA, julho 2005. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br> Acesso em: 08/11/2007.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). **Estatísticas.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comext/secex>>2007. Acessos em 05/12/2007 e 28/01/2008.

SEGERSON, K. Mandatory versus voluntary approaches to food safety. **Agribusiness**, v.15, n.1, 1999. p. 53-70

SILVA, O. M. **Comércio Internacional e Protecionismo Agrícola.** In: SANTOS, M. L.; VIEIRA, W. C. Agricultura na Virada do Milênio: Velhos e Novos Desafios. 1ª Ed. Viçosa: 2000, p. 285-302.

SILVA, O. M. As barreiras tarifárias no mercado internacional de produtos florestais. **Rev. Nova Economia** (em submissão), 2008.

SANTOS, M. L (Ed.). **Agricultura na Virada do Milênio: Velhos e Novos Desafios**. Viçosa: UFV, 2000. p. 285-302.

THORSTENSEN, V. **Organização Mundial do Comércio**: as regras do comércio internacional e a rodada do milênio. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1999. 517 p.

TURINA, L. G. P. **Análise do impacto de medidas sanitárias e fitossanitárias sobre exportações brasileiras de alimentos processados** (Monografia) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, São Paulo, 2005. 48 p.

UNITED NATION CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Back to Basics: Market access issues in the Doha Agenda**. UNCTAD/DITC/TAB/misc.9. Geneva. 2003

VIEGAS, I. F. P. **Barreiras não-tarifárias sobre as exportações de leite e laticínios brasileiros**. Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006. 8 p.

WTO Secretariat. **Handbook on the technical barriers to trade agreement**. Geneva, 2006.

CAPÍTULO IV

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS LÁCTEOS

4.1 INTRODUÇÃO

O setor agroindustrial detém uma importância histórica no desenvolvimento da economia brasileira, atuando como fornecedor de capital, mão-de-obra, alimentos, matérias-primas, além de divisas mediante os excedentes exportáveis. Entretanto, apesar da pauta exportadora brasileira ser diversificada, o país tem sido prejudicado tanto pelas políticas que subsidiam a agricultura, como pela imposição de barreiras tarifárias, não-tarifárias, fitossanitárias ou sanitárias impostas principalmente pelos países desenvolvidos.

Dentre os setores agroindustriais, o setor lácteo é um dos mais protegidos por elevadas barreiras comerciais. O comércio internacional é concentrado e responde por apenas 5,6% do total de leite produzido mundialmente, 38 bilhões de litros ao ano, e deste montante, estima-se que apenas a metade seja comercializada sem incentivos governamentais (FAO, 2008). Esta política restritiva deprime os preços no mercado internacional e reduz o incentivo na expansão da produção principalmente para os países em desenvolvimento.

No Brasil, a produção de leite apresentou nos últimos 25 anos um crescimento médio de 3,07% ao ano (PEREZ e SILVA, 2007). O Plano Real e a estabilização da moeda nacional em 1994 estimularam a produção que alcançou taxas de 4,22% ao ano no período 1994-2007. Em termos absolutos, a produção brasileira de leite evoluiu de 12,0 bilhões de litros em 1980 para 15,8 bilhões em 1994 e 26,7 bilhões de litros em 2007 (SECEX, 2008).

A abertura comercial do início dos anos de 1990 levou mudanças mais profundas ao setor, devido ao crescimento da internacionalização, promovida pelas fusões e aquisições de empresas, ao aumento da demanda por produtos lácteos de maior valor agregado, fato que estimulou a ampliação das importações, que atingiram 2,2 bilhões de litros em 1996. O câmbio contribuiu para o aumento das importações, sobretudo da Argentina e Uruguai. O saldo comercial deficitário dos produtos lácteos brasileiros, que atingiu o valor máximo de US\$506,9 milhões em

1998, persistiu até 2004, quando o valor exportado ultrapassou o importado pela primeira vez na história. A rápida expansão da produção brasileira substituiu as importações, equilibrou a balança comercial em 2004 e inseriu o país no mercado internacional. Entre 1998 e 2007, as importações brasileiras de produtos lácteos reduziram de US\$515,5 milhões para US\$150,8 milhões, enquanto as exportações cresceram de US\$8,6 milhões para US\$273,3 milhões, resultando na mudança do saldo deficitário de US\$506,9 milhões em 1998 para superavitário de US\$122,4 milhões em 2007.

Em 2007, do total de leite produzido de 26,7 bilhões de litros, 940 milhões de litros foram destinados ao mercado externo, ou seja, 3%. Pesquisas apontam que as exportações devem responder por pelo menos 7% do total produzido no país até o ano de 2017 (AGRAFNP, 2008). Entretanto, o crescimento gradual da produção de leite no Brasil está gerando um excesso de oferta no mercado local. Observa-se que a demanda interna não terá condições no curto prazo de absorver o excesso de oferta, devido a problemas macroeconômicos e de distribuição da renda, que são os principais fatores que influenciam o consumo desse excedente, apesar do potencial de mercado e do tamanho da população.

Um conjunto de fatores internos como a estabilidade da demanda e o crescimento da produção e de fatores externos como os preços internacionais e o câmbio contribuem potencialmente para o aumento do excedente de produção no Brasil. Tal fato é desencadeador de uma série de problemas como a diminuição dos preços ao produtor e a retração do mercado frente ao despreparo do setor lácteo brasileiro nesta nova conjuntura.

Neste contexto, surge a indagação do que fazer com o excedente da produção de leite do país. Duas alternativas são vislumbradas. Primeiro elevar o consumo interno, que depende de melhores índices de crescimento na economia, sobretudo da renda *per capita*. Segundo buscar mercados prospectivos no âmbito internacional, capazes de adquirir este excesso de produção. O comércio exterior, neste contexto, constitui não somente uma “válvula de escape”, mas uma alternativa estratégica para o crescimento do setor lácteo brasileiro.

Apesar da existência de alguns estudos sobre o assunto, os resultados são superficiais e não demonstram a real situação que as empresas exportadoras do setor lácteo brasileiro estão enfrentando ante o mercado internacional. Assim, há necessidade de trabalhos que avancem em questões que permitam não apenas

evidenciar os entraves existentes no setor, mas apontar as condições em que as empresas estão exportando e quais comportamentos estratégicos estão associados à eficiência no processo de exportação de produtos lácteos.

O problema em questão trata não apenas de apontar a exportação como alternativa de comercialização do excedente de produtos lácteos no mercado interno, mas de identificar os rumos que a exportação pode trazer para todo o setor, no intuito de ampliar a competitividade para o mesmo, evidenciando os fatores estratégicos responsáveis pela conquista e expansão de *market-shares* no comércio exterior. Trata-se, portanto, de conhecer as estratégias implementadas pelas empresas que estão exportando e verificar se elas estão alcançando resultados úteis como *benchmarks* para o setor.

Desse modo, levantam-se as seguintes questões: a) como ocorreu a percepção de que os produtos lácteos brasileiros poderiam ser comercializados no mercado internacional? b) quais as características das empresas que estão exportando? c) quais são os fatores que, atualmente, mais interferem na exportação dos produtos lácteos brasileiros? d) que estratégias estão sendo desenvolvidas para alcançar competitividade nas exportações dos produtos lácteos brasileiros? e e) que barreiras as empresas entrantes terão que enfrentar e como superá-las?

4.2 OBJETIVOS

4.2.1 Objetivo geral

Analisar se o comércio exterior nas empresas do setor lácteo brasileiro, por meio da exportação, constitui uma alternativa atrativa para o escoamento do excedente de leite previsto.

4.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as principais barreiras não-tarifárias que incidem nas exportações brasileiras de produtos lácteos.
- Apresentar os fatores estratégicos que podem aperfeiçoar o processo de exportação de lácteos.

- Identificar ações prioritárias que o setor lácteo pode desenvolver para aumentar a participação no mercado internacional.
- Identificar as perspectivas para o setor lácteo nos próximos cinco anos.
- Gerar informações que contribuam efetivamente para ações que visem à competitividade ao setor lácteo brasileiro.

4.3 REFERENCIAL TEÓRICO

4.3.1 O comércio internacional

Segundo Krugman e Obstfeld (1999), a noção mais importante de todas as economias internacionais deve ser a idéia de que existem ganhos originados no comércio, ou seja, quando os países vendem produtos e serviços uns aos outros, quase sempre ocorre em benefício mútuo. A variedade de circunstâncias sob as quais o comércio internacional é benéfico é muito maior do que a maioria das pessoas reconhece. Entretanto, o comércio exterior tem especificidades que o tornam desafiador e complexo para muitas empresas.

Para Luna (2002), a exportação é uma atividade comercial complexa, posto que envolve conhecimentos especializados sobre os mercados estrangeiros, os usos e costumes dos consumidores, as práticas comerciais vigentes nesses mercados, os sistemas de distribuição, os meios de transporte existentes e apropriados, a legislação específica sobre a entrada de produtos nesses mercados e uma disposição e organização especial da empresa que pretende exportar, para gerenciar eficazmente todos esses fatores.

Na visão de Minervini (2005), é essencial fazer uma avaliação da capacidade exportadora da empresa, não apenas da capacidade de produção. Isso devido ao fato de que a exportação traz para a empresa um compromisso com a qualidade, o profissionalismo, e, avaliando a capacidade exportadora, percebe-se a capacidade da empresa em entender os mercados internacionais e adequar-se a eles.

Apesar da importância e dos ganhos provenientes do comércio, os países utilizam-se de políticas comerciais com o intuito de promover as exportações, reduzir as importações, prover renda ao governo e/ou beneficiar determinados grupos políticos e econômicos. A variedade desses instrumentos é considerável, podendo ser

citados: subsídios, controles cambiais, cotas, barreiras tarifárias e não tarifárias, entre outros.

Baumann *et al.* (2004) afirmam que o comércio internacional está cada vez mais intenso por meio das transações de bens e serviços e dos fluxos de moeda e investimentos. Essas relações tornaram-se decisivas para alguns países e setores específicos da economia, devido à participação das exportações e importações na porcentagem da renda nacional.

As restrições impostas ao comércio reduzem ganhos potenciais, uma vez que em condições de concorrência o livre comércio pode maximizar o valor da produção por meio da redução das restrições impostas ao trabalho, ao capital e aos recursos naturais dos países.

Aliado a essas dificuldades, decorrentes dos novos paradigmas do comércio internacional, persiste o uso de instrumentos que tornam o exercício da competitividade ainda mais difícil, como o montante de subsídios que as nações desenvolvidas desembolsam para a produção e exportação de produtos de origem agropecuária. As principais nações, para alcançar desenvolvimento e inserção internacional de suas agriculturas, não apenas tiveram que superar deficiências de fatores, como também fizeram uso de políticas públicas ativas para sustentar a produção interna (GONÇALVES, 2003).

No contexto atual, a produção e a comercialização de produtos a custos baixos não são mais os únicos fatores determinantes dos padrões comerciais entre as nações. De acordo com Miranda (2001), variáveis como tecnologia disponível e eficiência na sua adoção, preços domésticos, insumos de produção, taxas de câmbio e de paridade, distância dos mercados de exportação, custos de transporte, estrutura de incentivos e subsídios, barreiras tarifárias, qualidade e imagem do produto, entre outros, influenciam a competitividade.

4.3.1.1 Barreiras ao comércio – protecionismo

Existem diversos tipos de barreiras às importações que podem ser na forma de tarifa ou imposto de importação (barreira tarifária) ou de outros instrumentos não tarifários (barreira não-tarifária), como as barreiras sanitárias, por exemplo.

Segundo Carvalho e Silva (2007), o termo barreiras não-tarifárias tem sido empregado para designar restrições relacionadas a regulamentos sanitários e de saúde, normas técnicas, padrões de segurança, dificuldades relativas à documentação,

inspeção e outras práticas que podem dificultar ou mesmo impedir o comércio. A alegação de febre aftosa constitui o principal exemplo de restrição sanitária ao comércio de carne bovina brasileira e de produtos lácteos.

Quanto às barreiras não-tarifárias, no caso dos produtos lácteos e outros produtos agroindustriais, a de maior incidência são as barreiras sanitárias (PEREIRA *et. al.*, 2008; MIRANDA, 2004).

4.3.2 Considerações sobre a dinâmica do comércio exterior de produtos lácteos do Brasil

A política comercial brasileira, nos últimos quinze anos, passou por duas fases distintas: a primeira constituiu a abertura do mercado interno às importações e a segunda foi assinalada pela prioridade dada às exportações.

A abertura comercial proporcionou uma maior penetração de bens importados, o que aumentou a concorrência e provocou uma queda dos preços internos. Em 1993, a tarifa brasileira média de importação era 16,5%; em 1995, com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum no âmbito do Mercosul, a média foi reduzida para 12,5%. Atualmente, encontra-se em 11,54%.

A primeira fase da integração do Brasil à economia mundial deu-se sob o impulso das importações e dos investimentos diretos. O processo de internacionalização atual ocorre, sobretudo, pelas exportações, mas também pela aquisição de empresas nacionais por capitais estrangeiros.

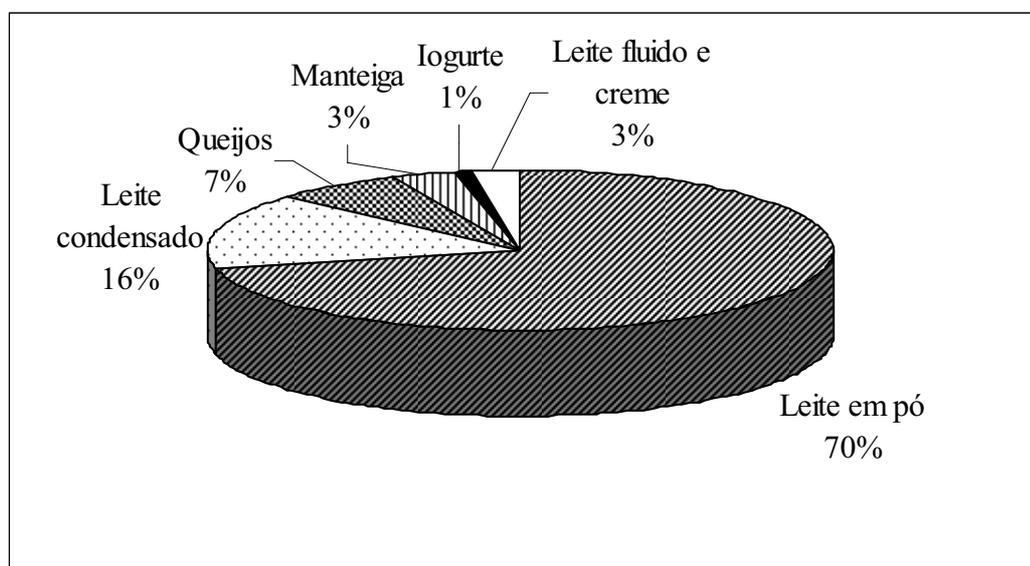
Na área agroindustrial, embora muitos avanços tenham sido alcançados, a principal barreira a ser superada pelo país é a da competitividade de seus produtos no exterior, que já tem sido foco de concentração de esforços, com progressos significativos já alcançados com resultados positivos da balança comercial (MIRANDA, 2001).

Dentre os produtos agroindustriais, destacam-se nos últimos dez anos o crescimento das exportações de produtos lácteos e sua participação na balança comercial. A ampliação da participação dos produtos lácteos no total das exportações do agronegócio brasileiro de 1997 para 2007 foi de 1.020% (de 0,05% em 1997 para 0,51% em 2007), com destaques para o leite em pó e o leite condensado, responsáveis por 78,43% do total exportado no setor em 2007 (MAPA, 2008). Embora estes resultados pareçam inexpressivos, o setor lácteo só foi superado

em crescimento pelas exportações de animais vivos, 4.046,76% no período de 1997 a 2007.

O Brasil deve exportar, em 2008, o equivalente a um bilhão de litros de leite para mais de cem países, gerando faturamento de US\$ 550 milhões (CONAB, 2008). Dentre os estados brasileiros, destaca-se Minas Gerais que responde por aproximadamente 50% das exportações de lácteos do Brasil. Os principais compradores do leite brasileiro são o continente africano e países da América Latina (NOGUEIRA, 2008).

O superávit da balança comercial de lácteos até julho de 2008, foi de US\$ 155,8 milhões e já superou em 27% o que foi registrado em todo o ano de 2007 (MDIC, 2008). Num mercado internacional instável e mesmo com a desvalorização do dólar em relação ao Real no correr deste ano, a receita obtida com as exportações lácteas no primeiro semestre de 2008 totalizou, de janeiro a julho, um montante acumulado de US\$ 278,81 milhões, quase 200% superior ao recebido no mesmo período de 2007 e 2% a mais que o total arrecadado em 2007 (US\$ 273,28 milhões) (CEPEA/ESALQ, 2008). O leite em pó continuará sendo o principal produto lácteo brasileiro exportado. Do faturamento total de janeiro a julho de 2008, Figura 15, o leite em pó respondeu por 71% seguido pelo leite condensado com 16%.



Fonte: Cepea/Esalq/USP (2008).

Figura 15. Participação de exportações de produtos lácteos no valor total exportado em 2008 (janeiro a julho).

Quanto ao destino do leite em pó integral brasileiro, a Venezuela aumentou sua representatividade de 2007 para 2008. Em 2007, do total exportado pelo Brasil,

25,15% foram para aquele país, com as vendas representando 29,14% da receita total. De janeiro a agosto de 2008, o país recebeu 56,78% do volume e respondeu por 58,08% da receita, seguido por Cuba (10,18% do volume e 10,57% da receita) e Senegal, (8,93% do volume e 8,48% da receita) (CEPEA/ESALQ, 2008).

Segundo Nogueira (2008), mesmo a análise das exportações pode levar a conclusões equivocadas. Até julho de 2008, em equivalentes/litro de leite, o setor lácteo exportou mais de 85% de todo o volume que foi exportado durante 2007. Quando se compara o saldo entre os volumes das exportações e importações do setor lácteo, o superávit já atinge 99% do total registrado em 2007, evidenciando que o setor caminha para um novo recorde em 2008. Entretanto, a análise da conjuntura econômica atual permite evidenciar fatores que estão afetando fortemente o setor lácteo brasileiro. A produção de leite de janeiro a agosto de 2008 foi 19% maior que a de igual período em 2007, cerca de 1,2 bilhão de litros a mais, e a demanda continua estável, ou seja, há excesso de oferta de leite no país. Neste contexto, a estrutura do mercado encontra-se despreparada para absorver o excedente de produção e para lidar com as oscilações do mercado internacional, sobretudo os preços internacionais e o câmbio. Segundo Carvalho (2008), a alta oferta de leite e derivados e a baixa demanda reduzem o preço do leite ao produtor, em função de seu menor poder de barganha. De acordo com dados do Cepea (2008), o excesso de leite no mercado, aliado aos outros fatores já mencionados gerou como resultado redução de 7,7% no valor do leite pago aos produtores, que ainda tiveram que absorver os atuais custos de produção de leite que são em média 32% superiores aos de 2007.

Neste cenário, a retração na produção embora seja cogitada e remonte aos mesmos desfechos das crises passadas, o contexto é outro. A exportação é uma realidade e para dar prosseguimento é necessário que o crescimento da produção seja sustentado por uma demanda equivalente (CARVALHO, 2008). Entretanto, a sucessão de crises no setor revela o despreparo quanto à inserção e manutenção das empresas brasileiras no comércio internacional devido as suas oscilações.

Há necessidade de maior dinamismo do setor para controlar os estoques e mecanismos de comercialização ou estocagem da produção, para dar vazão ao produto final em momentos de estímulo de produção de leite como o atual, a fim de evitar um retrocesso em meio ao cenário favorável para o Brasil. A demanda externa existe, e embora o Brasil seja apontado como um grande *player* neste mercado para os próximos anos, os obstáculos são muito maiores do que só aumentar a produção.

A indústria se depara com uma resposta rápida da produção de leite sem ter ainda todo o canal de comercialização preparado. A prospecção de novos mercados e acima de tudo o capacitação em comércio exterior e o conhecimento de todas as barreiras (tarifárias e não tarifárias) que nele existem, sobretudo para os produtos lácteos, torna o processo mais moroso e difícil. A fragmentação do setor e a falta de coordenação da cadeia também dificultam ações pré-competitivas, como a geração de um banco de informações de oferta e de consumo que ajude a tomada de decisão e o desenvolvimento de estratégias de marketing institucional para estimular a demanda interna e de ações no mercado internacional. A consolidação do setor lácteo brasileiro neste mercado tem que ser desenvolvida como uma estratégia de negócio, numa relação de parceria entre processadores e produtores. Mesquita (2003) relata que o cuidado com a conformidade sanitária do leite é extremamente importante para a exportação, pois o mercado internacional exige padrões microbiológicos e físico-químicos mais rigorosos do que os encontrados no mercado doméstico.

A atual concentração das empresas do setor lácteo por meio de fusões e aquisições de laticínios por grandes grupos configura uma estratégia para alavancagem da competitividade global que certamente vai além do aumento de escala, mas se focaliza no posicionamento e busca por competências básicas da empresa para se firmar no mercado interno e internacional. No entanto, empresas de médio porte também podem ter na exportação uma alternativa viável de comercialização.

Para a exportação de produtos lácteos, é necessário que a empresa seja credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e atenda aos procedimentos estabelecidos na Circular N° 320/2002/DCI/DIPOA e da Instrução Normativa N° 27/2008, obtendo a habilitação para exportar.

4.4 METODOLOGIA

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento desta pesquisa, destacando os métodos e as etapas de investigação utilizadas.

4.4.1 Modelo de pesquisa

A metodologia adotada demonstra como a pesquisa foi realizada, qual a forma de abordagem, os métodos e as técnicas que melhor se enquadram na problemática do trabalho científico, tendo em vista a obtenção dos seus resultados (MATTAR, 1999). Gil (2002) enfatiza a utilização cuidadosa dos métodos, técnicas e outros procedimentos científicos e destaca a importância do planejamento efetivo das ações desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa.

A opção pelo tipo de pesquisa a ser empreendido neste trabalho foi a descritiva. Segundo Malhotra (2006), o principal objetivo deste tipo de pesquisa é descrever funções de mercado. A pesquisa descritiva requer uma clara especificação de quem, o que, quando, onde, por que e a maneira de pesquisar e objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la (CHURCHILL 1995). Muitas das pesquisas que têm por objetivo o conhecimento do mercado são de caráter conclusivo descritivo e estão interessadas em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Além disso, este tipo de pesquisa pode se interessar pelas relações entre variáveis e, desta forma, aproximar-se das pesquisas experimentais (PERIN *et al.*, 2000).

Essa pesquisa caracterizou-se como quantitativa, pois se considerou ser essa a melhor abordagem para investigar as exportações de produtos lácteos brasileiros pelos laticínios selecionados.

O formato utilizado nesta pesquisa foi o levantamento ou *survey*. A pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas/empresas indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (PINSONNEAULT e KRAEMER, 1993).

Segundo Babbie (1999), algumas características da pesquisa *survey* são:

- gerar medidas precisas e confiáveis que permitam análise estatística;
- medir opiniões, atitudes, preferências e comportamentos de um determinado grupo de pessoas; e
- medir os segmentos do mercado, estimando seu potencial ou volume de negócios.

Para avaliar como as exportações têm gerado benefícios ao setor lácteo nacional utilizou-se o método de *survey* ou levantamento por meio de entrevista

estruturada direta usando o questionário semi-estruturado (ANEXO II) aplicado a executivos responsáveis pelo setor de comércio exterior das empresas selecionadas. O levantamento foi do tipo transversal (*cross-sectional*) em que a coleta dos dados ocorre em um só momento, pretendendo descrever e analisar o estado de uma ou várias variáveis em um dado momento.

O instrumento de avaliação foi submetido a um pré-teste a fim de verificar a facilidade de compreensão e de preenchimento das respostas, bem como o tempo necessário para realização da pesquisa e a necessidade de alterações nas questões elaboradas. Não havendo dificuldades de preenchimento, finalizou-se, então, o instrumento de coleta dos dados.

4.4.2. Fontes de dados e caracterização da amostra

4.4.2.1. Fontes de dados

O estudo teve como referência as empresas da indústria de laticínios brasileira que são cadastradas e fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e que estão habilitadas para exportação. O nome e o respectivo contato das empresas com este perfil foram providenciados junto ao Mapa. O contato com as empresas foi realizado de modo a identificar quais estariam no exercício da atividade de exportação, descartando as empresas nas quais o processo estivesse estagnado.

Com o propósito de identificar a percepção dos entrevistados, optou-se por utilizar a escala de medição intervalar, do tipo Likert, nas questões objetivas. Entre as vantagens da escala de tipo Likert, está sua fácil construção e aplicação, além do rápido entendimento pelos entrevistados (MALHOTRA, 2006).

Deve-se salientar que as empresas entrevistadas estavam envolvidas também no processo de produção, e não somente no processo de comercialização/exportação. Isso possibilitou apreciar a influência da atividade exportadora dentro da empresa.

4.4.2.2. Caracterização da amostra

A listagem obtida com o Mapa continha 41 empresas dentro do perfil exigido. Após o contato com as empresas, realizado por telefone ou e-mail, verificou-se que

muitas tinham cessado a atividade de exportação, sobretudo as de menor porte. Deste modo, optou-se pela amostragem de caráter não-probabilístico por julgamento, que teve como critérios:

1º) Tempo de exportação de no mínimo 2 anos devido ao conhecimento e experiência no processo de exportação.

2º) Volume exportado representativo (quantidade e valores US\$)

3º) Pauta de exportação

Identificaram-se 21 empresas de laticínios dentro dos critérios estabelecidos na amostragem. Entretanto, o consentimento da entrevista foi dado por somente 14 destes laticínios, com os demais alegando confidencialidade das informações solicitadas e dificuldades em reunir os membros de todas as áreas abrangidas pelo questionário. Os 14 laticínios que participaram da pesquisa estão entre os maiores exportadores do país e perfazem juntos mais de 85% do comércio exterior de lácteos do Brasil, em termos de valores e quantidades exportadas, no ano de 2007.

As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2007 a julho de 2008.

4.4.3 Análises dos dados

Os dados foram tratados de forma consolidada, mantendo-se a confidencialidade das empresas pesquisadas.

Para análise de dados, utilizaram-se métodos descritivos por meio de medidas de posição, dispersão e associação realizadas no software Excel.

4.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.5.1 Informações gerais das empresas

As empresas que participaram da pesquisa possuem entre 500 e 6.000 funcionários e contam em média com quatro unidades industriais em funcionamento cada uma, o que as caracteriza como empresas de médio e grande porte.

O volume de leite diário captado por estas empresas está entre 320 mil e 5 milhões de litros com média de 3,1 milhões de litros de leite por dia, sendo 92,85%

deste leite coletado, resfriado em tanques de expansão e transportados em caminhões tanque a granel e 7,14% transportados em latão.

Quanto às políticas de incentivo ao produtor rural, 42,9% das empresas fazem o pagamento diferenciado (bônus) pela qualidade, 14,3% fazem o pagamento diferenciado (bônus) pela qualidade e quantidade e 28,6% das empresas fazem o pagamento diferenciado (bônus) pela qualidade, quantidade e teor de sólidos totais. Dentre outras políticas destinadas ao produtor rural, também foram ressaltadas a assistência técnica e o programa de fidelização da entrega do leite. Tal fato evidencia a preocupação das empresas com o investimento em tanques de expansão e em bonificações aos produtores que produzem leite de qualidade, uma vez que estas exigências são fundamentais para alcançar competitividade no mercado internacional e abertura de novos mercados.

Em relação ao destino do leite na elaboração de produtos, em média 25 a 50% do leite captado pelas empresas é destinado à fabricação de leite em pó, 10 a 25% tem como destino a produção de leite condensado, 10 a 25% do leite é destinado à fabricação de leite UHT, 10 a 25% tem como destino a produção de queijos, 5 a 10% é utilizado na elaboração de outros produtos e menos de 5% é destinado à fabricação iogurtes e leite evaporado.

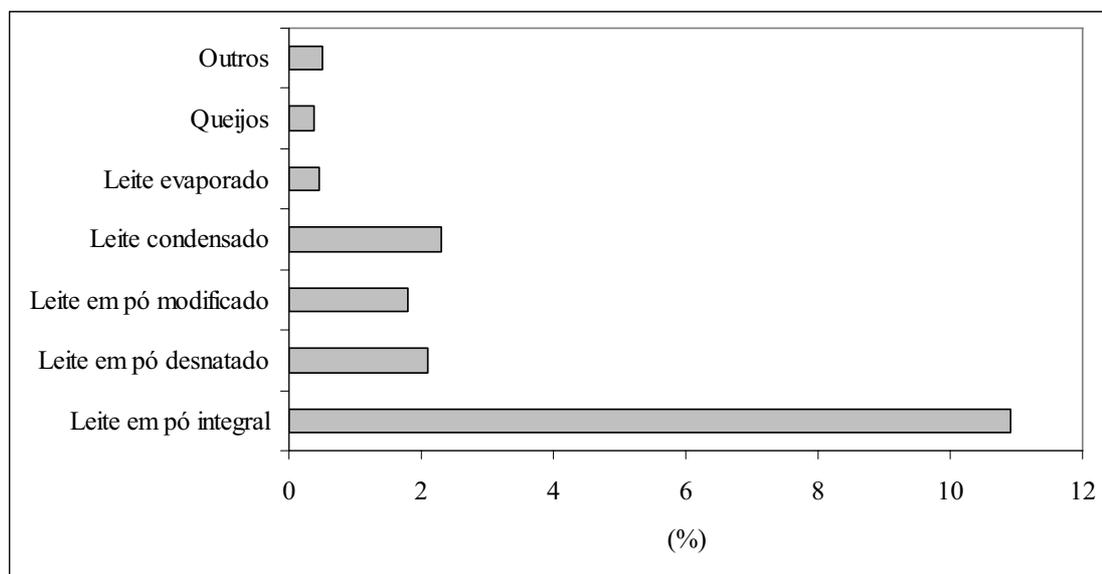
4.5.2 Caracterização das exportações

A percepção de que os produtos lácteos poderiam ser comercializados no mercado internacional ocorreu de forma diferenciada entre as empresas, de modo geral a disponibilidade de produto em decorrência do aumento da produção brasileira de leite foi o fator determinante para início da atividade exportadora. Neste contexto, a exportação foi apontada como reguladora de estoques devido ao baixo crescimento da demanda interna frente ao crescimento da produção. O câmbio favorável juntamente com os elevados preços dos produtos lácteos no mercado internacional também foram fatores que contribuíram para o aumento das exportações de produtos lácteos brasileiro. A exportação *inter-company* e a presença de brasileiros no exterior também foram fatores que motivaram o comércio exterior destes produtos.

Todas as empresas exportam há mais de 5 anos e 27% há mais de 20 anos. A exportação em 71,4% das empresas é realizada pela própria empresa, 14,3% realizam

a exportação somente via *tradings* e 14,3% realizam exportações tanto pela própria empresa como por mediação de *tradings*.

Os produtos lácteos exportados representam, em média, 18,4% do faturamento total das empresas, sendo o leite em pó responsável por 60,3% deste total, seguido pelos demais produtos, como mostra a Figura 16.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 16. Participação dos produtos lácteos exportados no faturamento total das empresas.

Os principais mercados de destino dos produtos lácteos dessas empresas são Venezuela, Argélia, Oriente Médio, Estados Unidos, África do Sul, Cuba e México. Ainda foram citados Nigéria, Senegal e países em prospecção do Centro e Norte Africanos e da América Central.

Os mercados de destino embora se concentrem em países com nível de exigência quanto à qualidade inferior aos países europeus há a percepção pelas empresas brasileiras de que a ampliação e conseqüente diferenciação dos produtos lácteos brasileiros dependem, sobretudo, da qualidade da matéria-prima e dos custos de produção.

Quanto aos concorrentes no mercado internacional, a Nova Zelândia foi apontada por 100% das empresas como a principal concorrente, seguida da Austrália por 70% das empresas, que a consideraram concorrente muito importante, e pela Argentina e a União Européia, ambas consideradas concorrentes importantes por 50% das empresas.

Iniciadas a atividade de exportação, as empresas apontaram as atividades em que tiveram maior dificuldade. Estas atividades estão identificadas na Tabela 26. Para avaliação da dificuldade encontrada em cada atividade, foi calculado o valor médio obtido em cada uma e o respectivo desvio-padrão. Os valores atribuídos a cada fator seguem o padrão da escala Likert, que vai de 1 (sem dificuldade) a 5 (muito difícil).

Tabela 26. Dificuldades enfrentadas após iniciada a exportação.

Principais atividades	Valor médio	Desvio-padrão
1. Desenvolvimento tecnológico	2,00	1,00
2. Seguro nas transações de exportação	2,00	1,41
3. Conhecimento do mercado externo	3,40	0,55
5. Promoção comercial – estratégias de marketing	2,50	1,29
6. Infra-estrutura para exportar	3,00	2,00
7. Preço não competitivo do produto brasileiro	3,60	1,14
8. Aspectos legais do país importador – barreiras sanitárias	3,75	1,89
9. Custos de transporte	2,00	1,41
10. Acesso à informação	3,25	2,06
12. Diferenças culturais do país importador	2,60	1,67

Fonte: Resultados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 26, que os aspectos legais do país importador, barreiras sanitárias com valor médio de 3,75 e desvio-padrão de 1,89, foi a atividade considerada mais difícil após iniciado o processo de exportação. As barreiras sanitárias vêm sendo utilizadas por vários países para dificultar o acesso aos mercados. Apesar do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e dos instrumentos reguladores da Organização Mundial do Comércio (OMC), as medidas sanitárias e fitossanitárias sob alegação de proteção à vida ou à saúde humana, animal ou vegetal continuam sendo os principais motivadores desta barreira ao comércio. Outro entrave importante foi o preço não competitivo do produto brasileiro, com valor médio de 3,60 e desvio padrão de 1,14. A falta de competitividade do produto brasileiro está atrelada aos elevados custos de produção, com destaque para os insumos agrícolas, os grãos, a energia, entre outros fatores.

O preço de venda dos produtos lácteos brasileiros no mercado internacional em 85,7% das empresas está associado a um preço de referência no mercado

internacional e também tem como balizador os custos de produção. Em apenas 2 empresas o preço dos produtos lácteos não estão associados a um preço de referência no mercado externo.

Em relação à importação de produtos lácteos, 28,6% das empresas importam, sobretudo soro em pó, leite em pó e lactose, usados na composição de diversos produtos. A elevada importação de soro em pó pelo Brasil, principal produto lácteo importado, 35,1% do total importado em 2007 (Secex, 2008), tem como destino a elaboração de leite em pó modificado, sobremesas lácteas, bebidas lácteas, entre outros produtos.

Quanto à ampliação das exportações, 85,7% das empresas têm a pretensão de ampliar no curto prazo as exportações. Em média, a expectativa é de acréscimo de 40% nas exportações, que será direcionado tanto para os mercados em que já atuam como para os países da América do Sul e Central, Ásia, África, Oriente Médio e Estados Unidos.

Esta informação é relevante ao considerar a expectativa de volumes crescentes do excedente de leite no Brasil. Antevendo este fato no mercado interno, as empresas estão se preparando e desenvolvendo ações que lhe permitirão não só ter na exportação um meio de escoar a produção como também de possuírem *expertise* em comércio exterior e estarem aptas à competição internacional.

Em relação às ações que estão sendo desenvolvidas pelas empresas para alcançar competitividade nas exportações dos produtos lácteos brasileiros, destacam-se os investimentos na construção/compra de novas fábricas, adequação aos padrões internacionais de qualidade, planejamento logístico e pontualidade no cumprimento dos contratos, redução de custos operacionais e investimento em novas tecnologias de produção, ações de marketing e participação em feiras internacionais.

A competitividade é a palavra-chave para as empresas que pretendem ter sucesso nos negócios. Segundo Minervini (2005), ela é o resultado de um confronto com diferentes realidades, concorrência, enfim, diferentes exigências. Nesse sentido, a competitividade no mercado internacional, em particular a dos produtos lácteos, está atrelada a um conjunto de fatores internos (custos de produção, escala, capacitação tecnológica etc.) e externos (subsídios, tarifas, barreiras sanitárias etc.) que as empresas necessitam conhecer e superar para desenvolver um padrão competitivo internacional. Os fatores considerados estratégicos à exportação nas

empresas entrevistadas foram enumerados de 1 (sem importância) a 5 (muito importante) e estão descritos na Tabela 27.

Tabela 27. Fatores estratégicos à competitividade no mercado internacional.

Fatores estratégicos	Valor médio	Desvio-padrão
1. Cumprimento dos prazos de entrega dos produtos	4,67	0,52
2. Baixos custos para transporte	3,50	1,05
3. Qualidade dos produtos (certificação de qualidade)	4,57	0,53
4. Preço de venda	4,71	0,49
5. Baixos custos de produção	4,67	0,52
6. Disponibilidade de crédito	3,20	1,48
7. Flexibilidade nas relações com os clientes	3,71	0,76
8. Facilidades nos canais de distribuição	3,50	1,52

Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com os resultados obtidos, observa-se que as empresas entrevistadas consideraram como fatores estratégicos muito importantes o preço de venda dos produtos, o cumprimento dos prazos de entrega dos produtos e os baixos custos de produção. Nesse sentido, é oportuno destacar que o preço de venda dos produtos por estar atrelado aos custos de produção imprime um caráter estratégico à gestão destes fatores e ao uso de políticas internas que visem a minimizá-los. Tal fato corrobora o resultado obtido quanto à dificuldade com o preço não competitivo do produto brasileiro após iniciadas as exportações (Tabela 26). O cumprimento dos prazos de entrega num mercado internacional é fator essencial para a renovação de contratos e ampliação das vendas. Assim, é possível dizer que a disponibilidade de produtos *per si* não é suficiente se os preços do produto não são competitivos a nível internacional e as empresas não desenvolverem um planejamento estratégico, ferramenta essencial que prepara as empresas para trabalhar com as variáveis do mercado externo, a fim de que possam amenizar as dificuldades provenientes deste mesmo mercado.

Ao considerar os fatores responsáveis pelo sucesso nas exportações das empresas, Tabela 28, observa-se que ofertar produto de qualidade com preço competitivo e possuir pessoal qualificado na área de comércio exterior, com conhecimento de mercado e capacidade de negociação, foram os fatores que mais se destacaram com valores médios de 4,83 e 4,67 e desvios padrão de 0,41 e 0,52,

respectivamente. Estes resultados indicam o quão importante são esses fatores para a obtenção de êxito na exportação, e o baixo valor do desvio padrão indica a reduzida variabilidade das respostas.

Tabela 28. Fatores determinantes do sucesso nas exportações

Principais fatores	Valor médio	Desvio-padrão
1. Estratégia de marketing	3,60	1,52
2. Acesso a novas tecnologias	2,40	1,14
3. Conhecimento da conjuntura econômica	4,00	1,10
4. Disponibilidade de produto	4,50	0,84
5. Produto de qualidade com preço competitivo	4,83	0,41
6. Possuir pessoal qualificado na área de comércio exterior, com conhecimento de mercado e capacidade de negociação	4,67	0,52

Fonte: Resultados da pesquisa.

Segundo os entrevistados os fatores que atualmente mais interferem na exportação dos produtos lácteos brasileiros, Tabela 29, são o câmbio e a qualidade dos produtos. A instabilidade econômica internacional torna o câmbio altamente oscilante, causando um temor quanto à realização de exportações em contratos de longo prazo, sobretudo nas empresas menos capacitadas para este processo. A qualidade dos produtos, por meio de certificações, também é requisito para a venda, mesmo nos países menos desenvolvidos, e, portanto, deve ser desenvolvida a fim de atender aos mercados já estabelecidos e abrir novos mercados.

Tabela 29. Fatores que interferem na exportação dos produtos lácteos brasileiros.

Principais fatores	Valor médio	Desvio-padrão
1. Qualidade dos produtos (certificações)	4,43	0,53
2. Custo do produto	4,29	1,50
3. Câmbio	4,57	1,13
4. Disponibilidade de produtos	4,29	0,76
5. Barreiras tarifárias	3,33	1,63
6. Barreiras técnicas	4,00	1,41

Fonte: Resultados da pesquisa.

Na abertura de novos mercados, as empresas destacaram as ações prioritárias no aumento desta participação (Tabela 30). A modernização/ampliação do parque industrial e a melhoria da qualidade da matéria-prima são ações importantes que as empresas estão desenvolvendo visando a mercados mais exigentes e competitivos,

como Estados Unidos, Rússia, Oriente Médio e países da América Latina, como o México.

Tabela 30. Ações prioritárias das empresas para aumentar a participação no mercado internacional.

Principais ações	Valor médio	Desvio-padrão
1. Modernização/ampliação do parque industrial	4,50	1,00
2. Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento	3,50	1,29
3. Melhoria da qualidade da matéria-prima	4,00	2,00
4. Aumento da captação de leite – disponibilidade de leite	3,50	1,00
5. Certificação da qualidade	3,00	1,63
6. Práticas administrativas mais eficientes	2,75	0,96

Fonte: Resultados da pesquisa.

Deste modo, o desenvolvimento de pesquisas em parceria com Universidades e Centros de Pesquisa é uma alternativa utilizada por 71,4% das empresas, que, por meio de interação com estas instituições, têm a possibilidade de desenvolver novos ingredientes e produtos, embalagens, processos industriais e capacitação que atendam às especificidades do mercado internacional. As principais instituições parceiras das empresas entrevistadas são: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto de Laticínios Cândido Tostes (ILCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), escolas agrotécnicas federais e faculdades particulares.

Quanto à avaliação da experiência exportadora, 57,1% das empresas a classificaram como ótima, 35,7% a classificaram como boa e 7,2% como ruim. Ressalta-se que 92,8% das empresas consideraram a exportação positiva e que as empresas que a consideraram ruim foram aquelas que enfrentaram muitas barreiras como entrantes nesse mercado.

Em relação às políticas de estímulos que poderiam ser adotadas pelo governo a fim de expandir as exportações de produtos lácteos brasileiros, foram citadas o incentivo à produção, o estabelecimento de acordos sanitários em mercados ainda restritos, melhorias na estrutura do Sistema de Inspeção Federal (SIF) do Mapa, maior ação do Mapa na agilização dos processos de registro de produtos e nas

campanhas de erradicação da febre aftosa, investimento em missões comerciais, infra-estrutura e redução da tributação.

4.5.3 Barreiras técnicas e sanitárias

Na Tabela 31 são apresentadas as principais barreiras não-tarifárias (BNTs) que incidem sobre as exportações dos produtos lácteos brasileiros das empresas entrevistadas. As BNTs foram ordenadas de acordo com o grau de importância para a comercialização dos produtos exportados. Deste modo, as BNTs que afetam as importações por meio de normas e regulamentos técnicos e sanitários discriminatórios, não transparentes, exigência de procedimentos excessivos e morosos, constituem os entraves mais importantes às exportações de produtos lácteos. O valor médio obtido corresponde a 5,0 e o desvio padrão 0, ou seja, as empresas foram unânimes em afirmar ser esta a principal BNT enfrentada e o quão importante é esta barreira para o setor. Outras barreiras consideradas importantes foram licenças prévias de importação, ou autorização antecipadas, e os requisitos de inspeção e testes. Estas barreiras também contribuem para que o processo de exportação seja mais lento e burocrático.

Tabela 31. Importância das BNTs na exportação de produtos lácteos.

Principais BNTs	Valor médio	Desvio-padrão
1. Cotas	3,20	1,48
2. Acordos voluntários de restrição às exportações	3,75	1,89
3. Licenças prévias de importação	4,50	1,00
4. Procedimentos alfandegários - construção de preços diferentes dos declarados para efeito de cobrança de tarifas, documentação, inspeção e práticas correlatas que podem inibir ou impedir o comércio	2,50	1,73
5. Medidas antidumping e compensatórias	3,75	0,96
6. Barreiras técnicas - normas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários de vigilância animal	5,00	0,00
7. Requisitos de inspeção e testes	4,25	0,96

Fonte: Resultados da pesquisa.

Na seqüência dos questionamentos feitos às empresas, tornou-se necessário obter uma classificação prévia das normas com o objetivo de alcançar uma maior

eficiência nas respostas. Desta forma, com relação às normas e aos procedimentos técnicos definidos pelos países/blocos, fez-se a classificação a seguir:

- Normas e regulamentos inexistentes no Brasil.
- Normas e regulamentos diferentes dos adotados pelas empresas brasileiras.
- Normas e regulamentos definidos pelos países importadores e não harmonizados internacionalmente.

Dentro das barreiras técnicas e sanitárias, 85,7% das empresas entrevistadas enfrentam as exigências de normas e/ou regulamentos técnicos definidos pelos países de destino para os produtos lácteos exportados. Em relação aos países e ou blocos em que estas normas/regulamentos são exigidas, destacam-se Argélia, Nigéria, África do Sul, Marrocos, México, Estados Unidos e Chile. Normas e regulamentos inexistentes no Brasil perfazem 57,1% das requisições, sendo exigidas análises de radioatividade, dioxina, certificado sanitário e avaliações específicas. Normas e regulamentos técnicos diferentes dos adotados pelas empresas brasileiras totalizaram 42,9% das requisições e normas/regulamentos definidos pelos países importadores e não harmonizados internacionalmente, estando presentes em 14,3% das requisições.

Existem situações nas quais as normas técnicas podem ser caracterizadas como barreiras às exportações. Sendo assim, as empresas relataram os principais fatores que incidem sobre os produtos lácteos exportados, enumerados de 1 (sem importância) a 5 (muito importante) em ordem de significância (Tabela 32).

Tabela 32. Fatores que incidem sobre os produtos lácteos exportados pelas empresas entrevistadas.

Fatores	Valor médio	Desvio-padrão
1. Imposição de padrões tecnológicos e culturais incompatíveis com o do país exportador, o que implica alterações importantes no processo produtivo, levando a custos sem justificativa técnica.	3,20	1,48
2. Discriminação de produtos importados.	1,50	1,00
3. Discriminação do uso de insumos, especialmente agrícolas, sob alegação, não comprovada, de danos à saúde e ao meio ambiente.	3,50	1,73
4. Falta de divulgação clara sobre as exigências técnicas.	3,75	1,89
5. Discriminação entre fornecedores.	2,00	1,15
6. Falta de comprovação científica para respaldar as medidas.	3,75	1,89

Fonte: Resultados da pesquisa.

A falta de divulgação clara sobre as exigências técnicas e a falta de comprovação científica para respaldar as medidas adotadas pelos países importadores foram considerados importantes, ou seja, de maior incidência nas exportações das empresas.

Entre os países/blocos mais exigentes quanto às normas e padrões técnicos e sanitários, destaca-se a União Européia considerada por todas as empresas entrevistadas o bloco mais exigente, seguida pelos Estados Unidos e México (Tabela 33).

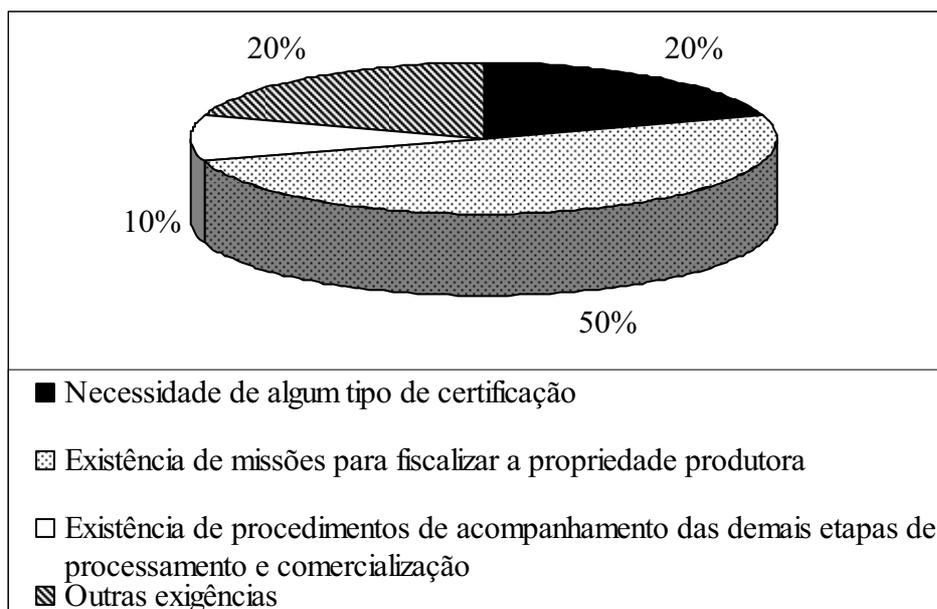
Tabela 33. Exigência de normas técnicas e sanitárias.

Países/blocos	Valor médio	Desvio-padrão
1. Mercosul	2,50	0,58
2. América Central	2,80	0,84
3. México	4,00	0,82
4. Estados Unidos	4,17	0,98
5. União Européia	5,00	0,00
6. Ásia	2,75	0,50

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação ao grau de dificuldade encontrado para a adoção destas normas/regulamento técnicos e sanitários, as empresas ressaltaram a dificuldade em alcançar as exigências de qualidade da matéria-prima e em realizar o investimento para adequação das propriedades rurais.

Quanto à especificação das exigências para exportação dos produtos lácteos, solicitada pelos países importadores, Figura 17, destaca-se com 50% a existência de missões para fiscalizar a propriedade produtora.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 17. Exigências dos países importadores.

As exportações dos produtos lácteos em 57,14% das empresas estão submetidas a algum processo externo de demonstração de conformidade, com a realização de análises microbiológicas e físico-químicas e amostragem.

No cenário atual de necessidade de aumento contínuo das exportações, a existência de dificuldades no cumprimento de normas e/ou regulamentos técnicos exigidos constitui, para as empresas, uma das causas do insucesso exportador. Nesses casos, o custo da adequação é um fator muito importante. Processos de demonstração da conformidade aparecem, por sua vez, como uma das causas deste insucesso (CNI, 2008).

As barreiras técnicas, incluindo as sanitárias, e as exigências de demonstração de conformidade são fatores que influenciam na competitividade de 85,71% das empresas entrevistadas. Em 42,85% das empresas, ocorreu perda de contratos pela impossibilidade de cumprir padrões técnico-sanitários exigidos principalmente pelo México, Rússia, Iraque e Egito. A interrupção parcial das exportações para o México, Nigéria, Argélia e Estados Unidos ocorreu em 28,57% das empresas, e a interrupção definitiva das exportações ocorreu em 14,28% das empresas em decorrência das exigências do México.

Os laticínios relataram, adicionalmente, que as questões técnicas e sanitárias afetam as exportações de modo significativo. Assim como no setor de carnes, o embargo aos produtos lácteos brasileiros nos mercados mais exigentes, como o

européu, se deve entre outros problemas aos de origem sanitária como a ocorrência de focos de febre aftosa no Brasil. As empresas ressaltaram então que todas estas barreiras influenciam a competitividade externa dos produtos lácteos brasileiros.

4.5.4 Mudanças realizadas para adequação às exigências externas

Quanto às solicitações de mudanças realizadas pelas empresas a fim de superar as barreiras técnicas e sanitárias enfrentadas na exportação de produtos lácteos, 28,6% das empresas disseram que nunca realizaram nenhuma solicitação, 28,6% das empresas fizeram solicitação às autoridades brasileiras e 57,1% fizeram solicitação tanto às autoridades brasileiras como também às autoridades do país que impõe a restrição.

As mudanças nos produtos, nos processos e na comercialização em decorrência das barreiras técnicas e sanitárias ocorreram em 71,4% das empresas. Nestas empresas, as adequações solicitadas devidas às BNTs foram enumeradas de 1 (sem importância) a 5 (muito importante) em ordem de significância e estão descritas na Tabela 34. De acordo com os resultados, todas as solicitações de mudanças representam algum grau de importância, sendo de maior relevância a inspeção das plantas industriais por parte do país comprador e a necessidade de realização de padronização, testes e certificações com valores médios de 4,80 e 4,75 e desvios padrão de 0,45 e 0,50, respectivamente. Como importantes, destacam-se a necessidade de mudança nas especificações do produto e a adaptação às normas técnicas do país de destino das exportações.

Tabela 34. Adequações solicitadas pelos importadores.

Solicitações	Valor médio	Desvio-padrão
1. Mudanças nos processos de produção	2,50	1,29
2. Mudanças na especificação dos produtos	4,00	1,41
3. Adaptação às normas técnicas do país de destino das exportações	3,25	1,71
4. Padronização, testes e certificações	4,75	0,50
5. Inspeção das plantas industriais por parte do país comprador	4,80	0,45

Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com o levantamento realizado, os investimentos necessários para adequar os produtos lácteos brasileiros às exigências dos mercados importadores são apresentados na Tabela 35. O maior investimento realizado pelas empresas foi com a ampliação do parque industrial e aquisição de novos equipamentos. Tal fato vinculase às solicitações apresentadas na Tabela 9 e na Figura 3, em especial a inspeção das plantas industriais realizada pelos países importadores. O desenvolvimento de produtos e de embalagens também apresentou investimentos moderados por parte das empresas.

Tabela 35. Investimentos realizados pelas empresas em atendimento às exigências dos importadores.

Principais investimentos	Valor médio	Desvio-padrão
1. Desenvolvimento de produtos	3,50	1,52
2. Ampliação do parque industrial e aquisição de novos equipamentos	4,25	1,34
3. Desenvolvimento/adequação de embalagens	3,50	1,30
4. Contratação de mão-de-obra qualificada	2,00	1,67
5. Consultorias técnicas	2,25	1,14
6. Capacitação e treinamento dos funcionários	2,75	0,71

Fonte: Resultados da pesquisa.

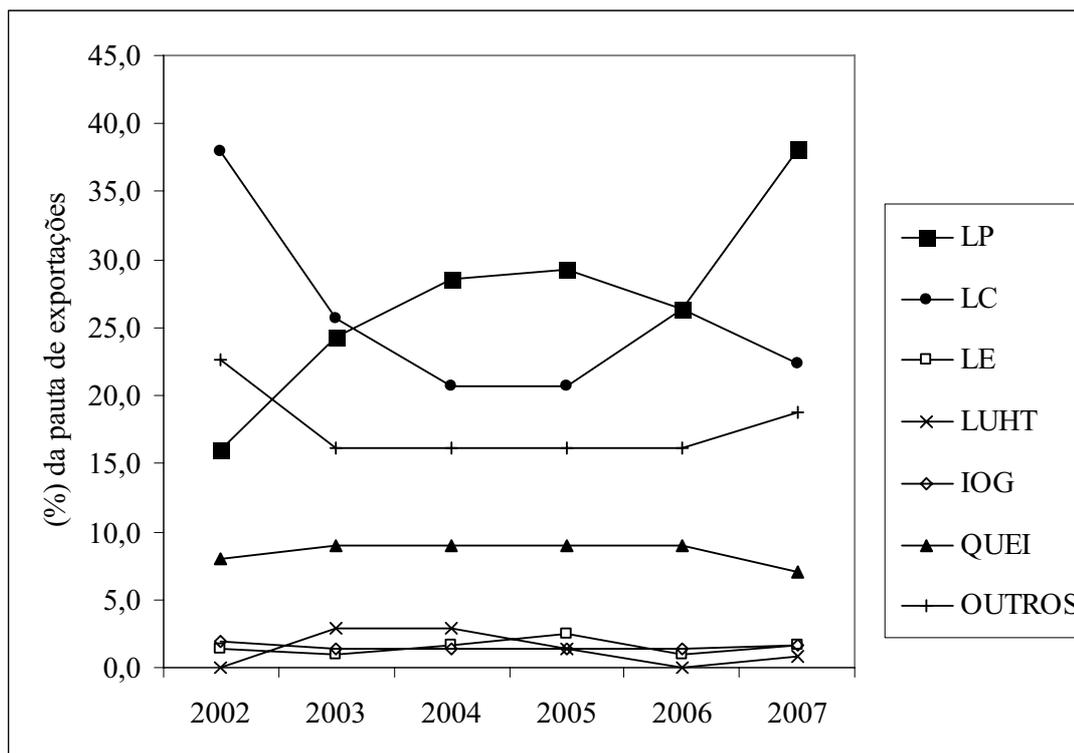
Segundo Minervini (2005), para concorrer no mercado internacional, deve-se criar na empresa condições de competir, preocupando-se em transferir o produto da forma mais competitiva possível (cuidar da logística, da embalagem, dos aspectos legislativos etc.) e gerenciar os mercados (isto é, selecionar os mercados, os parceiros, a modalidade de entrada, a comunicação, a política de distribuição, etc.).

O cumprimento das normas e padrões de qualidade é requisito exigido pela maioria dos países importadores. Todas as empresas entrevistadas já implantaram as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). A norma ISO 9.000 está implantada em 35,7% das empresas, e a ISO 22.000 está em processo de auditoria em 28,6% delas.

4.5.5 Levantamento dos eventos e períodos significativos

Quanto aos acontecimentos externos que afetaram as exportações de produtos lácteos brasileiros e sua influência nas exportações, 28,6% das empresas que estavam exportando neste período afirmaram que a Implementação do Acordo Sanitário e Fitossanitário (SPS) e do Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT) facilitaram a abertura do mercado e para 71,4% das empresas estes acordos não influenciaram em suas exportações. O Plano Real foi apontado por 57,1% das empresas como desfavorável às exportações, devido à elevação da renda e ao estímulo ao consumo interno. Quanto ao câmbio, momentos em que ocorre a desvalorização do Real representam aumento nas exportações e competitividade dos custos de produção brasileiros, enquanto os momentos de valorização do Real representaram aumento das importações, perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional e conseqüente diminuição das exportações.

A evolução da pauta de exportações nas empresas entrevistadas é apresentada na Figura 18. Observa-se que o leite em pó (LP) foi o produto que a partir de 2003 representou mais de 35% da pauta de exportações das empresas entrevistadas. Em 2002, o leite em pó representou 16% da pauta de exportações das empresas entrevistadas e em 2007 já era responsável por 38%, com média de 28% no período. O leite em pó integral foi responsável por 83% deste valor. Com o leite condensado (LC), o movimento de exportação se caracterizou de forma inversa ao que aconteceu com o leite em pó. Em 2002, o leite condensado foi responsável por 38% da pauta de exportações e em 2007 este valor estava em 22,4%, com média no período de 25,7%. O leite em pó integral e o leite condensado responderam em 2007 por 60,5% da pauta de exportações das empresas entrevistadas. Os queijos (QUEI) mantiveram a regularidade na participação da pauta de exportações no período analisado, sendo em média responsáveis por 8,5% desta pauta. Dentre outros produtos (OUTROS), estão o creme de leite, a manteiga e o doce de leite que responderam em média por 17,7% da pauta de exportações. O leite evaporado (LE), o iogurte (IOG) e o leite UHT (LUHT) foram juntos responsáveis por uma média de 4,4% na pauta de exportações das empresas.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 18. Evolução da pauta de exportações.

4.5.6 Perspectivas para o setor lácteo brasileiro

Quando questionadas sobre os impactos que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terá no aumento da exportação de lácteos brasileiros, 42,9% das empresas acreditam que o PAC não terá nenhuma influência no aumento das exportações, 28,6% esperam diminuição de impostos, 28,6% aguardam melhorias na infra-estrutura e 42,9% disseram que haverá facilidades para construção de novas unidades industriais.

Na atual conjuntura, 85,7% das empresas acreditam que haverá num prazo de 5 anos um excedente de leite no Brasil, numa estimativa média de 16,3%, o que representa aproximadamente 4 bilhões de litros de leite. Em todas as empresas, este leite será direcionado à produção de leite em pó e em 21,4% das empresas na produção de leite condensado. Os mercados de destino destes produtos serão os países da América Latina, Ásia, África e Oriente Médio.

Nesse ponto, é oportuno destacar que os investimentos, principalmente na construção de novas plantas industriais e equipamentos, já estão sendo realizados

para que este volume de leite, em excesso no mercado brasileiro, seja processado, a princípio em produtos considerados *commodities*, como o leite em pó. Tais medidas visam uma maior inserção do Brasil no comércio internacional de produtos lácteos.

Quanto às expectativas das empresas em relação aos aspectos mercadológicos para os próximos 5 anos, Tabela 36, observam-se perspectivas positivas para todos os aspectos considerados, e mesmo os preços no mercado internacional, que estão suscetíveis a oscilações, obtiveram de 50% das empresas perspectivas positivas e de 42,9% perspectivas negativas para os próximos 5 anos.

Tabela 36. Expectativas mercadológicas para os próximos 5 anos.

Perspectivas	Positiva	Estabilidade	Negativa
Pauta de exportações	71,4	28,6	0,0
Quantidade exportada	85,7	14,3	0,0
Preço no mercado internacional	50,0	7,1	42,9
Número de empresas exportando	64,2	17,9	17,9
Qualidade dos produtos	92,9	7,1	0,0
Quantidade de leite captado	92,9	7,1	0,0
Construção de novas unidades	85,7	14,3	0,0

Fonte: Resultados da pesquisa.

Na visão das empresas, a qualidade dos produtos e a quantidade de leite captado tendem a melhorar nos próximos anos. Tal posição justifica-se pelo fato de as exigências tanto internas quanto externas se pautarem nestes dois aspectos. A qualidade é entrave na abertura de novos mercados, e a quantidade de leite captada deve ser ampliada para que se alcancem, além da escala de produção, regularidade e disponibilidade de produto para o comércio exterior. Assim, a construção de novas unidades se mostra necessária e foi apontada como positiva por 85,7% das empresas.

Em relação à quantidade exportada, 85,7% das empresas a consideraram positiva evidenciando os planos quanto à ampliação das exportações. Já o número de empresas exportando, embora seja considerado positivo por 64,2% das empresas, 17,9% acreditam que haverá diminuição neste contingente devido, sobretudo, à falta de capacitação das empresas para o comércio exterior.

4.6 CONCLUSÃO

O setor lácteo brasileiro experimenta um processo de crescimento, modernização e ampliação das exportações. A importância em analisar a evolução das exportações está atrelada à magnitude que se espera do excedente de leite no Brasil e seus reflexos em toda a cadeia do leite, com a possível retração da produção e perda de competitividade das empresas que atuam no setor, caso alternativas de escoamento deste produto não sejam adotadas.

Nos últimos quatro anos, a exportação brasileira de produtos lácteos vem se fortalecendo e mesmo num cenário econômico internacional conturbado, de mercado concentrado, de condições climáticas adversas, a demanda por produtos lácteos no mundo é crescente. Neste contexto, o Brasil é apontado como grande *player* para os próximos anos, contudo o despreparo e o desconhecimento dos mecanismos de funcionamento do comércio exterior podem comprometer o futuro do setor, em razão das limitações gerenciais das empresas e dos fatores que atualmente mais interferem na exportação dos produtos lácteos brasileiros: as barreiras técnicas e sanitárias, o câmbio e a qualidade dos produtos.

As políticas de proteção existentes no comércio internacional, como as barreiras técnicas e sanitárias, são utilizadas por vários países para dificultar o acesso aos mercados e tornam a atividade de exportar mais difícil e demandante de maior conhecimento por parte das empresas. Nesse contexto, estudos relativos aos entraves e o conhecimento do mercado externo, dados o potencial e a tendência de intensificação das exportações do setor lácteo brasileiro, se justificam à medida que as exportações tendem a aumentar e representar maiores percentuais no faturamento total das empresas do setor.

Para as empresas exportadoras de médio e grande porte, analisadas neste estudo, as políticas de incentivo ao produtor rural, tanto pelo pagamento diferenciado no preço do leite (bonificação), como pela assistência técnica e fidelização constituem o alicerce para alcançar a produtividade e a qualidade exigidas do Brasil. Nesse sentido, ficou identificado que o valor do produto final se inicia com o produtor rural, na qualidade da matéria-prima.

Outro fator a considerar nesta análise é a disponibilidade de produto que foi e continuará sendo determinante na atividade exportadora, principalmente com o

crescimento da produção brasileira de leite, superior à demanda interna. Entretanto, o processo de exportação no setor lácteo, assim como nos demais setores do agronegócio brasileiro, possui uma função que vai além do escoamento do excedente de produção e o aumento do faturamento da empresa, pois permite o contato das empresas brasileiras com outras culturas e empresas, proporciona constante aperfeiçoamento e inovação em produtos e processos, insere a empresa num cenário global de negócios e confere reconhecimento, pois uma empresa exportadora possui mais credibilidade e confiança por parte dos consumidores, inclusive no mercado interno. A exportação conduz à competitividade ao exigir maior qualidade.

No caso de empresas com menos *expertise* em comércio exterior, realizar a exportação por meio de *tradings* é uma alternativa em que as empresas do setor lácteo, que não possuem estrutura própria de exportação, vêm obtendo êxito.

Os mercados de destino dos produtos lácteos brasileiros, embora se concentrem em países da África, América do Sul, despontam novas oportunidades em prospecção nos países do Oriente Médio, América do Norte e Ásia.

Quanto à pauta de exportação, embora o leite em pó seja o principal produto comercializado externamente, a tendência de diversificação na pauta de exportação é uma alternativa que possibilita maiores ganhos, com produtos de maior valor agregado, como o leite condensado, queijos, iogurte e sobremesas lácteas. Dentro de suas realidades, as empresas devem se adaptar e criar linhas de produtos específicas para exportação, bem como identificar produtos e bacias leiteiras viáveis, para esta finalidade.

Dentre as dificuldades enfrentadas após iniciadas as atividades de exportação, ressalta-se além das barreiras sanitárias, o preço não competitivo do produto brasileiro. Apesar disso, ações estão sendo desenvolvidas para alcançar competitividade nas exportações por meio de altos investimentos na construção/compra de novas fábricas e adequação aos padrões internacionais de qualidade. A expectativa das empresas de ampliação das exportações em 40% para os próximos anos pode ser considerada otimista para todo o setor e demonstra ser irreversível, o que pode ser evidenciado nos superávits sucessivos da balança comercial.

Estratégias com ênfase nos baixos custos de produção, no cumprimento dos prazos de entrega e no preço de venda competitivo dos produtos podem aperfeiçoar o

processo de exportação e alavancar as vendas de produtos lácteos brasileiros no mercado internacional.

Assim, a empresa que ingressa no comércio internacional precisa considerá-lo um potencial mercado comprador e não apenas mais uma oportunidade. Deve haver continuidade no fornecimento independentemente do preço, pois eventuais interrupções podem significar perda de mercados e de anos de trabalho na construção da imagem da empresa e do país.

Os resultados obtidos demonstraram que a exportação é avaliada como uma alternativa promissora pelas empresas exportadoras e que estas vislumbram crescimento e perspectivas positivas, o que corrobora a premissa desenvolvida ao longo deste trabalho. No entanto, uma política dinâmica de promoção às exportações deve ser trabalhada em toda a cadeia, começando pelo produtor rural, por meio da capacitação tecnológica e redução dos custos de produção, atendimento aos requisitos sanitários internacionais, melhoria da qualidade do leite e diferenciação dos produtos brasileiros. Indústria e governo têm que desenvolver uma participação mais ativa neste processo, a fim de romper os gargalos que impedem a entrada dos produtos lácteos brasileiros em novos mercados, visto que as barreiras técnicas tenderão a tornar-se mais fortes. Nessas circunstâncias, o setor lácteo brasileiro deve adotar estratégias que estimulem a competitividade das empresas e seja capaz de criar e fortalecer os mecanismos necessários para enfrentar as barreiras existentes no comércio internacional.

4.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGRAFNP, **The Brazilian Dairy Industry**. Disponível em: <http://www.fnp.com.br/>
- Acesso em: 30/09/2008

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Editora UFMG, BH, 1999, 519 p.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO -MAPA **Exportação do Agronegócio Brasileiro – Total**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu_lateral/agricultura_pecuaria/relacoes_internacionais/promocoes_internacionais/indicadores_agronegocio/exp%20-%20principais%20produtos%20-%20jan-ago-2008.xls Acesso em: 07/10/2008.

CARVALHO, M. P. **O capital descobriu o leite**. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/?noticiaID=44448&actA=7&areaID=50&secaoID=124>
Acesso em: 12/05/2008.

_____. **A bolha estourou**. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br>
Acesso em: 30/07/2008.

_____. **Motivos e padrões para aquisições no setor de lácteos**. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br> Acesso em: 28/06/2008.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/ESALQ/USP). **Boletim do leite**. Ano 14 - Nº169 - Agosto de 2008.

CHURCHILL Jr., G. A. **Marketing research: methodological foundations**. Sixth Edition. Orlando: Dryden Press, 1995.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Exportação de leite cresce e amplia lucro do produtor**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=73&NSN=677>. Acesso em 21/08/2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, CNI, Apresentação. Disponível em: http://www.normalizacao.cni.org.br/f_index.htm Acesso em 12/10/2008.

FAO (Food and Agricultural Organization). **FAOSTAT database**. Disponível em: <http://faostat.fao.org/faostat>. Acesso em: 15/09/2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, J. S. Competitividade da agricultura no mercado mundial globalizado: as idéias de Porter e a realidade de iniquidades. **Revista Informações Econômicas**, v. 33, n. 7, p. 15-36, jul. 2003.

KRUGMAN, P. R. OBSTFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e política**. Trad. Celina Martins Ramalho Laranjeira. Makron Books, 5ed., 1999.

LUNA, E. P. **Essencial do Comércio Exterior de A a Z**. 2ªed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 720 p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, v. 1, 1999.

MESQUITA, A. J. **Experiências da exportação do leite brasileiro e suas perspectivas**. I Seminário Removendo obstáculos para o crescimento das exportações de lácteos do Brasil. Associação Leite Brasil, agosto 2003.

MILKNET; **Rabobank prevê cenário favorável aos laticínios do Brasil** Disponível em: <http://www.milknet.com.br/?pg=noticia&local=1&id=7568> Acesso em: 07/10/2008.

MILKPOINT, Giro Lácteo; MG: **Exportações de lácteos crescem no 1º semestre**. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br> acesso em 12/08/2008.

MINERVINI, Nicola. **O Exportador**. Trad. Patrizia Minervini. 4ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC/SECEX). **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comext/secex> - Acesso em 05/12/2006, 14/01/2007 e 23/06/2008.

MIRANDA, S. H. G. **Quantificação dos efeitos das barreiras não-tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina**. 2001. 233 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”, Piracicaba, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: ago. 2007.

NOGUEIRA, M. P. **Preço do leite cai mais que o esperado**. Disponível em: <http://www.scotconsultoria.com.br/index.asp?idT=6545> Acesso em: 02/09/2008.

PEREIRA, P. C.; SILVA, O. M.; SOARES, C. F.; BUENO, B. M. Barreiras não-tarifárias às exportações de produtos lácteos brasileiros. **Anais do 25º Congresso Nacional de Laticínios**, Instituto de Laticínios Candido Tostes (ILCT), p. 1-9, 2008.

PEREZ, L. H.; SILVA, R. O. P. Exportações de Produtos Lácteos: um negócio de futuro. **Análises e indicadores do agronegócio**. v.2, n.11, novembro 2007.

PERIN, M. G.; SAMPAIO, C. H.; FROEMMING, L. M. S.; LUCE, F. B. A Pesquisa Survey em Artigos de Marketing nos ENANPADs da Década de 90. **RIMAR - Revista Interdisciplinar de Marketing**, v.1, n.1, p. 44-59, Jan./Abr. 2002.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. Survey research methodology in management informations systems> an assessment. **Journal of Management Information Systems**. Armonk, v. 10, n. 2, p. 75, 1993.

THORSTENSEN, V. **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a rodada do milênio**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1999. 517 p.

CONCLUSÕES GERAIS

O processo de abertura econômica iniciado na década de 1990 expôs o setor lácteo brasileiro à competição internacional. Ao longo da última década, várias mudanças ocorreram no setor, que passou por um intenso processo de reestruturação que ainda está em curso, devido à necessidade de aumentar a competitividade para ingressar no mercado global.

Após muitos anos de saldo negativo na balança comercial de produtos lácteos, os laticínios brasileiros buscam novas oportunidades de negócios no mercado internacional, substituindo as importações e participando mais ativamente deste mercado, agora como exportadores. No entanto, muitos são os desafios dessas empresas ao competir no mercado internacional. Assim, a falta de tradição do país neste mercado pode comprometer os resultados, apesar do potencial produtivo do setor lácteo brasileiro e das vantagens comparativas que possui em relação a outros países produtores e tradicionalmente exportadores.

A importância deste trabalho se justifica na realidade do excesso de leite no mercado brasileiro e nas conseqüências que a falta de escoamento do produto ocasionará em toda a cadeia do leite. Os primeiros reflexos já despontam com os baixos preços do leite ao produtor, numa época em que os custos de produção são crescentes e como conseqüência poderá ocasionar retração da produção e perda de competitividade das empresas que atuam no setor, caso alternativas de comercialização destes produtos não sejam adotadas.

O Brasil é apontado, para os próximos anos, o grande *player* no fornecimento de produtos lácteos, contudo, o despreparo e o desconhecimento dos mecanismos que envolvem o comércio exterior podem afetar o futuro do setor, em razão de limitações gerenciais das empresas e dos fatores que atualmente mais interferem na exportação dos produtos lácteos brasileiros: as barreiras técnicas e sanitárias, o câmbio e a qualidade dos produtos.

Muitas são as indagações que vêm exigindo dos pesquisadores uma resposta à seguinte questão: a exportação é uma alternativa de comercialização viável para o escoamento do excedente de leite? O que se encontra na realidade são conjecturas de um futuro promissor, no entanto, as respostas ainda são vagas uma vez que esse assunto envolve uma série de fatores de natureza complexa.

Nos resultados da caracterização e evolução da produção/produktividade de leite no Brasil, observou-se um crescimento da produção e da produtividade nas regiões brasileiras, Centro-Oeste e Sul, e ao mesmo tempo um deslocamento dos investimentos na construção de novas unidades industriais mais concentrados nestas duas regiões, embora a maior produção se concentre na região Sudeste. Quanto à produção mundial de leite, a maioria dos continentes apresentou crescimento, com destaque para os países da Ásia, Oceania e América do Sul, possíveis pólos da produção mundial de lácteos.

Na avaliação do desempenho do setor, os resultados dos indicadores analisados por meio do efeito comércio mundial, efeito destino das exportações e efeito competitividade, e a vantagem comparativa revelada dos produtos lácteos que compõem a pauta de exportação brasileira, frente aos comercializados no mercado internacional, apontaram que o comércio dos produtos lácteos brasileiros:

- De 1996 a 1999, era praticamente inexistente, devido à falta de competitividade dos produtos no mercado internacional, em virtude dos elevados custos de produção e da baixa produção e produtividade no campo.
- De 2000 a 2002, passou a ter um maior dinamismo, devido ao ganho de competitividade do setor, que apresentou taxa de crescimento superior ao das exportações mundiais, mas o mercado de destino estagnado apontava a necessidade de prospecção de novos mercados para ampliação das exportações.
- De 2003 a 2006, obteve resultados satisfatórios, pois todos os efeitos contribuíram para o bom desempenho das exportações brasileiras de lácteos neste período, sobretudo a competitividade.

Dos produtos lácteos que compõem a pauta de exportações brasileira, o único a apresentar vantagem comparativa internacional e a ampliar sua participação nos negócios internacionais foi o leite condensado. Os demais produtos apresentaram um padrão de especialização inferior ao encontrado no mercado internacional.

É oportuno ressaltar que a evolução da participação do Brasil no comércio mundial de produtos lácteos tem sido positiva e ascendente. Todavia, a ampliação da competitividade e o rompimento das barreiras de entrada no mercado internacional dependerão cada vez mais da articulação entre todos os elos que compõem o setor lácteo brasileiro.

Considerando as barreiras ao comércio de produtos lácteos, verificou-se um maior número de notificações pelas Medidas do Acordo Sanitário e Fitossanitário

(SPS) e pelo Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT), evidenciando a preocupação com a sanidade e a segurança dos alimentos para o atendimento às normas internacionais de qualidade, procedimentos de avaliação de conformidade, certificação de origem, resíduos, rastreabilidade, embalagens e aditivos.

Os Estados Unidos e o Japão se destacaram como os principais países notificadores aos requerimentos dos Acordos SPS e TBT, seguidos pelo Canadá e Argentina. Os objetivos que motivaram as notificações foram a segurança dos alimentos e a proteção à vida humana e animal. Contudo, a inexistência de padrões e recomendações, apontadas na maioria das notificações, para tais exigências, dificulta a harmonização entre os países, criando assim obstáculos ao comércio.

Em relação aos efeitos das barreiras não-tarifárias à pauta de exportações do setor lácteo brasileiro, duas considerações são relevantes: na primeira constatou-se que as barreiras não-tarifárias reduzem o valor das exportações dos produtos lácteos brasileiros, e em alguns países essas medidas funcionam como protecionismo; e na segunda, que as barreiras não-tarifárias estão incidindo em produtos de maior valor agregado, como queijos e requeijão, manteiga e *butter oil*, iogurtes e leites fermentados. Embora, na pauta de exportação de produtos lácteos brasileiros estes produtos sejam menos representativos em termos de valor (14%) se comparados aos demais produtos, é possível afirmar que, para os demais produtos, em particular o leite em pó, produto com maior volume de exportação, tais barreiras diminuem o valor comercializado.

Ao analisar as barreiras tarifárias, verificou-se que as tarifas aplicadas aos produtos lácteos, em geral, são extremamente elevadas se comparadas às tarifas de outros produtos agropecuários. O mercado é altamente concentrado e dificulta a redução das tarifas, que são um aporte protecionista, particularmente nos países desenvolvidos. Tais políticas comerciais distorcem o comércio internacional, prejudicando novos entrantes, como os países em desenvolvimento.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, no caso brasileiro, a união entre os setores primário e industrial é uma provável estratégia que exerceria maior pressão nas negociações internacionais em busca de redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias. A redução dessas barreiras pode elevar significativamente a receita do setor e, sobretudo, permitir de modo mais igualitário a competição neste mercado.

Na análise das tendências e perspectivas das exportações brasileiras de produtos lácteos junto às empresas produtoras e exportadoras do setor, constatou-se

que a disponibilidade de produto é uma condição decisiva para a atividade exportadora, principalmente com o crescimento da produção brasileira de leite, superior à demanda interna.

Considerando o mercado de destino dos produtos lácteos brasileiros, este se concentra em países da África, América do Sul, e como mercados em prospecção estão os países da Ásia, Oriente Médio e América do Norte. Na pauta de exportação, o leite em pó é o principal produto comercializado externamente, no entanto, a tendência de diversificação na pauta de exportação com produtos de maior valor agregado é uma alternativa apontada pelas empresas, uma vez que possibilita maior lucratividade.

Quanto à identificação das dificuldades após iniciadas as atividades de exportação, ressalta-se, além das barreiras sanitárias, o preço não competitivo do produto brasileiro. Apesar das dificuldades inerentes ao início da exportação, as empresas participantes deste trabalho já adquiriram experiência em comércio internacional, e a expectativa para os próximos anos é de ampliação das exportações em 40%. Este posicionamento pode ser considerado otimista para todo o setor e demonstra ser irreversível.

Dentre as estratégias que possibilitaram o sucesso das empresas na atividade exportadora, destacam-se os baixos custos de produção, o cumprimento dos prazos de entrega e o preço de venda competitivo dos produtos.

Nesse sentido, a exportação foi avaliada pelas empresas produtoras e exportadoras de lácteos como uma alternativa de comercialização promissora, com perspectivas positivas de crescimento. Logo, cabe ao setor e às entidades que o representam, tanto governamentais como não-governamentais, adotar iniciativas que promovam o produto brasileiro no exterior. No entanto, há que se considerar que, embora o mercado externo tenha despontado como uma ótima oportunidade de desenvolvimento para o setor lácteo brasileiro, o mercado interno ainda conta com uma grande capacidade de expansão, que pode ser alcançada por meio do marketing do leite, de campanhas ressaltando o valor nutricional dos produtos lácteos e pelo desenvolvimento de novos produtos.

É importante também reconhecer que o setor lácteo brasileiro necessita desenvolver iniciativas básicas como uma política de preços e incentivos ao produtor, a implantação efetiva de medidas para a melhoria da qualidade do leite, atendendo às normas internacionais no sentido de ganhar credibilidade junto aos

principais mercados importadores, investimento em capacitação/qualificação da mão-de-obra em toda a cadeia e inovação tecnológica dos processos de produção, entre outras iniciativas. Tais medidas permitirão um crescimento de forma sustentável das exportações brasileiras no longo prazo, permitindo ao setor lácteo brasileiro maior inserção e competitividade no mercado internacional.

ANEXO I

O presente anexo apresenta algumas notificações referentes ao Acordo SPS e ao Acordo TBT, seguidas de breve comentário, tendo por objetivo maior elucidação de como as notificações podem afetar o comércio por lhe criarem barreiras.

I. NOTIFICAÇÕES AO ACORDO SPS

WORLD TRADE ORGANIZATION

G/SPS/N/ARG/75

10 June 2005

(05-2425)

Committee on Sanitary and Phytosanitary Measures

Original: Spanish

NOTIFICATION

1. Member to Agreement notifying: <u>ARGENTINA</u> If applicable, name of local government involved:
2. Agency responsible: Ministry of Health Policy, Regulation and Relations and Ministry of Agriculture, Livestock, Fisheries and Food.
3. Products covered (provide tariff item number(s) as specified in national schedules deposited with the WTO; ICS numbers should be provided in addition, where applicable): Dairy products.
4. Regions or countries likely to be affected, to the extent relevant or practicable: All countries.
5. Title, language and number of pages of the notified document: Draft Measure to Establish the Health and Hygiene Requirements to be Complied with by Dairy Products in Order to be Marketed in the Argentine Republic (available in Spanish, 179 pages).
6. Description of content: Draft resolution by which the Ministry of Health Policy, Regulation and Relations and the Ministry of Agriculture, Livestock, Fisheries and Food replace and incorporate articles in the Argentine Food Code in order to establish health and hygiene requirements for dairy products. The requirements include: sensory attributes, toxic metals, toxic substances, microbial toxins, antimicrobial residues, pesticide residues, additives, etc. It also sets requirements concerning dairy product identification and quality. This will involve the amendment of Articles 553, 555, 556, 560 bis, 562, 567,

<p>570, 571, 572, 572 bis, 573, 573 bis, 574, 576, 577 ter, 582 bis, 582 ter, 582 quater, 583, 584, 585, 587, 588, 589, 590, 592, 596, 602, 605, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 620 bis, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 630 bis, 631, 632, 632 bis, 633, 634, 635, 636, 637, 637 bis, 638, 639, 640, 641, 641 bis and 642; the repeal of Articles 568, 569, 569 bis, 570 bis, 593, 593 bis, 594, 594 bis, 595, 597, 599, 600, 606, 607, 608, 609 and 613 bis and the incorporation of Articles 553 bis, 555 bis, 556 ter, 556 quater, 567 bis, 603, 611 bis, 617 bis, 618 bis, 632 ter, 632 quater, 633 bis, 633 ter, 633 quater and 640 bis of the Argentine Food Code.</p>
<p>7. Objective and rationale: <input checked="" type="checkbox"/> food safety, <input type="checkbox"/> animal health, <input type="checkbox"/> plant protection, <input type="checkbox"/> protect humans from animal/plant pest or disease, <input type="checkbox"/> protect territory from other damage from pests</p>
<p>8. International standard, guideline or recommendation: <input checked="" type="checkbox"/> Codex Alimentarius Commission, <input type="checkbox"/> World Organization for Animal Health (OIE), <input type="checkbox"/> International Plant Protection Convention, <input type="checkbox"/> None If an international standard, guideline or recommendation exists, give the appropriate reference and briefly identify deviations:</p>
<p>9. Relevant documents and language(s) in which these are available: Draft Joint Resolution by the Ministry of Health Policy, Regulation and Relations and the Ministry of Agriculture, Livestock, Fisheries and Food (available in Spanish). Once adopted the Resolution will be published in the <i>Boletín Oficial</i> (Official Journal).</p>
<p>10. Proposed date of adoption: To be determined.</p>
<p>11. Proposed date of entry into force: 90 days after publication in the <i>Boletín Oficial</i>.</p>
<p>12. Final date for comments: 17 July 2005. Agency or authority designated to handle comments: <input checked="" type="checkbox"/> National notification authority, <input type="checkbox"/> National enquiry point, or address, fax number and E-mail address (if available) of other body:</p>
<p>13. Texts available from: <input checked="" type="checkbox"/> National notification authority, <input type="checkbox"/> National enquiry point, or address, fax number and E-mail address (if available) of other body: http://www.conal.gov.ar/CONAL/proyectos_resolucion.asp</p>

Comentário:

Esta notificação, realizada pela Argentina, estabelece exigências aos exportadores quanto ao cumprimento das normas técnicas de higiene e padrão de identidade e qualidade, considerando análises sensoriais, análises de metais tóxicos, substâncias tóxicas, toxinas microbianas, resíduos de antibióticos, pesticidas e

aditivos, entre outras exigências, tendo por objetivo a segurança do alimento e da saúde humana.

Tais exigências podem configurar obstáculo ao comércio, uma vez que há custo adicional para o exportador em cumprir a norma e se adequar a ela.

WORLD TRADE ORGANIZATION

G/SPS/N/JPN/141

21 April 2005

(05-1635)

Committee on Sanitary and Phytosanitary Measures

Original: English

NOTIFICATION

<p>1. Member to Agreement notifying: <u>JAPAN</u> If applicable, name of local government involved:</p>
<p>2. Agency responsible: Ministry of Health, Labour and Welfare</p>
<p>3. Products covered (provide tariff item number(s) as specified in national schedules deposited with the WTO; ICS numbers should be provided in addition, where applicable):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meat and edible meat offal (HS: 02.01, 02.02, 02.03, 02.04, 02.05, 02.06 and 02.07); • Dairy produce (HS: 04.01 and 04.07); • Edible vegetables and certain roots and tubers (HS: 07.01, 07.02, 07.03, 07.04, 07.05, 07.06, 07.07, 07.08, 07.09, 07.13 and 07.14); • Edible fruits and nuts (HS: 08.01, 08.02, 08.03, 08.04, 08.05, 08.06, 08.07, 08.08, 08.09 and 08.10); • Tea, maté and spices (HS: 09.01, 09.02, 09.03, 09.04, 09.05, 09.06, 09.07, 09.08, 09.09 and 09.10); • Cereals (HS: 10.01, 10.02, 10.03, 10.04, 10.05, 10.06, 10.07 and 10.08); • Oil seeds and oleaginous fruits; miscellaneous grains, seeds and fruits (HS: 12.01, 12.02, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07 and 12.10).
<p>4. Regions or countries likely to be affected, to the extent relevant or practicable: All Countries.</p>
<p>5. Title, language and number of pages of the notified document: Revision of the standards and specifications for foods and food additives under the Food Sanitation Law (Additional establishment of pesticide residue standards)(Available in English, 2 pages).</p>

6. Description of content:	Proposed maximum residue limits (MRLs) for pesticide, CLOTHIANIDIN, in food.
7. Objective and rationale:	<input checked="" type="checkbox"/> food safety, <input type="checkbox"/> animal health, <input type="checkbox"/> plant protection, <input type="checkbox"/> protect humans from animal/plant pest or disease, <input type="checkbox"/> protect territory from other damage from pests
8. International standard, guideline or recommendation:	<input type="checkbox"/> Codex Alimentarius Commission, <input type="checkbox"/> World Organization for Animal Health (OIE), <input type="checkbox"/> International Plant Protection Convention, <input checked="" type="checkbox"/> None If an international standard, guideline or recommendation exists, give the appropriate reference and briefly identify deviations:
9. Relevant documents and language(s) in which these are available:	The basic law is the Food Sanitation Law. When adopted, the amendments will appear in "KAMPO" (Official Government Gazette).
10. Proposed date of adoption:	These proposed standards will be adopted after a comment period.
11. Proposed date of entry into force:	These proposed standards will basically take effect after a certain period of grace.
12. Final date for comments:	28 June 2005 Agency or authority designated to handle comments: <input type="checkbox"/> National notification authority, <input checked="" type="checkbox"/> National enquiry point, or address, fax number and E-mail address (if available) of other body:
13. Texts available from:	<input type="checkbox"/> National notification authority, <input checked="" type="checkbox"/> National enquiry point, or address, fax number and E-mail address (if available) of other body:

Comentário:

A notificação realizada pelo Japão trata da revisão dos padrões e normas exigidas para vários alimentos e aditivos alimentícios, incluindo os produtos lácteos, com o estabelecimento de padrões para resíduos de pesticidas, tendo por objetivo a segurança do alimento.

Entende-se que o atendimento a esta exigência impõe ao exportador um custo adicional em relação à análise de pesticidas e adequação à norma, podendo desta forma constituir em barreira ao comércio.

WORLD TRADE ORGANIZATION

G/SPS/N/ARM/2
1 November 2006

(06-5253)

Committee on Sanitary and Phytosanitary Measures

Original: English

NOTIFICATION

1.	Member to Agreement notifying: <u>ARMENIA</u> If applicable, name of local government involved:
2.	Agency responsible: National Institute of Standards of the Ministry of Trade and Economic Development
3.	Products covered (provide tariff item number(s) as specified in national schedules deposited with the WTO; ICS numbers should be provided in addition, where applicable): Milk and cream, not concentrated nor containing added sugar or other sweetening matter (HS 0401); Milk and cream, concentrated or containing added sugar or other sweetening matter (HS 0402); Buttermilk, curdled milk and cream, yogurt, kefir and other fermented or acidified milk and cream, whether or not concentrated or containing added sugar or other sweetening matter or flavoured or containing added fruits, nuts or cocoa (HS 0403); Whey, whether or not concentrated or containing added sugar or other sweetening matter; products consisting of natural milk constituents, whether or not containing added sugar or other sweetening matter (HS 0404); Butter and other fats and oils derived from milk; dairy spreads (HS 0405); Cheese and curd (HS 0406); Ice cream whether or not containing cocoa, except other edible ice (HS 2105 00); Melted cheese (HS 2106 90 100); food preparations of goods of headings 0401 to 0404, not containing cocoa or containing less than 5 % by weight of cocoa calculated on a totally defatted basis (HS 1901); Mixture of vegetable-creamy and creamy-vegetable oils including spread and melted admixtures containing more than 15 % by weight of dairy oil (HS 2106 90 980).
4.	Regions or countries likely to be affected, to the extent relevant or practicable: All trade partners.
5.	Title, language and number of pages of the notified document: Draft Decree of the Government of the Republic of Armenia "On the Approval of the Technical Regulation On the Requirements for Milk, Milk Products and their Production" (Available in Armenian, 69 pages).
6.	Description of content: This technical regulation defines requirements describing the safety of milk, milk products and their production as well as requirements for the processing of milk, marking, packaging, keeping, transportation, extracting and conformity assessment procedures.

7.	Objective and rationale: <input checked="" type="checkbox"/> food safety, <input type="checkbox"/> animal health, <input type="checkbox"/> plant protection, <input type="checkbox"/> protect humans from animal/plant pest or disease, <input type="checkbox"/> protect territory from other damage from pests
8.	International standard, guideline or recommendation: <input checked="" type="checkbox"/> Codex Alimentarius Commission, <input type="checkbox"/> World Organization for Animal Health (OIE), <input type="checkbox"/> International Plant Protection Convention, <input type="checkbox"/> None If an international standard, guideline or recommendation exists, give the appropriate reference and briefly identify deviations:
9.	Relevant documents and language(s) in which these are available: The technical regulation has been based on the provisions of RA law on "Food Safety", N 2-III-4.9-01-2003 sanitary and epidemic rules and norms on "Hygienic Requirements for Nutritious Content and Safety of Food Stuff and Food" affirmed by Order N 181 of 28 March 2003 of the Minister of Health of RA, No. 2-III-4.1-01-2003 sanitary rules and hygienic norms on "Hygienic Requirements for Milk and Milk Production" affirmed by Order No. 108-N of 18 February 2003 of the Minister of Health of RA, standards of Codex Alimentarius on milk and milk products, particularly CODEX STAN 207-1999 "On Milk Powder and Cream", CODEX STAN 232-2001 "On the Maximum Content of Aflatoxin M1 in Milk", Codex standards on different kinds of cheese, concentrated milk with sugar and etc. as well as requirements specified by national standards, European Commission Directive 2000/13/EC "On the Harmonization of Member State's Laws on Advertisement and Food Processing" and CODEX STAN 1-1985 standard.
10.	Proposed date of adoption: To be determined
11.	Proposed date of entry into force: To be determined
12.	Final date for comments: 18 December 2006 Agency or authority designated to handle comments: <input checked="" type="checkbox"/> National notification authority, <input type="checkbox"/> National enquiry point, or address, fax number and E-mail address (if available) of other body: WTO Notification Agency in the Republic of Armenia Address: 5, M. Mkrtchyan, Yerevan, 375010, Republic of Armenia Tel.: (37410) 543981 Fax: (37410) 543983 E-mail: info@arm-wto.am
13.	Texts available from: <input checked="" type="checkbox"/> National notification authority, <input type="checkbox"/> National enquiry point, or address, fax number and E-mail address (if available) of other body: WTO Notification Agency in the Republic of Armenia Address: 5, M. Mkrtchyan, Yerevan, 375010, Republic of Armenia Tel.: (37410) 543981 Fax: (37410) 543983 E-mail: info@arm-wto.am

Comentário:

Esta notificação institui exigências aos exportadores quanto ao cumprimento das normas técnicas para o processamento, embalagem, rotulagem e transporte para leite, creme de leite e outros produtos lácteos do Capítulo 4, com alegação de segurança do alimento.

O atendimento a estas exigências impõe um custo adicional para o exportador (de conhecimento da norma, de adequação e cumprimento das exigências) configurando, portanto, uma barreira ao comércio.

II. NOTIFICAÇÕES AO ACORDO TBT

**WORLD TRADE
ORGANIZATION**

G/TBT/N/SLV/116
18 January 2008

(08-0271)

Committee on Technical Barriers to Trade

Original:

NOTIFICATION

The following notification is being circulated in accordance with Article 10.6.

1. Member to Agreement notifying: <u>EL SALVADOR</u> If applicable, name of local government involved (Articles 3.2 and 7.2):
2. Agency responsible: <i>Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, CONACYT</i> (National Science and Technology Council) Name and address (including telephone and fax numbers and E-mail and website addresses, if available) of agency or authority designated to handle comments regarding the notification shall be indicated if different from above: <i>Ministerio de Economía</i> (Ministry of the Economy) <i>Dirección de Administración de Tratados Comerciales</i> (Directorate of Trade Treaty Administration) Alameda Juan Pablo II y Calle Guadalupe Plan Maestro, San Salvador Tel.: +(503) 2231-5788 Fax: +(503) 2231-5789

3.	Notified under Article 2.9.2 [X], 2.10.1 [], 5.6.2 [X], 5.7.1 [], other:
4.	Products covered (HS or CCCN where applicable, otherwise national tariff heading. ICS numbers may be provided in addition, where applicable): Flavoured pasteurized and ultra-pasteurized milk: International Classification for Standards (ICS) code 67.100; HS tariff heading 0402
5.	Title, number of pages and language(s) of the notified document: <i>NSO 67.01.15:07 Productos Lácteos. Leche Pasteurizada y Ultrapasteurizada con Sabor. Especificaciones</i> (Salvadoran Mandatory Standard (NSO) No. 67.01.15:07: Milk products. Flavoured pasteurized and ultra-pasteurized milk. Specifications) (7 pages, in Spanish).
6.	Description of content: The notified Standard covers the following: purpose, scope, definitions, essential composition and quality factors, food additives, product classification, general, physico-chemical and microbiological characteristics, contaminants, sampling, testing and analysis methods, hygiene, packaging and labelling, storage and transportation, regulatory appendix, monitoring and inspection.
7.	Objective and rationale, including the nature of urgent problems where applicable: Protection of human health
8.	Relevant documents: This Standard does not correspond to any international standard. The reference documents are as follows: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Grade "A" Pasteurized Milk Ordinance</i>, Department of Health and Human Services, Public Health Service, US Food and Drug Administration (FDA), 2003 Revision; - <i>Ley de Fomento de la Producción Higiénica de la Leche y Productos Lácteos y de Regulación de su Expendio</i> (Law promoting the hygienic production of milk and milk products and regulating the marketing thereof); - <i>Reglamento de la Ley de Fomento de la Producción Higiénica de la Leche y Productos Lácteos y de Regulación de su Expendio</i> (Regulations to the Law promoting the hygienic production of milk and milk products and regulating the marketing thereof); - Salvadoran Mandatory Standard (NSO) No. 67.01.01:06: <i>Productos Lácteos. Leche Cruda de Vaca. Especificaciones. Primera Actualización</i> (Milk products. Raw cow's milk. Specifications. First revision); - Salvadoran Mandatory Standard (NSO) No. 67.10.01:03: <i>Norma General para el Etiquetado de Alimentos Preenvasados. Primera Actualización</i> (General Standard on the labelling of pre-packaged foods. First revision); - Salvadoran Mandatory Standard (NSO) No. 67.10.02:99: <i>Directrices del Codex Alimentarius sobre Etiquetado Nutricional</i> (Codex Guidelines on Nutrition Labelling).
9.	Proposed date of adoption: 60 days as from the date of notification

Proposed date of entry into force:	Six months as from the date of adoption
10. Final date for comments:	60 days as from the date of notification
11. Texts available from: National enquiry point [X] or address, telephone and fax numbers and E-mail and website addresses, if available, of other body:	<p>Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT) Colonia Médica, Avenida Dr. Emilio Alvarez Pasaje Dr. Guillermo Rodríguez Pacas, No. 51 San Salvador, El Salvador Tel.: +(503) 2226-2800 Fax: +(503) 2225-6255 Web site: www.conacyt.gob.sv</p>

Comentário:

Notificação de El Salvador aos produtos leite pasteurizado e ultra-pasteurizado com sabor, instituindo normas para identidade e qualidade destes produtos com estabelecimento de padrões físico-químicos e microbiológicos, amostragem, normas de rotulagem, entre outras exigências.

O atendimento a estas exigências gera um custo adicional para o exportador em relação ao conhecimento, adequação e cumprimento da norma, podendo constituir um obstáculo ao comércio.

WORLD TRADE ORGANIZATION

G/TBT/N/CAN/203
29 June 2007

(07-2772)

Committee on Technical Barriers to Trade

Original:

NOTIFICATION

The following notification is being circulated in accordance with Article 10.6.

1. Member to Agreement notifying: <u>CANADA</u> If applicable, name of local government involved (Articles 3.2 and 7.2):
2. Agency responsible: Canadian Food Inspection Agency Name and address (including telephone and fax numbers, e-mail and web-site)

addresses, if available) of agency or authority designated to handle comments regarding the notification shall be indicated if different from above:

Canadian Enquiry Point
200-270 Albert Street
Ottawa, Ontario
Canada, K1P 6N7
Tel.: +(1) 613 238 3222
Fax: +(1) 613 569 7808
Email: info@scc.ca

3. Notified under Article 2.9.2 [X], 2.10.1 [], 5.6.2 [], 5.7.1 [], other:

4. Products covered (HS or CCCN where applicable, otherwise national tariff heading. ICS numbers may be provided in addition, where applicable): Cheese (HS: 0406; ICS: 67.100)

5. Title, number of pages and language(s) of the notified document: Regulations amending the Food and Drug Regulations and the Dairy Products Regulations (17 pages, in English and French).

6. Description of content: The Canadian Food Inspection Agency is proposing to revise the Food and Drug Regulations and the Dairy Products Regulations by amending existing cheese identity and compositional standards.

The proposed regulations provide specific compositional requirements for cheese and clarify the minimum percentage of proteins to be derived from milk for varietal cheese. These Regulations describe the essential characteristics of the cheese and the process for the manufacturing of particular varieties of cheese.

Compositional standards would apply to both domestic and imported cheese.

7. Objective and rationale, including the nature of urgent problems where applicable: This will eliminate inconsistencies between these federal regulations with respect to the ingredients permitted in cheese making.

These revised standards would harmonize existing federal regulations, enhance consumer interests by reflecting the tradition of cheese making, allow for technological advances in cheese production and provide for consistency with certain international food standards as appropriate.

Compositional standards establish basic requirements so that cheese available to consumers has a uniform composition and nutritive value for consumer information and protection of consumer interests.

8. Relevant documents: Dairy Products Regulations and Food and Drug Regulations Canada Gazette, Part I, 16 June 2007, Pages 1654-1670 (Available in English and French)

<p>9. Proposed date of adoption: Proposed date of entry into force:</p>	<p>} January 2008</p>
<p>10. Final date for comments: 30 August 2007</p>	
<p>11. Texts available from: National enquiry point [] or address, telephone and fax numbers, e-mail and web-site addresses, if available of the other body:</p> <p>The electronic version of the regulatory text can be downloaded at: http://canadagazette.gc.ca/partI/2007/20070616/html/regle1-e.html (English) http://canadagazette.gc.ca/partI/2007/20070616/html/regle1-f.html (French)</p> <p>The Dairy Products Regulations documents are available in English and French on the Department of Justice Canada's Web site: http://laws.justice.gc.ca/en/showtdm/cr/SOR-79-840 (English) http://laws.justice.gc.ca/fr/showtdm/cr/DORS-79-840 (French)</p> <p>The Food and Drug Regulations documents are available in English and French on the Department of Justice Canada's Web site: http://laws.justice.gc.ca/en/showtdm/cr/C.R.C.-c.870 (English) http://laws.justice.gc.ca/fr/showtdm/cr/C.R.C.-ch.870 (French)</p>	

Comentário:

A notificação do Canadá estabelece padrões para a composição de queijos com especificação de uma porcentagem mínima de proteínas do leite e determina padrões de identidade e qualidade para os vários tipos de queijos.

Entende-se que o atendimento a estas exigências impõe ao exportador um custo adicional em relação à quantidade de proteínas (teor de sólidos) do leite, análise de proteínas e adequação à norma, podendo desta forma constituir uma barreira ao comércio, limitando-o ou até mesmo impedindo-o.

**WORLD TRADE
ORGANIZATION**

G/TBT/N/COL/67
25 July 2005

(05-3330)

Committee on Technical Barriers to Trade

Original:

NOTIFICATION

The following notification is being circulated in accordance with Article 10.6.

1.	Member to Agreement notifying: <u>COLOMBIA</u> If applicable, name of local government involved (Articles 3.2 and 7.2):
2.	Agency responsible: <i>Ministerio de la Protección Social</i> (Ministry of Social Welfare) Name and address (including telephone and fax numbers, e-mail and web-site addresses, if available) of agency or authority designated to handle comments regarding the notification shall be indicated if different from above: <i>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</i> (Ministry of Commerce, Industry and Tourism)
3.	Notified under Article 2.9.2 [X], 2.10.1 [], 5.6.2 [X], 5.7.1 [], other:
4.	Products covered (HS or CCCN where applicable, otherwise national tariff heading. ICS numbers may be provided in addition, where applicable): Milk (tariff item nos. 0401 and 0402.10)
5.	Title, number of pages and language(s) of the notified document: <i>Proyecto de Decreto "Por el cual se expide el Reglamento Técnico sobre los requisitos que debe cumplir la leche para el consumo humano que se obtenga, procese, envase, transporte, comercialice, expendo, importe o exporte en el país"</i> (Draft Decree issuing the technical regulation laying down the requirements for milk for human consumption obtained, processed, packaged, transported, marketed, sold, imported into or exported from Colombia) (28 pages, in Spanish).
6.	Description of content: This draft Decree covers the following: Purpose, Scope of application, Definitions, Requirements for primary milk production, Origin, cooling and destination of milk, Prohibitions, Technical specifications for milk, Milk processing plants, Sanitation process, Milk reconstitution, Milk powder processing plants, Equipment, Milk packaging and labelling, Quality assurance and control, Transportation and sale of milk, Inspection, monitoring and control and Conformity assessment.
7.	Objective and rationale, including the nature of urgent problems where applicable: Protect human health and safety and prevent practices likely to mislead consumers.
8.	Relevant documents: Law No. 09 of 1979, Decree No. 3075 of 1997 and Resolution No. 485 of 2005
9.	Proposed date of adoption: 28 October 2005 Proposed date of entry into force: Six (6) months as from the date of publication in the Official Journal.
10.	Final date for comments: 21 October 2005
11.	Texts available from: National enquiry point [X] or address, telephone and

fax numbers, e-mail and web-site addresses, if available of the other body:

Enquiry Point:

Contact person: Daniel Héctor Rico R.
E-mail: danielrico@mincomercio.gov.co
Tel.: (+571) 606-7676, Ext. 1690
Fax: (+571) 241-0480

Ministerio de Comercio, Industria y Turismo
Dirección de Regulación
Calle 28 No. 13A - 15, cuarto piso
Bogotá, D.C., Colombia
Tel.: (+571) 241-0478

Web site:

<http://www.mincomercio.gov.co/VBeContent/NewsDetail.asp?ID=2197&IDCompany=15>

or address, telephone and fax numbers and E-mail and Web site addresses, if available, of other body:

Ministerio de la Protección Social
Dirección General de Salud Pública
Carrera 13 No. 32 - 76
Bogotá, D.C., Colombia

Tel.: (+571) 336-5066
Fax: (+571) 336-0182
E-mail: bolarte@minproteccionsocial.gov.co
Web site: www.minsalud.gov.co

Comentário:

A Colômbia estabelece normas para a produção primária do leite e processamento industrial, com especificações técnicas para a obtenção do leite, as plantas industriais, o processo de higienização, equipamentos, assim como para embalagens e rotulagem, transporte e venda do leite, tendo por objetivo a segurança do alimento, evitando práticas danosas ao direito do consumidor.

Estas exigências podem constituir obstáculo ao comércio, uma vez que há custo adicional para o exportador cumprir a norma e adequar-se a ela.

ANEXO II

QUESTIONÁRIO

O questionário está dividido em seis seções: informações gerais, questões referentes às barreiras não-tarifárias, questões referentes às barreiras técnicas/ sanitárias, mudanças realizadas para adequação às exigências externas, levantamento dos eventos significativos e perspectivas para o setor lácteo.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Quantas unidades industriais a empresa possui? _____

b) Qual é o número de funcionários da empresa? _____

c) Qual o volume diário de leite captado pela empresa? _____

d) Todo leite captado é granelizado?

1. _____ Sim

2. _____ Não

Se não, qual é o percentual granelizado? _____

e) A empresa possui uma política de incentivos ao produtor rural?

1. _____ Sim

2. _____ Não

Se sim, quais:

1. _____ Pagamento diferenciado (bônus) pela qualidade

2. _____ Pagamento diferenciado (bônus) pela quantidade

3. _____ Pagamento diferenciado (bônus) pela quantidade de sólidos totais

4. _____ Outros: _____

f) Atualmente, o leite captado é destinado à fabricação de quais produtos. Enumere de acordo com a quantidade de leite (%) destinada a cada produto, sendo (1) menor que 5% (2) de 5% a 10%, (3) de 10% a 25%, (4) de 25% a 50% (5) mais de 50%.

1. _____ Leite em pó

2. _____ Leite condensado

3. _____ Leite UHT

4. _____ Queijos

5. _____ Leite evaporado

6. _____ Iogurte

7. _____ Outros: _____

g) Como ocorreu a percepção de que os produtos lácteos da empresa poderiam ser comercializados no mercado internacional?

h) Há quanto tempo a empresa exporta? _____

i) A exportação de produtos é realizada?

1. _____ Pela própria empresa
2. _____ Por uma *trading*
3. _____ Por outras empresas
4. _____ Outros: _____

j) Quais são os produtos exportados pela empresa e quanto representam no faturamento da empresa:

Produtos	Exportação (1.Sim; 2. Não)	% Faturamento
1. Leite em pó integral		
2. Leite em pó desnatado		
3. Leite em pó modificado		
4. Leite evaporado		
5. Leite condensado		
6. Queijos		
7. Outros:		

l) Quais são os principais mercados de destino dos produtos lácteos exportados pela empresa, em termos de quantidade (ton/ano) e valores FOB (US\$/ano). Enumerar de acordo com a ordem de importância, sendo (1) não-significativo (2) pouco importante, (3) moderadamente importante, (4) importante, (5) muito importante.

1. _____ Venezuela
2. _____ Argélia
3. _____ Cuba
4. _____ África do Sul
5. _____ México
6. _____ Oriente Médio
7. _____ Estados Unidos
8. Outros: _____

m) Quais são os principais países concorrentes no mercado internacional? Enumerar de acordo com a ordem de importância, sendo (1) não-significativo (2) pouco importante, (3) moderadamente importante, (4) importante, (5) muito importante.

1. _____ Austrália
2. _____ Nova Zelândia
3. _____ Argentina

4. ____ Uruguai
5. ____ União Européia
6. ____ Estados Unidos
7. Outros: _____

n) O preço de venda está associado a um preço de referência no mercado internacional de produtos lácteos? (Sim = 1, Não = 2) _____.

o) Como é estabelecido o preço? (Marque o número correspondente) _____.

1. Preço de referência no mercado local
2. Preço de referência de indicadores de preços (Ex. ESALQ-CEPEA)
3. Preço de referência da Bolsa de Mercadorias
4. Outros: _____

p) A empresa trabalha com produtos importados?

1. ____ Sim
2. ____ Não

Se sim. Quais?

1. ____ Leite em pó integral
2. ____ Leite em pó desnatado
3. ____ Soro de Leite em pó
4. Outros: _____

q) Após iniciadas as atividades de exportação qual foi o grau de dificuldade encontrado em relação às atividades abaixo. Enumerar por ordem de importância, sendo (1) sem dificuldade (2) pouca dificuldade, (3) moderadamente difícil (4) difícil, (5) muito difícil.

1. ____ Desenvolvimento tecnológico
2. ____ Seguro nas transações de exportação
3. ____ Conhecimento do mercado externo
5. ____ Promoção comercial – estratégias de marketing
6. ____ Infra-estrutura para exportar
7. ____ Preço não competitivo do produto brasileiro
8. ____ Aspectos legais do país importador – barreiras sanitárias
9. ____ Custos de transporte
10. ____ Acesso à informação
12. ____ Diferenças culturais do país importador
13. ____ Outros: _____

r) Que fatores, relacionados abaixo, são considerados estratégicos à competitividade da empresa no mercado internacional. Enumerar por ordem de importância, sendo (1) sem importância (2) pouco importante, (3) moderadamente importante, (4) importante, (5) muito importante.

1. ____ Cumprimento dos prazos de entrega dos produtos
2. ____ Baixos custos para transporte
3. ____ Qualidade dos produtos (certificação de qualidade)
4. ____ Preço de venda
5. ____ Baixos custos de produção
6. ____ Disponibilidade de crédito
7. ____ Flexibilidade nas relações com os clientes
8. ____ Facilidades nos canais de distribuição
9. ____ Outros: _____

s) Qual o nível de importância dos fatores abaixo, no sucesso das exportações da empresa? Enumerar por ordem de importância, sendo (1) sem importância, (2) pouco importante, (3) moderadamente importante, (4) importante, (5) muito importante.

1. ____ Estratégia de marketing
2. ____ Acesso a novas tecnologias
3. ____ Conhecimento da conjuntura econômica
4. ____ Disponibilidade de produto
5. ____ Produto de qualidade com preço competitivo
6. ____ Possuir pessoal qualificado na área de comércio exterior, com conhecimento de mercado e capacidade de negociação
7. ____ Outros: _____

t) Que fatores, atualmente, mais interferem na exportação dos produtos lácteos brasileiros. Enumerar por ordem de importância, sendo (1) sem importância, (2) pouco importante, (3) moderadamente importante, (4) importante, (5) muito importante.

1. ____ Qualidade dos produtos (certificações)
2. ____ Custo do produto
3. ____ Câmbio
4. ____ Disponibilidade de produtos
4. ____ Barreiras tarifárias
5. ____ Barreiras técnicas
6. Outros: _____

u) A empresa pretende ampliar, em curto prazo, o volume exportado?

1. ____ Sim. Em que percentual? _____

Para quais mercados? _____

2. ____ Não. Por quê? _____

v) Que ações estão sendo desenvolvidas para se alcançar competitividade nas exportações dos produtos lácteos brasileiros?

x) Quais são as ações prioritárias da empresa para aumentar a participação no mercado internacional. Enumerar segundo a ordem de importância, sendo (1) não-significativo (2) pouco importante, (3) moderadamente importante, (4) importante, (5) muito importante.

1. ____ Modernização/ampliação do parque industrial

2. ____ Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

3. ____ Melhoria da qualidade da matéria-prima

4. ____ Aumento da captação de leite – disponibilidade de leite

5. ____ Certificação da qualidade

6. ____ Práticas administrativas mais eficientes

7. ____ Outras: _____

w) Existe alguma interação por parte da empresa com alguma Universidade ou Centro de Pesquisa e Desenvolvimento?

1. ____ Não. Por quê? _____

2. ____ Sim. Qual (is)? _____

y) Como a empresa avalia a experiência exportadora?

1. ____ Ótima

2. ____ Boa

3. ____ Regular

4. ____ Ruim

z) Pretende ampliar, em curto prazo, o volume exportado?

1. ____ Sim. Em que percentual? _____

2. ____ Não. Por quê? _____

a.2) Cite algumas formas de estímulos que poderiam ser tomadas pelo governo que poderiam aumentar de forma concreta, as atividades de exportação:

II. QUESTÕES REFERENTES ÀS BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS

a) Classifique as restrições não-tarifárias de acordo com a incidência destas nas exportações de produtos lácteos, seguindo a ordem de importância: (1) não-significativo (2) pouco importante, (3) moderadamente importante, (4) importante, (5) muito importante.

1. _____ Cotas
2. _____ Acordos voluntários de restrição às exportações
3. _____ Licenças prévias de importação
4. _____ Procedimentos alfandegários - construção de preços diferentes dos declarados para efeito de cobrança de tarifas, documentação, inspeção e práticas correlatas que podem inibir ou impedir o comércio
5. _____ Medidas anti-dumping e compensatórias
6. _____ Barreiras técnicas - normas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários de vigilância animal
7. _____ Requisitos de inspeção e testes.
8. Outras: _____

III. QUESTÕES REFERENTES ÀS BARREIRAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS

a) Há exigência de normas e/ou regulamentos técnicos definidos pelos países de destino dos produtos lácteos exportados pela empresa?

1. ____ Sim

2. ____ Não

Se sim, identifique o país/bloco que impõe as normas e os regulamentos técnicos aos produtos lácteos exportados pela empresa e as normas exigidas pelos mesmos. Utilize: Sim = 1, Não = 2.

a.1) País/Bloco: _____

1. ____ Normas e regulamentos inexistentes no Brasil.
Quais: _____

2. ____ Diferentes das normas e regulamentos técnicos brasileiros, que são praticados pelas empresas brasileiras.

3. ____ Definidos pelos países importadores e não harmonizados internacionalmente

a.2) País/Bloco: _____

1. ____ Normas e regulamentos inexistentes no Brasil.

Quais: _____

2. ____ Diferentes das normas e regulamentos técnicos brasileiros, que são praticados pelas empresas brasileiras

3. ____ Definidos pelos países importadores e não harmonizados internacionalmente

a.3) País/Bloco: _____

1. ____ Normas e regulamentos inexistentes no Brasil.

Quais: _____

2. ____ Diferentes das normas e regulamentos técnicos brasileiros, que são praticados pelas empresas brasileiras.

3. ____ Definidos pelos países importadores e não harmonizados internacionalmente

b) Existem situações nas quais as normas técnicas podem ser caracterizadas como barreiras às exportações. Neste caso, enumere, em ordem de importância, a(s) alternativa(s) abaixo que incidem sobre os produtos exportados. Utilize (1) sem importância, (2) pouco importante, (3) moderadamente importante, (4) importante, (5) muito importante,

1. ____ Imposição de padrões tecnológicos e culturais incompatíveis com o do país exportador, o que implica alterações importantes no processo produtivo, elevando custos sem justificativa técnica.

2. ____ Discriminação de produtos importados.
3. ____ Discriminação do uso de insumos, especialmente agrícolas, sob alegação, não comprovada, de danos à saúde e ao meio ambiente.
4. ____ Falta de divulgação clara sobre as exigências técnicas.
5. ____ Discriminação entre fornecedores.
6. ____ Falta de comprovação científica para respaldar as medidas.

c) Quais são as normas e regulamentos técnicos e sanitários que a empresa necessita adotar para concorrer nos mercados:

1. União Européia _____
2. Estados Unidos _____
3. Ásia _____
4. Outros _____

d) Quais são as principais dificuldades encontradas para a adoção destas normas/regulamento técnicos e sanitários?

- 1ª _____
- 2ª _____
- 3ª _____

e) Quais são os países/blocos mais exigentes quanto aos padrões técnicos e sanitários? Enumere, de acordo com exigência, sendo (1) sem exigência, (2) pouco exigente, (3) moderadamente exigente, (4) exigente, (5) muito exigente.

1. ____ Mercosul
2. ____ América Central
3. ____ México
4. ____ Estados Unidos
5. ____ União Européia
6. ____ Ásia
7. Outros: _____

f) Quais as exigências para exportação feitas por estes países (especifique a exigência e o país correspondente):

1. Necessidade de algum tipo de certificação:

- 1ª _____
- 2ª _____

2. Existência de missões para fiscalizar a propriedade produtiva:

- 1ª _____
- 2ª _____

3. Existência de procedimentos de acompanhamento das demais etapas de processamento e comercialização:

1ª _____

2ª _____

4. Outras exigências:

1ª _____

2ª _____

g) As exportações dos produtos lácteos da empresa estão submetidas a alguma exigência externa de demonstração de conformidade. (Sim = 1, Não = 2) _____.

Se sim, quais: _____

h) As barreiras técnicas, incluindo as sanitárias, e as exigências de demonstração de conformidade são fatores que influenciam a competitividade externa?

1. _____ Sim

2. _____ Não

Se sim, tem ocorrido ou já ocorreu:

1. Perda de contratos pela impossibilidade de cumprir padrões técnicos/sanitários. (Sim=1, Não=2) _____.

Indique o(s) país (es): _____

2. Interrupção definitiva das exportações. (Sim = 1, Não = 2) _____.

Indique o(s) país (es): _____

3. Interrupção parcial das exportações. (Sim = 1, Não = 2) _____.

Indique o(s) país (es): _____

IV. MUDANÇAS REALIZADAS PARA ADEQUAÇÃO AS EXIGÊNCIAS EXTERNAS

a) Assinale as solicitações de mudanças, caso tenham sido feitas, para superar as barreiras técnicas e sanitárias enfrentadas na exportação de produtos pela empresa.

1. _____ A empresa nunca realizou nenhuma solicitação.
2. _____ Solicitações às autoridades brasileiras.
3. _____ Solicitações às autoridades dos países que impõem as restrições.
4. _____ Solicitações às entidades de classe dos países que impõem as restrições.
5. Outros (especificar) _____

b) Ocorreram mudanças nos produtos, nos processos e na comercialização em decorrência das barreiras técnicas e sanitárias?

1. _____ Sim
2. _____ Não

Se sim, em quais atividades? Enumere de acordo com a ordem de relevância sendo: (1) não ocorreram mudanças, (2) pouco relevante, (3) moderadamente relevante, (4) relevante, (5) muito relevante.

1. _____ Mudanças nos processos de produção.
2. _____ Mudanças na especificação dos produtos.
3. _____ Adaptação às normas técnicas do país de destino das exportações.
4. _____ Padronização, testes e certificações.
5. _____ Inspeção das plantas industriais por parte do país comprador.

c) Quais foram os principais investimentos realizados para adequar os produtos lácteos às exigências dos mercados importadores. Enumere de acordo com a ordem de investimento, sendo: (1) nenhum investimento, (2) pouco investimento (3) investimento moderado, (4) investimento alto (5) investimento muito alto.

1. _____ Desenvolvimento de produtos
2. _____ Ampliação do parque industrial e aquisição de novos equipamentos
3. _____ Desenvolvimento/adequação de embalagens
4. _____ Contratação de mão-de-obra qualificada
5. _____ Consultorias técnicas
6. _____ Capacitação e treinamento dos funcionários
7. _____ Outros: _____

d) Que normas/regulamento de qualidade já estão implementadas ou em processo de implementação na empresa?

1. _____ Boas Práticas de Fabricação (BPF)
 2. _____ Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)
 3. _____ ISO 22.000
 4. _____
- Outros: _____

V. LEVANTAMENTO DOS EVENTOS E PERÍODOS SIGNIFICATIVOS

a) Quais acontecimentos relacionados abaixo afetaram as exportações de produtos lácteos brasileiros e como influenciaram as exportações

Externos

1. Implementação do Acordo Sanitário e Fitossanitário (SPS).
(Sim = 1, Não = 2) _____.

Se sim, como? _____

2. Implementação do Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT).
(Sim = 1, Não = 2) _____.

Se sim, como? _____

Internos

1. Plano Real. (Sim = 1, Não = 2) _____.

Se sim, como? _____

2. Desvalorização do Real em janeiro de 1999. (Sim = 1, Não = 2) _____.

Se sim, como? _____

3. Valorização recente do Real. (Sim = 1, Não = 2) _____.

Se sim, como? _____

b) Com relação à evolução das exportações, desde o início deste processo até os dias de hoje, tanto em relação à pauta de exportações quanto aos valores (FOB), como a participação da empresa variou no total exportado durante os anos de 2002 a 2007?

Considere o total de exportações como 100%, e indique os valores correspondentes às exportações dos produtos listados abaixo em percentuais.

Produtos/anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Leite em pó integral						
Leite em pó desnatado						
Leite condensado						
Leite UHT						
Bebida láctea						
Queijos						
Outros:						

VI. PERSPECTIVAS PARA O SETOR LÁCTEO

a) Que impactos o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento – lançado em pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terá no aumento da exportação de lácteos brasileiros:

1. ____ Nenhuma
2. ____ Aquisição de novos equipamentos
3. ____ Diminuição de impostos
4. ____ Melhoria da infra-estrutura logística
5. ____ Facilidade para a construção de novas unidades industriais
6. ____ Outros: _____

b) Na atual conjuntura, qual é a expectativa quanto ao excedente de leite no Brasil?

1. ____ Positiva
2. ____ Negativa

Se positiva, qual seria a estimativa percentual: _____

Seria direcionado à fabricação de quais produtos: _____

Influenciaria na expansão das exportações: 1. ____ Sim 2. ____ Não

Para quais mercados: _____

c) Analise os aspectos abaixo de acordo com as expectativas da empresa para os próximos 5 anos.

Aspectos	Positiva	Estabilidade	Negativa
Pauta de exportações			
Quantidade exportada			
Preço dos produtos no mercado internacional			
Número de empresas exportando			
Qualidade dos produtos			
Quantidade de leite captado			
Construção de novas unidades			

Toda a equipe agradece a sua colaboração para a realização deste trabalho.